

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**A Arquidiocese de São Paulo na gestão
de d. Paulo Evaristo Arns (1970 – 1990)**

Cátia Regina Rodrigues

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Netto

São Paulo

2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cátia Regina Rodrigues

**A Arquidiocese de São Paulo na gestão
de d. Paulo Evaristo Arns (1970 – 1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Netto

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Para minha avó Edméa Rodrigues (*in memoriam*).

Para meu tio Wenceslau Rodrigues,
por acreditar que este desafio seria vencido.

AGRADECIMENTOS

Foram várias pessoas que muito contribuíram para a realização deste estudo. Quero agradecer, primeiramente, ao meu orientador, Prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Netto, pelo seu apoio desde o início de desenvolvimento da dissertação.

Um agradecimento especial a dois profissionais do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Ao secretário Roberto Julio Gava, pela prontidão no atendimento e pelas muitas indicações valiosas de documentos. Ao diretor-técnico Jair Mongelli Júnior, pelas nossas conversas que tanto me ajudaram a uma maior reflexão sobre as fontes consultadas.

Também quero deixar registrados meus agradecimentos às funcionárias da biblioteca da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção: Cássia, Jailda e Zilda – sempre muito solícitas comigo.

Agradeço ainda a meu amigo Marco e a minha prima Ana Maria, pela torcida e pelo incentivo a todo momento. A Cris Romano, pelas dicas e comentários bastante pertinentes. E a Luciana, pela disposição para as prolongadas trocas de idéias.

RESUMO

RODRIGUES, Cátia Regina. **A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

O presente estudo tem como objetivo tentar compreender o modelo de Igreja católica em São Paulo construído durante os primeiros vinte anos da gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970 – 1990) – quinto arcebispo metropolitano e terceiro cardeal de São Paulo. Foram pesquisadas e analisadas algumas de suas principais iniciativas pastorais em função de sua repercussão dentro e fora de São Paulo, e entre os membros da Arquidiocese de São Paulo e a população em geral. O trabalho foi desenvolvido seguindo dois procedimentos de investigação. Primeiramente, levantamento e análise de fontes primárias e secundárias sobre a vida pessoal e a carreira religiosa de d. Paulo Arns; sobre a história da Igreja católica no mundo, no Brasil e em São Paulo; sobre o contexto social, político e econômico do Brasil e de São Paulo antes e depois do regime militar. A segunda etapa da pesquisa consistiu na realização de entrevistas com alguns padres, religiosas e leigos que trabalharam com d. Paulo Arns no período ora estudado. Após a análise das iniciativas pastorais selecionadas, a conclusão a que se chega é de que d. Paulo Arns teria tido uma atuação religiosa/institucional e político-social. Por um lado, há uma nítida intenção de fortalecimento da Igreja católica.

Ele teria sempre incentivado a formação de maior número de fiéis para assumir tarefas até então restritas a padres, o que representaria conseguir um contingente ampliado de missionários em potencial e de novas lideranças para conduzir o desenvolvimento das comunidades de base. Por outro, ele teria sempre procurado posicionar-se de maneira explícita em defesa dos direitos sociais e políticos de todas as pessoas, independentemente de classe social, convicção religiosa e ideologia política. O estudo está dividido em quatro Capítulos. No Capítulo 1, faz-se uma análise da história da realização do Concílio Vaticano II (1962 – 1965) e da Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano (1968), além dos conteúdos dos principais documentos promulgados durante os dois eventos. No Capítulo 2, apresenta-se um breve histórico da biografia de d. Paulo Arns, desde sua infância até sua estada por mais de dez anos em Petrópolis (RJ), onde exerceria diversos cargos (acadêmico, jornalístico e religioso). No Capítulo 3, são enfatizadas as primeiras iniciativas pastorais de d. Paulo Arns quando ainda bispo auxiliar na Arquidiocese de São Paulo. No Capítulo 4, são analisadas algumas das iniciativas mais marcantes da história da Igreja em São Paulo durante os primeiros vinte anos de seu arcebispado.

Palavras-chave: Arquidiocese de São Paulo. D. Paulo Evaristo Arns. Direitos Humanos. Pastorais Sociais. Periferia.

ABSTRACT

RODRIGUES, Cátia Regina. **Sao Paulo Archdiocese during d. Paulo Evaristo Arns' Conduct (1970-1990)**. 2008. 154 f. Dissertation (Master's Degree) – The Faculty of Philosophy, Literature and Humanities, University of Sao Paulo, Sao Paulo, 2008.

The target of this study is to understand the model of Catholic Church in Sao Paulo built throughout the first twenty years of D. Paulo Evaristo Arns' conduct (1970 – 1990) – fifth metropolitan archbishop and third Sao Paulo cardinal. Some of his main pastoral initiatives were researched and analyzed due to its effect in and out of Sao Paulo, and among the members of the archdiocese of Sao Paulo and the population in general. The study was developed following two practices of investigation. Firstly, survey and analysis of primary and secondary sources about D. Paulo Arn's life and religious career; about the history of the Catholic Church in the world, in Brazil and in Sao Paulo; about social, political and economic context in Brazil and Sao Paulo before and after the military regime. The second step of the research consisted of interviews with some priests, religious women and laymen who worked with D. Paulo Arns during the studied period. After the analysis of the pastoral initiatives selected, the conclusion it reached is that d. Paulo Arns would have had a religious/institutional and social political acting. In a way, there is a clear intention of strengthening the Catholic Church. He would have always motivated the formation of a greater number of churchgoers to take over errands that till then were restricted to priests, which would get a big

contingent of missionaries to be and of new leaderships to conduct the development of base communities. In another way, he would have always tried to place himself in an explicit way in defense of social and political rights of all people, no matter the social class, religious beliefs and political ideologies. The study is divided in four chapters. On Chapter 1, it analyses the history of the II Vatican Council realization (1962-1965) and the Second Conference of the Latin American Episcopacy (1968), besides the content of the main documents published during these two events. On Chapter 2, it presents D. Paulo Arns brief historical biography, from his childhood to his staying in Petropolis (RJ) for more than ten years, where he would exercise several positions (academic, journalistic and religious). On Chapter 3, D. Paulo Arns first pastoral initiatives are highlighted when still an auxiliary bishop in Sao Paulo Archdiocese. On Chapter 4, some of the most remarkable initiatives of the history of the Church in Sao Paulo are analysed during the first twenty years of his archbishopric.

Keywords: Sao Paulo Archdiocese. D. Paulo Evaristo Arns. Human Rights. Social Pastorals. Suburbs.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 CAPÍTULO I	
A NOVA IMAGEM DE IGREJA CATÓLICA.....	15
2 CAPÍTULO II	
DE FORQUILHINHA A PETRÓPOLIS: BREVE RELATO BIOGRÁFICO	
DE D. PAULO EVARISTO ARNS.....	56
3 CAPÍTULO III	
D. PAULO EVARISTO ARNS: BISPO AUXILIAR DE SÃO PAULO.....	73
4 CAPÍTULO IV	
NOVO ARCEBISPO DE SÃO PAULO: ALGUMAS AÇÕES POLÍTICO-	
RELIGIOSAS DE D. PAULO EVARISTO ARNS.....	90
5 CONCLUSÃO.....	139
6 BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	145
7 ANEXO.....	152

ABREVIACOES USADAS

AD – *Ad Gentes*

GS – *Gaudium et Spes*

LG – *Lumen Gentium*

MED – *Medellín* *

* Os números ao lado da abreviação indicam a seqüência dos documentos aprovados na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.

INTRODUÇÃO

A tentativa de compreensão do modelo de Igreja católica em São Paulo construído durante os primeiros vinte anos de arcebispado de d. Paulo Evaristo Arns (1970 – 1990) é a grande motivação desse estudo. Por conta disso, decidimos pesquisar e analisar algumas de suas principais iniciativas pastorais consideradas de destacada importância pelas reações *ad intra e ad extra* provocadas – seja na população de São Paulo em geral, nos membros (bispos, padres, religiosas e fiéis leigos) da própria Arquidiocese de São Paulo, seja também na hierarquia da Igreja católica dentro e fora do Brasil.

Quinto arcebispo metropolitano e terceiro cardeal de São Paulo, d. Paulo Arns esteve à frente da Arquidiocese de São Paulo de 1º de novembro de 1970 a 22 de maio de 1998. Nosso trabalho não compreende toda essa duração. No entanto, fazemos a ressalva de que, na época ora estudada, registraram-se atividades e ações de grande repercussão implementadas por d. Paulo Arns.

Independentemente da questão temporal, o objeto estudado encerra em si uma relevância não somente para a historiografia da Igreja católica no Brasil, mas também para a da sociedade brasileira, considerando que esse período do arcebispado de d. Paulo Arns (1970 – 1990) desenrola-se durante uma época sem paralelo na história política recente do país. Resumidamente falando, compreende desde o recrudescimento do regime militar, a euforia do “milagre” econômico, as mobilizações sociais populares, a recessão da economia até a redemocratização do país.

Constatamos, na literatura inicialmente selecionada, que boa parte dos autores tende a focar a história de d. Paulo Arns na Arquidiocese de São Paulo pelo ângulo de sua postura de enfrentamento contra os governos militares. Tal fato histórico, sem dúvida, deveria merecer (e mereceu) toda a nossa atenção; porém, tentamos também levantar o véu sobre outros aspectos de sua atuação. Isto significa que nossa intenção pautou-se pela busca de possíveis novas revelações sobre seu modo de pensar e agir; como também pela verificação das dimensões religiosa e sociopolítica de algumas de suas principais iniciativas pastorais

METODOLOGIA DE TRABALHO

Afora nosso interesse pessoal, a decisão de debruçar-nos sobre a história do arcebispado de d. Paulo Arns deve-se também a um certo ineditismo do tema em produções acadêmicas, principalmente quando o enfoque é institucional, ou seja, quando a proposta é tentar compreender a complexa estrutura de uma Igreja católica particular, as motivações de seus dirigentes para determinados projetos e ações, suas influências sobre o meio social e suas atitudes em resposta às reações deste ambiente.

O desenvolvimento do trabalho esteve alicerçado em dois procedimentos de investigação. Empreendemos o levantamento e a análise de fontes primárias e secundárias com o propósito de buscar informações sobre a vida pessoal e a carreira religiosa de d. Paulo Arns; sobre a história da Igreja católica no mundo, no Brasil e em São Paulo; sobre o contexto social, político e econômico do Brasil e de

São Paulo antes e depois do regime militar. Na segunda etapa, conseguimos colher os depoimentos de alguns padres, religiosos e leigos que trabalharam com d. Paulo Arns no período que ora delimitamos. Os testemunhos foram fundamentais para uma melhor compreensão sobre as iniciativas por realizadas e incentivadas.

Os resultados de toda essa pesquisa podem ser conferidos nos quatro Capítulos adiante. No Capítulo 1, apresentamos e analisamos a história da realização de dois grandes eventos eclesiais: o Concílio Vaticano II (1962 – 1965) e a Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano, em 1968. Descrevemos alguns dos principais documentos promulgados e discutimos as mudanças preconizadas quanto à organização interna da Igreja católica e também às relações dos membros da instituição entre si e com o meio social.

No Capítulo 2, apresentamos um breve histórico da biografia de d. Paulo Arns, compreendendo o período desde sua infância em sua terra natal, Forquilha (SC), o início de sua carreira após a formação franciscana, os estudos de pós-graduação em Paris até sua estada por mais de dez anos em Petrópolis (RJ) onde exerceria diversos cargos (acadêmico, jornalístico e religioso). Incluímos também uma exposição sucinta do pensamento de São Francisco de Assis, a partir de informações do historiador Le Goff.

No Capítulo 3, abordamos o início da trajetória de d. Paulo Arns na Arquidiocese de São Paulo e analisamos principalmente suas primeiras atividades ainda quando bispo auxiliar de d. Agnelo Rossi. No Capítulo 4, tratamos de sua nomeação como arcebispo de São Paulo, descrevemos e analisamos algumas das principais iniciativas, selecionadas arbitrariamente em função de seu caráter religioso-institucional e também político-social.

1 CAPÍTULO I: A NOVA IMAGEM DE IGREJA CATÓLICA

1.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA DO CONCÍLIO VATICANO II (1962 – 1965)

O Concílio Ecumênico Vaticano II marcou uma fase singular de renovação na história recente da Igreja católica. O anúncio do papa João XXIII de convocação da assembléia conciliar, feito em 25 de janeiro de 1959, causou grande surpresa no mundo inteiro pela falta de expectativa de haver algum interesse por parte da hierarquia católica de promover a oportunidade de discussão e revisão de questões doutrinárias e disciplinares. Afinal, até aquele momento, a Igreja católica configurava-se como um modelo eclesial ultramontano. (1)

O ultramontanismo teria reaparecido na Europa, como expressão de conceitos e atitudes defendidos por uma ala conservadora da instituição (GAETA, 1991, p. 30) , e começado a ser usado mais particularmente na França e na Alemanha no início do século XIX, com o sentido explícito de indicar, na rosa-dos-ventos, “o ponto escolhido de referência e fidelidade” para os católicos. (WERNET, 1987, p. 178) O local, situado além das montanhas dos Alpes, seria Roma, a sede do poder papal.

(1) Informações sintetizadas sobre a origem da formação da Igreja ultramontana e sobre as suas influências política e social podem ser encontradas em duas obras de AZZI, Riolando: **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994 e O Concílio Vaticano II no contexto da Igreja e do mundo: uma perspectiva histórica. In **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 66, n. 262, abr. 2006. Petrópolis, RJ: Vozes. Ainda sobre o tema ver também WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987; GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de d. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873 – 1894)**. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

Azzi (1994, p. 7) acrescenta outros esclarecimentos sobre o enorme alcance simbólico do ultramontanismo. A expressão teria surgido como manifestação de obediência de muitos clérigos da França às determinações da Santa Sé em contraposição a uma parte expressiva do clero que defendia as tradições de fé do povo francês. Assim, ressalta o autor, “o ultramontanismo passou a ser o termo de referência para os católicos dos diversos países, cuja preocupação básica era a fidelidade às diretrizes romanas, mesmo afastando-se dos interesses políticos e culturais de suas respectivas pátrias”.

Procuraremos discorrer adiante sobre alguns aspectos que consideramos constitutivos da Igreja ultramontana, pois, no nosso entender, eles revelam indícios importantes para a compreensão do contexto eclesial existente antes do Concílio Vaticano II. Mas, desde já, fazemos a ressalva de que trata-se de uma exposição esquemática. Queremos tão somente apresentar algumas informações que poderão facilitar o entendimento sobre as mudanças ocorridas na Igreja católica. Não temos, portanto, a pretensão de debruçarmos em profundidade sobre o assunto.

Sendo assim, começaremos com a afirmação de que a Igreja ultramontana poderia ser definida por três principais características. Primeiramente, esse modelo eclesial caracterizava-se pela centralização nas mãos dos papas e/ou da Cúria romana de toda e qualquer decisão referente ao funcionamento da estrutura organizacional. A Cúria romana, por exemplo, através de seus dicastérios, tentava manter um controle rigoroso sobre todos os setores da estrutura eclesiástica, como o idioma que deveria ser empregado nas cerimônias litúrgicas, o tipo de formação ministrado nos seminários católicos espalhados pelo mundo, os hábitos de vida dos bispos e do clero, e até como deveria ser a atuação dos religiosos e missionários em suas atividades. Esses dicastérios, responsáveis por certas áreas específicas, teriam

chegado a enviar visitantes para verificar *in loco* a obediência a suas prescrições e decretos. Essa centralização institucional faria surgir como consequência uma padronização de práticas e hábitos por todo o orbe católico, desconsiderando, portanto, “[...] as diversidades sociais, econômicas, políticas e culturais típicas das regiões e dos países”. (AZZI, 2006, p. 345).

Ao longo desse período ultramontano, a instituição católica também empenharia-se em apresentar-se ao mundo como “uma sociedade perfeita, destinada a levar os homens à salvação eterna” e como uma “organização eminentemente espiritual e, por conseguinte, superior a todos os governos políticos”. (AZZI, 2006, p. 343). A Igreja apoiava-se num discurso impregnado de “espiritualismo”, como bem define Azzi, para tentar fortalecer-se frente aos Estados nacionais com os quais disputava um poderio político, social e religioso sobre as sociedades. Consideramos o “espiritualismo” como a segunda característica da Igreja ultramontana.

O papa Pio IX (cujo pontificado ocorreu de 1846 a 1878) , por sua vez, não teria medido esforços para ampliar a “sacralização” (outra boa expressão de Azzi) de sua autoridade, o que reforçava ainda mais esse “espiritualismo”. Seria como uma resposta do pontífice (e, por conseguinte, da própria Santa Sé) por ter sido despojado de seu poder temporal com a perda de territórios, entre eles os Estados Pontifícios (2), que estavam sob sua autoridade civil. Pio IX, então, encorajaria e apoiaria “o

(2) Os Estados Pontifícios situavam-se na parte central da península itálica. Integravam uma federação – formada ainda por Toscana e Reino de Nápoles – presidida pelo papa. Ao longo do processo de unificação que culminaria na constituição do Estado italiano nacional, todos esses territórios seriam anexados ao Reino da Itália. Em 1870, Roma seria anexada e tornar-se-ia a capital do novo reino. Informações extraídas de BARRACLOUGH, Geoffrey (Ed.). **Atlas da História do Mundo**. 1ª. edição brasileira. São Paulo: Folha de São Paulo, 1995, p. 213.

movimento de veneração pessoal do papa através de audiências, bênçãos e peregrinações”. Teria tomado outra providência de incentivar “o restabelecimento do óbolo de São Pedro como contribuição voluntária em favor do papa e da Cúria”. (WERNET, 1987, p.180).

Esse discurso de “espiritualismo” atingiu seu grau mais elevado no decorrer do pontificado de Pio IX, mais precisamente após o breve Concílio Vaticano I, realizado de 8 de dezembro de 1869 a 20 de outubro de 1870, em Roma. Durante a assembléia conciliar foi aprovada a constituição dogmática *Pastor Aeternus*, que acabou recebendo o título de Primeira Constituição Dogmática sobre a Igreja de Cristo. O documento estabeleceria duas prerrogativas que iriam consolidar o processo de fortalecimento do poder espiritual dos papas: o primado de jurisdição e a infalibilidade pessoal.

Podemos inferir, com base nos comentários de Alberigo (2005, p. 384 e 385) sobre o texto conciliar, que o instituto do primado de jurisdição significava que não deveria restar mais nenhuma dúvida a respeito da primazia dos papas sobre toda a estrutura eclesiástica. Ou seja, todos os clérigos e todas as Igrejas locais estavam, de fato e de direito, hierarquicamente subordinados aos pontífices e a eles deveriam total obediência. Além disso, os papas estavam investidos da função de “supremo juiz de qualquer controvérsia eclesiástica”, enquanto eles, por sua vez, não poderiam ser julgados por ninguém.

A autoridade papal será reforçada ainda mais com o expediente da infalibilidade pessoal. Por determinação conciliar, os papas tornaram-se infalíveis sempre quando faziam um pronunciamento solene sobre assuntos relativos à fé e aos costumes cristãos e considerados relevantes para toda a Igreja católica. Sendo assim, podemos afirmar que o primado de jurisdição e a infalibilidade papal visaram

rechaçar quaisquer pretensões dos Estados de intervir em assuntos estritamente religiosos, além de tentar manter toda a organização eclesiástica em uma espécie de redoma contra os “erros” do modernismo. (3)

O modelo ultramontano de Igreja caracterizaria-se também pelo aspecto do clericalismo. Enquanto havia um empenho de valorização da classe eclesiástica – como exemplifica Azzi (2006, p.350), “os clérigos eram considerados os mestres da doutrina e da moral e, ao mesmo tempo, os transmissores da graça divina por meio da administração dos sacramentos” –, os fiéis leigos deveriam seguir fielmente as diretrizes clericais. Aliás, “o ideal de vida cristã” proposto para eles, conforme afirma Azzi, consistiria numa participação cada vez maior na instituição eclesiástica, porém com a condição de manterem-se submissos aos ensinamentos clericais e bem longe de questões mundanas.

Wernet (1987, p. 185) endossa essa premissa ao afirmar que o catolicismo ultramontano teria se articulado “segundo um eixo de poder religioso”: os papas seriam um dos pólos para a Igreja universal, os bispos para cada diocese e o clero em cada paróquia. No seu entender, a concentração do poder religioso no mundo clerical fez com que os leigos passassem a ocupar “uma posição mais subalterna e passiva”. Apesar da valorização da classe eclesiástica perante aos fiéis, no entanto, aos clérigos e religiosos cabiam também o “exato cumprimento dos deveres”, como lembra Azzi (2006, p. 351). O cenário institucional poderia ser assim resumido: os

(3) Cf. GAETA, op. cit. , p. 35 e 36. Segundo a autora, o papa Pio IX teria publicado, em 1864, a encíclica *Quanta Cura* e um catálogo, o *Syllabus Errorum*, com oitenta proposições do ideário liberal burguês que a Igreja católica considerava inaceitáveis. Gaeta cita alguns exemplos considerados “erros” modernos: liberdade de culto, casamento civil, cemitérios leigos e liberdade na área educacional.

papas, assessorados por membros da Cúria Romana, tinham a competência exclusiva de decidirem sobre os rumos da Igreja. E os demais membros do corpo eclesial deveriam simplesmente seguir as determinações aprovadas sem questioná-las. Azzi (2006, p.352) atribui a essa “falta de exercício da capacidade crítica” o fato da instituição ter conseguido manter-se por anos numa situação de “estabilidade conservadora”.

Mas esse cenário eclesial começaria a modificar-se, paulatinamente, a partir dos anos 20 do século XX, com a crescente conscientização de parte do clero e do episcopado da necessidade de modernização em vários aspectos da Igreja católica, de modo que a instituição pudesse antecipar-se a dar novas respostas de fé a um mundo cada vez mais secularizado, urbanizado e industrializado.

Nesse contexto surgiriam grupos de mobilização defendendo uma atualização expressiva de diversas áreas da Igreja católica. Dentre as mudanças sugeridas, o uso do idioma vernacular nas celebrações litúrgicas e não somente o latim, que até então era o único aceito oficialmente; a volta aos estudos exegéticos da Bíblia, mas empregando conhecimentos de ciências auxiliares, como lingüística e arqueologia; e a aproximação com as outras Igrejas cristãs como também com as outras religiões. Além disso, esses grupos desejavam a integração dos fiéis leigos como membros ativos e não apenas como executores das decisões da hierarquia eclesiástica. Nesse sentido, a metodologia de trabalho, conhecida como Método Ver-Julgar-Agir, teria contribuído sobremaneira para um comprometimento do laicato no ambiente social. Segundo Boran (1994, p.25), “a nova proposta iria revolucionar a pedagogia dentro da Igreja tradicional, de modo especial na América Latina”.

O Método Ver-Julgar-Agir foi criado pelo padre belga Leon Joseph Cardijn. Membro de uma família de classe operária, ele teria fundado, em 1923, o movimento

de jovens católicos – a Juventude Operária Católica (JOC). A metodologia de trabalho desenvolve-se em três etapas: primeiro seria necessário analisar a realidade concreta das pessoas e/ou dos países (Ver), depois refletir sobre os dados levantados à luz da fé cristã (Julgar) e, por último, estabelecer ações visando transformar o meio ambiente pesquisado e/ou as situações encontradas (Agir). (4)

Concomitantemente, despontariam também novas orientações teológicas, como a chamada *Nouvelle Théologie* (Nova Teologia). Havia um esforço entre os defensores dessas teologias mais modernas de compatibilizar questões de fé com ciência. Lorscheider (2005, p. 14) define assim a Nova Teologia:

[...] uma teologia mais em contato com as fontes*; uma teologia mais aberta ao pensamento contemporâneo, em que pontificam três grandes categorias: a comunidade, a historicidade e a subjetividade; uma teologia com respostas às situações humanas concretas do aqui e do agora (teologia engajada), teologia luz das ações do ser humano.

(*nota: nosso entendimento é de que o autor está se referindo a fontes de revelação, ou seja, Tradição e Sagrada Escritura).

As idéias da Nova Teologia, interpretadas como um manifesto confronto com dogmas e leis preestabelecidos, seriam objeto de críticas e repreensões, culminando em sua condenação formal na encíclica *Humani Generis*, publicada em 12 de agosto de 1950 pelo papa Pio XII (cujo pontificado estendeu-se de 1939 a 1958). Alberigo (2005, p. 394) revela a gravidade dos desdobramentos da decisão papal

(4) Cf. informações baseadas em BORAN, Jorge. **O futuro tem nome: Juventude**. 3a. ed. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 23 – 25; e em MAINWARING, Scott. **A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 141

quando afirma que a encíclica “condenava as tentativas de renovação da reflexão doutrinária, abrindo um período de sanções disciplinares contra numerosos expoentes das principais escolas teológicas”. Mas tal condenação não impediria que essa nova maneira de fazer e pensar teologia fosse reconhecida mais tarde pelo Concílio Vaticano II.

1.2 A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA CONCILIAR

O papa João XXIII (seu pontificado ocorreu de 28 de outubro de 1958 a 03 de junho de 1963) estava concluindo uma semana de orações pela união dos cristãos em 25 de janeiro de 1959. Nessa data, ele revelaria ao mundo sua intenção de promover o *aggiornamento* (5) da Igreja católica, expressão que passaria a ser lembrada repetidas vezes no meio eclesiástico. O termo assinalava que a instituição mostrava-se disposta a entrar num processo de atualização de sua própria estrutura organizacional; de aproximação, particularmente, com as Igrejas cristãs; e de aceitação dos valores das sociedades contemporâneas.

Porém, o anúncio de convocação do XXI Concílio Ecumênico, o Vaticano II (6) – o primeiro foi realizado no ano 325, em Nicéia (7), atual cidade de Íznik,

(5) A palavra *aggiornamento* teria aparecido pela primeira vez no programa do Concílio Vaticano II proposto pelo papa João XXIII. Em 1963, o papa Paulo VI teria esclarecido que a palavra definia o método de trabalho da assembléia e significava reajustamento, adaptação à época. Cf. KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis, RJ: Vozes, (sem data), v. III, p. 501.

(6) Cf. ALBERIGO, Giuseppe (Org). **História dos concílios ecumênicos**. Tradução José Maria de Almeida. 3a. ed. São Paulo: Paulus, 2005, p. 8 e 10 . O autor explica que, pela tradição católico-romana, são considerados 21 concílios ecumênicos. Mas o livro apresenta também um breve histórico do Concílio de Florença ou Concílio de Ferrara-Florença-Roma (1438 – 1445), que teria acontecido simultaneamente ao de Basiléia (1431 – 1449). Há também informação sobre a qualificação dada aos concílios por seus próprios participantes. Por isso, essas assembléias foram denominadas ora ecumênicas ora gerais, em função da extensão de sua representatividade e, conseqüentemente, da extensão da normatividade canônica das suas decisões.

(7) Informação sobre o Concílio de Nicéia, ver PERRONE, Lorenzo. **De Nicéia (325) a Calcedônia (451)**. In ALBERIGO, op., cit., p. 13 – 45. Perrone relata que o Concílio de Nicéia reuniu-se “no dia 20 de maio de 325, no palácio imperial de Nicéia (no palácio do imperador romano Constantino I) [...]”. Porém, afirma não haver informações exatas sobre o encerramento do evento, cogitando que poderia ter terminado em 29 de junho ou 25 de julho de 325. (p. 26 e 44) ; Informação sobre a nova denominação da antiga cidade de Nicéia foi fornecida pela Embaixada da Turquia no Brasil , por e-mail turquia@conectanet.com.br, em 20 de maio de 2008.

localizada na região da Anatólia na Turquia – não teria repercutido de maneira unanimemente positiva entre o clero e o episcopado. Ao contrário, teria despertado tanto desconfianças e resistências, quanto sentimentos de esperança e otimismo.

A Cúria romana, por exemplo, não teria demonstrado simpatia pela decisão do papa, pois, segundo afirma Souza (2004, p. 24), seus membros consideravam que a “direção da Igreja estava na própria Cúria, e em boas mãos. Sendo assim, uma assembléia internacional [...] causaria mais confusão do que vantagens”. Alberigo (2005, p. 393) acrescenta outro fator: a suspensão do Concílio Vaticano I, em 1870, teria levado a maioria do clero e do episcopado a acreditar que a aprovação das prerrogativas do primado de jurisdição e da infalibilidade papal “tinha sepultado para sempre o hábito de se realizar concílios, tornando obsoleta a hipótese de novas convocações”.

Por outro lado, como bem lembra Alberigo (2005, p. 394), vários movimentos pró-renovação, surgidos antes da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) sobretudo na Europa centro-ocidental, já estariam promovendo “novas experiências de vida cristã” em vários aspectos da estrutura eclesial. Azzi (2006, p. 368) afirma que alguns clérigos e leigos atentos a essas iniciativas teriam se mostrado desejosos por uma rapidez no processo de modernização da instituição católica. Esses pontos de vista divergentes serão como uma marca indelével em todas as etapas do desenvolvimento da assembléia – desde sua fase preparatória até durante as sessões de debates e de elaboração dos documentos conciliares –, colocando em lados opostos grupos de bispos que passaram a ser reconhecidos por progressistas ou conservadores. O primeiro grupo seria liderado por bispos franceses, holandeses e alemães que desejavam reformas profundas na Igreja; e o segundo, teria sua base

na Cúria Romana e pretendia manter a instituição católica presa a um tradicionalismo medieval (BRESSER-PEREIRA, 1979, p. 52 e 53). (8)

O Concílio Vaticano II seria aberto oficialmente no dia 11 de outubro de 1962 pelo papa João XXIII (que veio a falecer no dia 3 de junho de 1963) e encerrado no dia 8 de dezembro de 1965 pelo papa Paulo VI. Na cerimônia de abertura realizada na Basílica de São Pedro, em Roma, teriam comparecido 2.540 padres conciliares – assim eram designados os participantes (abades, bispos, cardeais, patricarcas e superiores gerais) da assembléia. Durante os quatro anos de realização do evento, uma média de cerca de dois mil padres conciliares – provenientes do mundo inteiro, e não quase exclusivamente da Europa, como havia acontecido nos concílios anteriores – estiveram presentes nas sessões de trabalho (BRESSER-PEREIRA, 1979, p. 51).

Em relação aos padres brasileiros, 173 deles estiveram na solenidade de abertura. Nas sessões de trabalho seguintes, o número de participantes ficou assim: 183 padres brasileiros na segunda; 167 na terceira; e 192 na quarta e última (BEOZZO, 2004, p 139).

(8) Vale também conferir o trabalho de KLOPPENBURG, op. cit. O autor apresenta uma compilação de informações sobre todas as etapas da assembléia, em cinco volumes, revelando o clima dos debates e das votações dos documentos conciliares; Ver também o texto de ALBERIGO, **O Concílio Vaticano II (1962 – 1965)**, in ALBERIGO, op. cit., p. 393 – 440 ; e SOUZA, Ney de. **Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II**. In GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Vera Ivanise (Org.). **Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 17 – 67.

1.3 OS DOCUMENTOS CONCILIARES

Os embates nas sessões de trabalho resultaram na elaboração e aprovação de dezesseis documentos conciliares, promulgados pelo papa Paulo VI. Compõem-se de quatro constituições, três declarações e nove decretos (9) . Dentre esses textos, consideramos três – a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e o Decreto *Ad Gentes* – fundamentais para a finalidade de nosso estudo, pois entendemos que eles revelam a nova imagem que a Igreja católica pretendia ter de si mesma e que fosse percebida como tal pelas pessoas e sociedades do mundo contemporâneo. Por isso, procuraremos realçar alguns pontos desses três documentos indicados, que, para nós, são bastante representativos porque mostram uma tentativa de modernização de uma instituição até então engessada por convicções ultrapassadas. Alguns autores sustentam que os documentos expõem novidades muito pouco assimiladas e, por essa razão, ainda não teriam sido devidamente valorizadas pelos membros do corpo eclesial até os nossos dias atuais.

(9) Cf. VIER, Frederico. **Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos e declarações**. Petrópolis,RJ: Vozes, (sem data). Durante o Concílio Vaticano II foram promulgados 16 documentos: Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja e as relações de seus membros entre si; Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a Revelação Divina; Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* , sobre a Igreja no mundo de hoje; Constituição *Sacrosanctum Concilium*, sobre a Sagrada Liturgia; Decreto *Unitatis Redintegratio*, sobre o ecumenismo; Decreto *Orientalium Ecclesiarum*, sobre as Igrejas Orientais; Decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja; Decreto *Christus Dominus*, sobre o múnus pastoral dos bispos; Decreto *Presbyterorum Ordinis*, sobre o ministério e a vida dos presbíteros; Decreto *Perfectae Caritatis*, sobre a atualização dos religiosos; Decreto *Optatam Totius*, sobre a formação dos sacerdotes; Decreto *Apostolicam Actuositatem*, sobre o apostolado dos leigos; Decreto *Inter Mirifica*, sobre os meios de comunicação social; Declaração *Gravissimum Educationis*, sobre a educação cristã; Declaração *Dignitatis Humanae*, sobre a liberdade religiosa; Declaração *Nostra Aetate*, sobre as relações da Igreja com os não-cristãos.

1.3.1 CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA *LUMEN GENTIUM*

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, promulgada no dia 21 de novembro de 1964, representaria a primeira grande ruptura na autocompreensão da Igreja católica com a reintrodução do conceito de Igreja como povo de Deus. No nosso entender, esse fato significou a vontade explícita da instituição de pôr um fim na crescente centralização de poder dos papas e da Cúria Romana, e na crescente valorização do papel dos clérigos em detrimento da contribuição dos fiéis leigos. Mas quem seria esse povo de Deus? Todos os cristãos, ou seja, todos aqueles que crêem em Cristo, que estão a Eles ligados pelo batismo. Vejamos o que os padres conciliares quiseram dizer sobre essa questão através da transcrição de alguns trechos da *Lumen Gentium*:

Deus convocou e constituiu a Igreja – comunidade congregada daqueles que, crendo, voltam seu olhar a Jesus, autor da salvação e princípio da unidade e da paz – a fim de que ela seja para todos e para um o sacramento visível desta salutífera unidade. (LG, n. 9 / VIER, p. 49).

Um é pois o Povo eleito de Deus: ‘ um só Senhor, uma só fé, um só batismo’. (LG, n.32 / VIER, p. 78).

E ainda que alguns por vontade de Cristo sejam constituídos dos mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos demais, reina, contudo, entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo. (LG, n.32 / VIER, p. 78).

A Constituição teria estabelecido assim a “base laical” da Igreja católica , como interpreta Libânio (2004, p. 4), e não mais clerical como havia perdurado até o Vaticano II. Comblin acrescenta outra interpretação ao comentar sobre a inversão da

ordem dos textos contidos na *Lumen Gentium*, isto é, a descrição sobre o conceito de povo de Deus apresenta-se antes da descrição sobre a hierarquia da Igreja. Diz Comblin (2004, p. 14):

[...] o Concílio queria ensinar que na raiz os cristãos são iguais, sendo todos membros do povo de Deus, com a responsabilidade de caminhar seguindo o Evangelho. No seio do povo há serviços especiais. Mas os membros da hierarquia ou do clero não têm um destino diferente em virtude da ordenação. Não se salvam pela ordenação, mas pelo seguimento de Jesus, como todos os batizados. O que é comum a todos os cristãos é muito mais fundamental do que o que os distingue.

O documento traria ainda uma resposta a recorrente discussão sobre qual deveria ser a nova essência de uma Igreja que mostra-se disposta a modernizar-se, a interagir com o mundo dos dias de hoje e a repensar seus pontos de vista . Pelos textos, podemos inferir que essa nova Igreja, que emergia do Concílio Vaticano II, deveria estar a serviço de todo um povo, mas, sobretudo, das pessoas mais pobres. Prosseguindo com o raciocínio que estamos tentando desenvolver nessas páginas, podemos afirmar que essa mudança de postura significava uma intenção de romper definitivamente com aquela visão secular de triunfalismo da Igreja. Apresentamos um trecho do documento a esse respeito:

Cristo Jesus 'como subsistisse na condição de Deus, despojou-se a si mesmo, tomando a condição de servo' (Filip 2,6) e por nossa causa ' fez-se pobre embora fosse rico' (2 Cor 8,9): da mesma maneira a Igreja, embora necessite dos bens humanos para executar sua missão, não foi instituída para buscar a glória terrestre, mas para proclamar, também pelo seu próprio exemplo, a humildade e abnegação (LG, n. 8 / VIER, p. 47).

Como bem explica Comblin (2005, p. 21), enquanto a eclesiologia tradicional definiria a Igreja como detentora dos poderes de “[...] dizer e ensinar a verdade por meio do magistério, [...] de santificar por meio dos sacramentos e [...] de governar por meio de um conjunto de leis obrigatórias”, o Vaticano II empenharia-se para construir a imagem de uma Igreja que “não reclama para si nenhuma autoridade senão a de servir os homens”.

1.3.2 CONSTITUIÇÃO PASTORAL *GAUDIUM ET SPES*

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* seria um dos últimos documentos aprovados, cuja promulgação ocorreu no dia 7 de dezembro de 1965. Teve como objetivo fundamental mostrar que a Igreja queria construir um novo patamar de relações com o mundo contemporâneo. Isso significava que a instituição estaria colocando-se a serviço de todos os homens de hoje, mas, principalmente, dos mais pobres; estaria desejando ser solidária com seus problemas e aflições e valorizando suas aspirações e expectativas; como também estaria reconhecendo que os progressos alcançados pelos homens nas mais diversas áreas do conhecimento poderiam contribuir para o aprimoramento de suas próprias atividades e iniciativas.

Essa tentativa de mudança de postura pode ser constatada logo no primeiro parágrafo do documento. Vemos que a Igreja acena com demonstrações de solidariedade e respeito com a humanidade.

O texto inicia-se com a afirmação de que:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração. [...] Eles aceitaram a mensagem da salvação que deve ser proposta a todos. Portanto, a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história. (GS, n.1/ VIER, p. 143)

Podemos inferir que essa nova Igreja, que emergia do Concílio Vaticano II, não queria apenas mostrar que estava ciente de certas dificuldades que estariam afligindo o mundo, mas, sobretudo, mostrar que desejava estabelecer finalmente um diálogo com todos os homens sem fazer qualquer tipo de distinção. Outra novidade exposta no documento é a autocompreensão de Igreja como serviço ao homem, pois esse seria o verdadeiro mandamento de Cristo. A instituição estaria, portanto, colocando-se em uma posição de colaboradora para “o estabelecimento de uma fraternidade universal”, mas sem pretender almejar quaisquer privilégios temporais por essa colaboração. Vejamos outro trecho do documento que aborda essa questão:

[...] proclamando a vocação altíssima do homem e afirmando existir nele uma semente divina, o Sacrossanto Concílio oferece ao gênero humano a colaboração sincera da Igreja para o estabelecimento de uma fraternidade universal que corresponda a esta vocação. Nenhuma ambição terrestre move a Igreja. Com efeito, guiada pelo Espírito Santo, ela pretende somente uma coisa: continuar a obra do próprio Cristo, que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar e não para condenar, para servir e não para ser servido. (GS, n. 3/ VIER, p. 145).

Como bem lembra Miranda (2006, p. 94), alguns conceitos expressos na Constituição *Lumen Gentium* provenientes de “linhas teológicas” mais modernas devem ter influenciado, sobremaneira, os pontos de vista dos padres conciliares responsáveis pelos estudos e debates que resultariam na *Gaudium et Spes*. Podemos citar como exemplo a valorização da presença e atuação dos cristãos leigos na estrutura da Igreja. Vemos também a disposição da Igreja de querer transformar radicalmente sua auto-imagem, ao tentar deixar de lado a concepção de uma instituição antes mais voltada para si mesma, mais preocupada em reforçar o poder dos papas e em definir juridicamente direitos e deveres dos membros da instituição, para tentar criar uma nova concepção de Igreja que deveria ser solidária, respeitosa e dialogante.

Nas palavras de Miranda (2006, p. 95), essa nova concepção de Igreja católica significava “não mais dar as costas ao mundo, ou tratá-lo com ares de superioridade, mas acolhê-lo em toda a sua realidade para poder transformá-lo”. A cogitação de Miranda é de que, para atingir tal intento, os padres conciliares teriam sido forçados a adotar uma nova “metodologia” de trabalho. No nosso entender, o autor está se referindo ao Método Ver-Julgar-Agir. Ele faz os seguintes comentários acerca desse conceito de metodologia: para “refletir à luz da fé cristã a própria realidade humana”, seria necessário, em primeiro lugar, conhecer essa realidade concreta; em seguida, confrontá-la com a visão cristã; e, após esses procedimentos, poderiam ser elaboradas orientações pastorais mais adequadas e pertinentes à situação dada. Essa “metodologia” estará presente em alguns dos textos da *Gaudium et Spes*, mais especificamente naqueles que abordam os problemas do mundo contemporâneo.

Pretendemos agora analisar algumas considerações contidas no documento, que, na nossa opinião, são bastante relevantes para o entendimento das finalidades de nosso estudo. Queremos, porém, deixar claro que não temos a pretensão de fazer uma exegese dos documentos conciliares. Estamos ciente de que, para empreender essa tarefa, é preciso ter conhecimentos teológicos em profundidade.

Sendo assim, tentaremos extrair dos textos alguns aspectos que consideramos reveladores sobre como essa nova Igreja católica estaria olhando para, pensando e refletindo sobre os homens e as sociedades, com suas múltiplas questões de ordem religiosa, social, econômica e política. Primeiramente, podemos inferir que a instituição queria exortar todas as pessoas, independentemente de ter ou não uma opção religiosa, a preocupar-se com a construção de um mundo com mais justiça, liberdade e fraternidade, embora os padres conciliares tenham mantida explícita no documento a questão da rejeição ao ateísmo – o que poderia indicar uma grave nostalgia daquela Igreja tradicionalista. Eis um trecho do documento que aborda esse aspecto:

Ainda que rejeite absolutamente o ateísmo, a Igreja, contudo, declara com sinceridade que todos os homens, crentes e não-crentes, devem prestar auxílio à construção adequada deste mundo, no qual vivem comunitariamente. Isto certamente não é possível sem sincero e prudente diálogo. [...] Reclama a liberdade ativa para os crentes, a fim de que possam nesse mundo construir também o templo de Deus. Aos ateus, convida-os humanamente a refletir com toda a objetividade sobre o Evangelho de Cristo. (GS, n. 21 / VIER, p. 163 e 164).

Essa atitude, digamos, de tolerância religiosa explicar-se-ia pelo fato dos padres conciliares também estarem interessados em motivar as pessoas a se sentirem responsáveis pela promoção do bem-estar para si mesmas e para toda uma coletividade. Relacionada, diretamente, com esse aspecto, há também uma exposição contundente sobre direitos e deveres da pessoa humana, definidos, no documento, como “universais e invioláveis”. Na compreensão dos padres conciliares, os homens deveriam, portanto, ter acesso a “todas aquelas coisas” que lhes “são necessárias para levar uma vida verdadeiramente humana”. (GS, 26 / VIER, p. 169).

No texto, “todas aquelas coisas “ consistiriam nos direitos a alimentação, habitação, educação, como também a ter trabalho, informação e liberdade religiosa. Nota-se ainda um apelo explícito para que todos, -- mas, especialmente, o poder público e as empresas particulares em geral –, viessem a empenhar seus esforços em prol da promoção de justiça social e de liberdade de opção política.

Na *Gaudium et Spes*, verifica-se outra faceta renovada da Igreja quanto ao seu entendimento sobre o papel dos cristãos no mundo de hoje. A instituição passaria a reconhecer que ser cristão significava esforçar-se para conhecer as dificuldades pelas quais passava a humanidade, procurando agir para amenizá-las ou mesmo eliminá-las. Há uma afirmação textual de que “o divórcio entre a fé professada e a vida cotidiana” deveria ser considerado um “dos erros mais graves” que um cristão poderia cometer por não estar levando em conta as circunstâncias do mundo atual. (GS, n.43, VIER, p. 188 e 189).

Vemos, então, no documento, uma avaliação dos “problemas” considerados pela Igreja como “mais urgentes” do mundo contemporâneo (matrimônio e família,

cultura, vida econômico-social e política dos países e união dos povos para a paz internacional) e também uma descrição de orientações pastorais a eles relacionadas.

As considerações expressas na *Gaudium et Spes* teriam tido grande influência sobre o modo de agir das Igrejas locais, particularmente, das Igrejas latino-americanas. Segundo estudo de Beozzo (1998, p. 841), de todos os documentos conciliares, a *Gaudium et Spes* teria sido a mais citada nos textos finais aprovados na assembléia dos bispos da América Latina realizada em Medellín, em 1968.

A respeito da questão do matrimônio e da família, observa-se nitidamente um conjunto de idéias com raízes perigosamente tradicionalistas. Há uma afirmação no texto, por exemplo, de que a instituição família estaria sendo obscurecida pela “poligamia”, pela “peste do divórcio”, e que o casamento estaria sendo profanado pelo “egoísmo”, pelo “hedonismo” e por “práticas ilícitas contra a geração”. (GS, n. 47 / VIER, p. 195).

Essa atitude retrógrada talvez possa ser compreendida se considerarmos as deduções de Comblin (2004, p.9), segundo o qual a maioria dos padres conciliares teria feito certas concessões a um grupo minoritário conservador resultando na inclusão de algumas de suas reivindicações nos textos finais da *Gaudium et Spes*. Por causa disso, teriam sido publicados “textos dotados de evidente ambigüidade”, afirma Comblin.

Por outro lado, os textos referentes à promoção da cultura levam-nos a voltar a enxergar aquela proposta de *aggiornamento* que teria sido tão reivindicada pela maioria os bispos conciliares. Na nossa opinião, a volta à modernidade,

digamos assim, ficaria evidenciada nesse trecho referente ao tema cultura:

O Sagrado Concílio declara que há ‘duas ordens de conhecimentos distintas, a saber, a da fé e a da razão. Portanto, a Igreja não pode absolutamente impedir que ‘as artes e disciplinas humanas usem de princípios e métodos próprios, cada uma em seu campo’. Por isso, ‘reconhecendo a justa liberdade’, afirma a legítima autonomia da cultura humana e particularmente das ciências. (GS, n. 59 / VIER, p. 211).

Além disso, há uma certa exortação no documento para que todas as pessoas, sobretudo os cristãos, fizessem um certo esforço no sentido de tentar conscientizar-se entre si de seus direitos aos benefícios da cultura, principalmente o direito à educação; e também de seus deveres com seu próprio auto-aprimoramento. Em relação a atividades inerentes à Igreja, nota-se uma preocupação de unir princípios teológicos com descobertas científicas, sobretudo nas áreas de psicologia e sociologia. A intenção seria a de que os fiéis viessem a ter “uma vida de fé mais pura e amadurecida”. (GS,n. 62 / VIER, p. 215).

No capítulo sobre aspectos econômicos e sociais, observamos que o texto inicia-se com uma avaliação crítica de que haveria uma injusta partilha dos benefícios do progresso da economia mundial. Na visão dos padres conciliares, o aumento das riquezas produzidas em todo mundo, contrariamente ao que se teria imaginado, não estaria correspondendo a uma diminuição proporcional das desigualdades sociais e econômicas dentro dos países e entre os países.

Em virtude desse cenário, são apontadas as seguintes orientações: todos, enquanto cidadãos, deveriam poder ajudar no progresso de suas próprias comunidades; deveria haver participação conjunta de empregadores e empregados

na gestão das empresas; e deveria prevalecer o diálogo entre as partes como o primeiro recurso a ser buscado em quaisquer situações de conflitos. No entanto, verifica-se também, no documento, o reconhecimento do direito de greve, “como recurso necessário” para a “defesa dos próprios direitos e a realização das reivindicações justas dos trabalhadores”. (GS, n.68 / VIER, p. 224).

Quanto aos textos referentes a assuntos políticos, constata-se também uma postura mais crítica por parte dos padres conciliares. Vemos, textualmente, uma condenação explícita em relação a quaisquer governos políticos que tivessem impedindo ou viessem a impedir o exercício dos direitos civis e a liberdade de opção religiosa; que fossem ou viessem a ser responsáveis pelo aumento de crimes políticos; ou que tivessem desviado ou viessem a desviar benefícios públicos para proveito dos próprios governantes ou de seus partidos políticos. Por outro lado, há uma defesa clara de que as associações de natureza familiar, social ou cultural, além de corporações e organismos de qualquer sorte, deveriam ter liberdade de ação.

É interessante observar alguns esclarecimentos sobre as razões pelas quais a Igreja católica estaria adotando tais discursos. Vejamos um trecho sobre esse fato:

Cada uma em seu próprio campo, a comunidade política e a Igreja são independentes e autônomas uma da outra. Ambas, porém, embora por título diferente, estão a serviço da vocação pessoal e social dos mesmos homens. Tanto mais eficazmente executarão para o bem de todos este serviço, quanto melhor cultivarem entre si a sã cooperação, consideradas também as circunstâncias dos tempos e lugares. Pois o homem não está restrito apenas à ordem temporal, mas, vivendo na história humana, conserva integralmente a sua vocação eterna. (GS, n. 76 / VIER, p. 235).

Vemos que a Igreja pretendia deixar claro que sua missão não seria de ordem política, mas, sim, religiosa. Porém, a instituição entenderia que deveria colocar-se à disposição de maneira irrestrita para ajudar a melhorar a vida dos homens e das sociedades. Por conta dessa convicção, verifica-se, no capítulo sobre a união dos povos e a construção da paz, uma afirmação defendendo a participação da Igreja em organismos internacionais de promoção da paz, com o objetivo de “fomentar e despertar a cooperação entre os homens [...]”. (GS, n.89 / VIER, p. 251).

Há também muitas considerações relativas ao problema das guerras. Nesse caso, talvez em razão do contexto político da época, dominado pela sombra da chamada “guerra fria”, entre Estados Unidos e a antiga União Soviética. Logo no início do texto sobre a união dos povos e a construção da paz, encontramos uma definição do conceito de paz para os padres conciliares – que, aliás, será retomado na assembléia dos bispos latino-americanos de Medellín. De acordo com a visão deles, a paz não seria a “mera ausência de guerra”, nem se reduziria ao “simples equilíbrio de forças entre os adversários”, nem seria “resultado de opressão violenta”: antes seria “adequada e propriamente, definida ‘obra da justiça’”. (GS, n.78/ VIER, 237).

1.3.3 DECRETO *AD GENTES*

No Decreto *Ad Gentes*, promulgado no dia 7 de dezembro de 1965, constata-se a nítida intenção de mostrar que as atividades missionárias deveriam ser

abraçadas por todo o povo de Deus, ou seja, por todos os cristãos. Podemos dizer que o documento expressaria uma mudança radical a ser realizada no próprio *modus operandi* das missões, a partir do Concílio Vaticano II. Isso porque a atividade sempre fora apresentada como uma tarefa específica de missionários vinculados a institutos de missões, reconhecidos pela Santa Sé e organizados pela Congregação de *Propaganda Fide*, cujo denominação atual é Congregação para a Evangelização dos Povos.

O esforço empreendido pelos padres conciliares para reverter o sentido tradicional de missões teria sido provocado por dois motivos: a crescente penetração das religiões não-cristãs em países recém-independentes da África e da Ásia e o processo de descristianização em países europeus, que precisariam ser reevangelizados.

Surgiria, então, a idéia de que a Igreja toda deveria ser missionária, “constituindo novo símbolo da Igreja renovada”. (COMBLIN, 2005, p. 22). Em outras palavras, surgiria o consenso em torno de “uma Igreja que não põe mais no centro o *ter* missões, mas o *ser* missionário”. (SUESS, 2006, p. 120. *Obs.: O destaque em itálico é do autor citado*). Em uma passagem do texto, constata-se essa afirmação:

Toda a Igreja é missionária e a obra de evangelização, o dever fundamental do Povo de Deus. Eis por que o Santo Sínodo convida todos à profunda renovação interior para, fazendo-se vivamente conscientes da própria responsabilidade na difusão do Evangelho, tomarem o devido lugar na obra missionária entre os povos. (AG, n. 35 / VIER, 391).

Essa mudança de estratégia explicaria, portanto, o sentido das orientações contidas no Decreto *Ad Gentes*. Os seguintes trechos talvez poderão dar uma idéia do estilo convocatório dominante no documento. Um deles faz referência de que a prática de evangelização poderia ser concretizada pelo exemplo de vida e pelo diálogo:

[...] Onde quer que vivam, pelo exemplo da vida e pelo testemunho da palavra, devem todos os cristãos manifestar o novo homem que pelo batismo vestiram, e a virtude do Espírito Santo que os revigorou pela confirmação (*crisma*). Assim os outros, vendo as suas boas obras, glorificarão ao Pai e mais perfeitamente compreenderão o autêntico sentido da vida e o vínculo universal da comunhão fraterna. (AG, n.11/ VIER, p. 364).

Outro trecho expressa a necessidade de maior atenção à formação de catequistas:

O ofício dos catequistas assume máxima importância em nossos dias, de clero tão reduzido diante da tarefa de evangelizar tantas multidões e exercer o ministério pastoral. A formação deles, por conseguinte, dever aperfeiçoar-se e acomodar-se ao progresso cultural [...]. (AG, n. 17/ VIER, p. 373).

Constata-se também, no documento, um apelo veemente para a promoção do apostolado dos leigos. Isso fica explícito na seguinte frase: “a Igreja não se acha deveras consolidada, não vive plenamente, não é um perfeito sinal de Cristo entre os homens, se aí não existe um laicato de verdadeira expressão que trabalhe com a hierarquia”. (AG, n.21 / VIER, p. 378).

Entre os membros da Igreja, os bispos são os primeiros encarregados da tarefa da evangelização. Mas, pelas determinações do Decreto *Ad Gentes*, não lhes bastaria apenas exercerem a função de “arautos da fé”. Pelo exposto, vemos que há uma dupla preocupação em relação à nova atuação esperada dos bispos. Eles deveriam tentar compreender a situação de vida concreta de seus fiéis, mas, ao mesmo tempo, deveriam cuidar de manter as convicções desses fiéis a respeito da religião cristã, em virtude de transformações introduzidas na sociedade contemporânea – como “urbanização”, “migrações” e “indiferentismo religioso”. (AG, n. 20/ VIER, 377).

1.4 A II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO

A II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano nasceria com o objetivo de empreender uma releitura das diretrizes conciliares a partir do contexto socioeconômico e político dos países da região, como sugere o próprio tema escolhido para a assembléia – “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. Mesmo tendo como referência o evento conciliar, o “ponto de partida” das análises dos bispos latino-americanos teria sido a realidade do povo e dos países latino-americanos. (BEOZZO, 1998, p. 833) E, das conclusões finais dos debates, iria emergir uma Igreja voltada preferencialmente para as pessoas mais pobres da região.

A II Conferência dos bispos latino-americanos seria aberta oficialmente pelo papa Paulo VI em 24 de agosto de 1968, em Bogotá. A realização dos trabalhos, no entanto, ocorreria entre os dias 26 de agosto e 6 de setembro do mesmo ano, em outra cidade colombiana, Medellín. A assembléia teria reunido cerca de 200 pessoas, das quais 130 com direito de participar das sessões de trabalho, votar e aprovar os textos dos futuros documentos. Além disso, o evento teria tido uma feição mais ecumênica em função de seus participantes. Estiveram presentes bispos, sacerdotes, religiosos, como também peritos e leigos católicos, representantes de organismos europeus e norte-americanos de ajuda e cooperação com a América Latina e ainda representantes de Igrejas evangélicas e ortodoxas. Na delegação brasileira, havia cerca de 30 pessoas (29 homens e uma mulher), sendo que 25 tinham direito a voz e voto nas sessões de trabalho. (BEOZZO, 1994, p. 152 e 157).

A idéia de realização dessa assembléia teria começado a surgir ainda durante o Concílio Vaticano II, segundo Beozzo (1998, p. 824), graças aos encontros

dos bispos latino-americanos em assembléias e sessões de estudos (por conta dos debates conciliares) promovidos pelo Conselho Episcopal Latino-Americano – Celam (10) . Destas reuniões teria suscitado entre os bispos latino-americanos, afirma o autor, “a convicção da necessidade de um grande esforço conjunto do continente para encaminhar a aplicação à vida da Igreja da América Latina das resoluções, decretos e reformas urgidas pelo Concílio” .

Ainda conforme Beozzo (1998, p. 825), a proposta de realização da Conferência também teria sido impulsionada pelo fato de que temas considerados fundamentais para a América Latina não terem sido incluídos na pauta de discussões no Concílio Vaticano II, determinada, em grande parte, pelos episcopados centro-europeus. A presidência do Celam teria apontado esse fato ao papa e expressado o desejo de promover uma segunda conferência dos bispos latino-americanos. A primeira foi realizada de 25 de julho a 4 de agosto de 1955, na cidade do Rio de Janeiro. Vemos no discurso de abertura da II Conferência Episcopal feito pelo então presidente do Celam, d. Avelar Brandão Vilela, essa informação confirmada. D. Avelar relata que ele havia conversado com o papa Paulo VI sobre seu desejo de concretizar a idéia de realização da nova assembléia.

Essa audiência teria acontecido no dia 2 de dezembro de 1966. (CELAM, p. 32). D. Avelar conta ainda que teria recebido, no dia 20 de julho de 1967, pela

(10)A idéia da criação do Celam surgiu durante a I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, no Rio de Janeiro (RJ). Foi fundado em 1955 , pelo papa Pio XII, com o objetivo de ser um “organismo de contato, de serviço e de colaboração junto aos diversos episcopados nacionais do continente”. A sede fica em Bogotá, Colômbia. Informações extraídas do discurso do então presidente do Celam, d. Avelar Brandão Vilela, proferido na solenidade de abertura da II Conferência Episcopal. In CELAM. **A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio: Conclusões de Medellín.** 3^a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970, p. 31 e 32.

presidência da Pontifícia Comissão para a América Latina – CAL (11), a informação de que o papa finalmente teria consentido na convocação da assembléia. (CELAM, p.32).

Beozzo, (1998, p. 826) lembra que uma das motivações para a realização do evento teria sido a necessidade de revisão das conclusões da primeira conferência. No entanto, ele afirma que o objetivo principal teria sido a aplicação à América Latina das diretrizes contidas nos documentos conciliares, a partir da realidade socioeconômica, política e religiosa do continente.

O papa Paulo VI (cujo pontificado teve duração de dia 21 de junho de 1963 a 6 de agosto de 1978) teria proferido um discurso para cerca de 600 bispos latino-americanos, no dia 24 de novembro de 1965, por ocasião do décimo aniversário de fundação do Celam. Durante o pronunciamento, ele teria manifestado publicamente sua aprovação para a realização da assembléia. (BEOZZO, 1998 , p. 826). Este teria sido outro fator importante para a tomada de decisão da presidência do Celam no sentido de convocar o novo evento.

Naquele momento, o papa também teria destacado alguns problemas socioeconômicos que, na sua opinião, seriam comuns a vários países da América Latina (como êxodo de populações rurais para as cidades, aumento do número de favelas e analfabetismo). Além disso, também teria ressaltado que, por conta dessa

(11)A Pontifícia Comissão para a América Latina (CAL) foi instituída em 19 de abril de 1958, pelo papa Pio XII, com o objetivo de “estudar de maneira unitária os problemas fundamentais da vida católica da América Latina em estreita cooperação com os Sagrados Dicasterios da Cúria romana empenhados em sua solução”. Informações extraídas do discurso do cardeal Antonio Samoré, então presidente da CAL, proferido na solenidade de abertura da II Conferência Episcopal. In CELAM, op. cit., p. 26.

situação, infiltrariam-se facilmente “forças operantes perigosas”, que poderiam desagregar à “unidade religiosa e moral” das sociedades. O papa teria apontado, por exemplo, que o pensamento ateu marxista estaria sobressaindo como “a mais prejudicial e mais atrativa” entre as “forças” do campo social e econômico.

Paulo VI também teria questionado os bispos latino-americanos em relação a questões de ordem religiosa, como, por exemplo, se eles teriam estatísticas sobre quais as classes sociais que professavam o catolicismo e sobre o despertar das vocações eclesiais. O pontífice também teria chamado a atenção para as grandes propriedades de terras pertencentes às Igrejas na América Latina, exortando os bispos a dar uma melhor destinação a esse patrimônio. (KLOPPENBURG, v. 5, p. 458 – 461).

Apesar desses acontecimentos de incentivo, a assembléia somente seria convocada quase três anos depois. De acordo com explicações de Beozzo (1998, p. 826), o atraso teria sido ocasionado por dois fatores: a “instável situação político-social da América Latina” e as divergências internas entre o Celam e a Santa Sé, representada pela CAL, sobre a “repartição da responsabilidade na organização da II Conferência e no estabelecimento do regulamento”.

1.5 AS CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE MEDELLÍN

A II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano também teria como característica singular a inovação na metodologia de trabalho adotada. Pela estruturação dos documentos aprovados, vemos a utilização explícita do Método Ver-Julgar-Agir. Primeiro, levantamento de fatos de uma situação sobre a qual os bispos pretendiam fazer suas reflexões; em seguida, análise das informações colhidas sob o ponto de vista teológico; e, por fim, recomendação de ações pastorais. Esse procedimento metodológico não é tão facilmente perceptível nos documentos promulgados no Concílio Vaticano II.

Teriam sido constituídas dezesseis comissões de estudos e elaboração dos textos com a presença mista de participantes, ou seja, não havia apenas bispos mas também padres, religiosas, leigos, teólogos e representantes de igrejas não-católicas. Pelas palavras de Beozzo (1998, p. 828), podemos inferir o quanto essa sistemática teria contribuído positivamente para o desenvolvimento e os resultados finais da Conferência de Medellín. O autor comenta que:

Os trabalhos em grupo, nas comissões, permitiram cruzar a experiência pessoal dos participantes com os dados apresentados, colocar em comum a visão dos bispos com a prática de leigos e leigas, religiosos e religiosas, peritos e teólogos, párocos do clero diocesano e observadores não-católicos.

O autor (1998, p. 832) afirma ainda que essa mecânica de trabalho teria permitido uma participação ativa de todos na elaboração dos textos, significando que, “simbolicamente, a Igreja toda estava ali implicada na busca dos caminhos para

melhor servir ao povo latino-americano, no sentido de sua redenção e libertação”. Porém, nas sessões de votação e aprovação dos textos somente puderam participar bispos e sacerdotes, os quais tinham direito de voz e voto.

Durante a assembléia, foram também votados e aprovados dezesseis documentos, como havia acontecido no Concílio Vaticano II. A diferença é que os textos foram agrupados em três blocos: Promoção Humana, Evangelização e Crescimento na Fé e a Igreja Visível e suas Estruturas. (12)

Queremos destacar alguns aspectos sobre as conclusões de Medellín que consideramos relevantes, prosseguindo com a mesma finalidade que nos fez debruçar sobre os documentos do Concílio Vaticano II. Nosso objetivo é tentar mais adiante inferir sobre as prováveis influências das decisões dos bispos latino-americanos sobre a autocompreensão da Igreja de São Paulo durante os primeiros vinte anos de arcebispado de d. Paulo Evaristo Arns.

A principal constatação pela leitura dos documentos é de que os bispos latino-americanos teriam decidido que as pessoas mais pobres deveriam ser, a partir daquela assembléia, o centro das preocupações das Igrejas da região.

O documento intitulado Pobreza da Igreja apresenta de maneira bastante explícita essa tomada de decisão. O texto inicia-se com uma afirmação contundente de que eles não poderiam ficar indiferentes diante de “tremendas injustiças sociais existentes na América Latina”. Essas “injustiças”, na opinião dos bispos, estariam

(12) Os dezesseis textos finais ficaram assim divididos nos três blocos: Promoção Humana, com cinco documentos (Justiça, Paz, Família e Demografia, Educação, Juventude); Evangelização e Crescimento na Fé, com quatro (Pastoral Popular, Pastoral de Elites, Catequese, Liturgia) e Igreja Visível e suas Estruturas, com sete (Movimento de Leigos, Sacerdotes, Religiosos, Formação do Clero, Pobreza da Igreja, Pastoral de Conjunto, Meios de Comunicação Social). In CELAM. Op. cit.

mantendo a maioria dos habitantes da região em uma “dolorosa pobreza”, a qual, em muitos casos, chegaria a ser “miséria inumana” -- podemos entender que significaria uma situação de extrema gravidade socioeconômica. (MED. 14, n.. 1).

Vemos também o reconhecimento dos bispos da imagem negativa que os membros da Igreja (no caso, bispos, padres e religiosas) teriam perante à população latino-americana, por acreditarem que eles fossem “ricos e aliados dos ricos”. (MED. 14, n..2). Mas, por outro lado, eles não deixam de se defenderem argumentando que muitas vezes se confundiria “a aparência com a realidade”. Vejamos um trecho no qual eles apresentam alguns esclarecimentos acerca dessa percepção negativa:

Inúmeros fatores contribuíram para criar essa imagem de uma Igreja hierárquica rica. Os grandes edifícios, as casas paroquiais e de religiosos quando são de qualidade superior às do bairro em que vivem, os veículos, às vezes luxuosos, e a maneira de vestir herdada de outras épocas são alguns desses fatores.

Eles finalizam sua análise da realidade socioeconômica da América Latina da época admitindo que, no contexto de pobreza e até miséria em que viveria a grande maioria do povo latino-americano, os bispos, sacerdotes e religiosos teriam “o necessário para a vida e também uma certa segurança”, enquanto os pobres muitas vezes não teriam o mínimo indispensável para viver. (MED. 14 , n. 3).

Após essa análise, seguem os argumentos dos bispos sobre o conceito de pobreza e algumas orientações acerca de como as Igrejas da América Latina deveriam atuar, a partir daquele momento, baseadas nesse novo preceito. Uma das recomendações é que fosse dada preferência “efetiva aos setores mais pobres,

necessitados e segregados [...]”. Também a instituição deveria “tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres”. Na opinião dos bispos, essa solidariedade significaria tomar os problemas dos pobres como se fossem deles próprios. (MED. 14, n.9 – 10).

Outra orientação diz respeito a dar testemunho de pobreza. A partir daquele momento, os bispos deveriam, por exemplo, ter moradias mais modestas e um modo de se vestir mais simples. Exortavam também a todos os sacerdotes “a dar o testemunho de pobreza e desprendimento dos bens materiais”, como alguns deles que trabalhavam nas zonas rurais e em bairros pobres já estariam fazendo. Também solicitavam as comunidades religiosas que fundassem novos núcleos preferencialmente em regiões mais pobres. (MED. 14, n. 12 , 15 e 16).

Além disso, eles recomendavam que as Igrejas latino-americanas deveriam agir como humildes servidoras de toda a humanidade, retomando, portanto, uma das determinações do Concílio Vaticano II. Vejamos um trecho do documento bastante esclarecedor sobre o pensamento dos bispos sobre esse assunto:

Queremos reconhecer todo o valor e autonomia legítima que têm as tarefas temporais; servindo-nos delas não queremos desvirtuá-las nem desviá-las de seus próprios fins. Desejamos respeitar sinceramente a todos os homens e escutá-los para servi-los em todos os seus problemas e angústias. (MED. 14, n. 18).

Beozzo nos leva a concluir que um dos méritos da II Conferência Episcopal Latino-americana teria sido o fato de ter conseguido colocar em relevo a questão da Igreja dos pobres, que não havia tido plena recepção na assembléia conciliar. Ele

relata (1998, p. 835) as dificuldades enfrentadas por quem acreditava que essa problemática deveria ser considerada prioridade:

O tema da pobreza foi insistentemente relançado durante o Concílio pelos bispos que se organizaram em torno desta preocupação. [...] O grupo “Igreja dos Pobres”, integrado por um bom número de bispos latino-americanos, em especial do Brasil, conseguiu escasso sucesso nos seus intentos de levar o Concílio a fazer desta dimensão o seu eixo estruturante.

Por conta dessa decisão de tomar para si os problemas dos pobres da região, os bispos latino-americanos defenderiam que a Igreja deveria ter “estruturas pastorais aptas” para enfrentar a situação. A recomendação assentava-se sobre a idéia da necessidade de um reajustamento das estruturas eclesiais com vistas a um desenvolvimento mais eficiente das ações pastorais. Podemos inferir que a expansão das comunidades eclesiais de base na América Latina teria sido impulsionada por essa resolução dos bispos.

No documento Pastoral de Conjunto, as CEBs receberiam outra denominação, ou seja, comunidades cristãs de base. Observa-se, na ordenação apresentada no documento, que essas comunidades de base precedem às demais estruturas eclesiais tradicionais, como paróquias e dioceses. Talvez este fato revele o grau de importância que os bispos estariam atribuindo às CEBs. Na nossa opinião, essa prevalência está explicitamente enunciada nesse trecho:

Assim, a comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela, portanto, célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento. (MED. 15, n. 10).

Um dos aspectos de distinção entre as comunidades de base e as demais estruturas tradicionais seria a escolha dos dirigentes ou líderes, que os bispos consideraram como elementos fundamentais para a existência das CEBs. Eles poderiam ser quaisquer membros da Igreja – ou seja, de sacerdotes a leigos; embora fosse desejável que pertencessem às comunidades que seriam por eles animadas.

Podemos inferir que esse rearranjo organizacional teria como objetivo uma descentralização das atividades pastorais, de modo que a Igreja pudesse atender ao maior número de católicos e, ao mesmo tempo, tentar atrair novos fiéis. Os enunciados dos bispos nos levam a entender também que os párocos deveriam esforçar-se para manter a unidade pastoral entre suas paróquias e as comunidades de base a elas ligadas. Como esses núcleos deveriam estar (e estão) vinculados a alguma paróquia, pertenceriam à estrutura formal da Igreja e, conseqüentemente, deveriam seguir suas orientações doutrinárias.

Fazendo uma comparação entre algumas novidades que emergiram no Vaticano II e em Medellín, Campos (1999, p. 27) enfatiza que “se o Concílio contribuiu grandemente para a valorização do laicato, Medellín contribuirá extraordinariamente para situar o lugar das CEBs na estrutura da Igreja e como grupo celular, isto é, como lugar de evangelização na base” (tradução nossa).

Observa-se ainda, pelas afirmações dos bispos, que a natureza religiosa das CEBs não deveria ser impedimento para tomadas de decisões políticas. Isso está descrito explicitamente no documento sobre Justiça. Verifica-se, textualmente, que as CEBs deveriam ser desenvolvidas para “estabelecer um equilíbrio frente aos grupos minoritários, que são os grupos de poder”. (MED.1, n. 20).

Ainda no documento sobre Justiça, vemos que as comunidades eclesiais de base fariam parte de um conjunto de recursos que as Igrejas deveriam lançar mão

sempre quando quisessem informar e conscientizar as pessoas dos problemas sociais, econômicos e políticos de seus países. A criação de comissões de Justiça e Paz seria outro instrumento que poderia ajudar as Igrejas a alcançarem tal objetivo. Esses organismos deveriam ser fundados ao menos em nível nacional, ou seja, vinculados às Conferências Episcopais nacionais. Os bispos também indicariam alguns objetivos dessas comissões: por exemplo, estabelecer “um diálogo eficaz” com pessoas e instituições responsáveis por decisões que pudessem afetar o bem comum, e também “denunciar” tudo o que pudesse pôr em perigo a paz interna e externa das comunidades nacionais e internacionais. (MED. 1, n. 21).

No documento sobre Justiça, vemos também uma veemente exigência por respeito aos direitos sociais e políticos dos cidadãos latino-americanos. Segundo os bispos, os governos deveriam “assegurar, eficaz e permanentemente, através de normas jurídicas, os direitos e liberdades inalienáveis dos cidadãos e o livre funcionamento das estruturas intermediárias”. (MED. 1, n. 16).

Os bispos definiram como estruturas intermediárias entre os cidadãos e o Estado, a família, as entidades profissionais, os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos e as empresas em geral. Defendem ainda que essas esferas representativas deveriam ser “organizadas livremente, sem intervenção indevida da autoridade ou de grupos dominantes [...]”. (MED. 1, n.7).

É interessante também observar que os bispos latino-americanos manifestaram claramente que as Igrejas da região deveriam atuar politicamente, inclusive promovendo ações de conscientização política entre seus fiéis.

O trecho que ora reproduzimos não deixa dúvidas sobre essa intenção:

A falta de uma consciência política em nossos países torna imprescindível a ação educadora da Igreja, com o objetivo de que os cristãos considerem sua participação na vida política da nação como um dever de consciência e como o exercício da caridade, em seu sentido mais nobre e eficaz para a vida da comunidade. (MED.1, n. 16).

Já as afirmações contidas no documento intitulado Paz nos levam a entender que os bispos teriam defendido a questão da justiça social como uma espécie de antídoto contra todas as manifestações de violência, sobretudo contra o que eles definiam por “violência institucionalizada”. Transcrevemos um trecho para que possamos compreender melhor a extensão do significado desse conceito apresentado pelos bispos:

Se o cristão crê na fecundidade da paz para chegar à justiça, crê também que a justiça é condição imprescindível da paz. Não deixa de ver que a América Latina encontra-se, em muitas partes, numa situação de injustiça que pode chamar-se de violência institucionalizada, já que, por defeito das estruturas da empresa industrial e agrícola, da economia nacional e internacional, da vida cultural e política, ‘populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem numa dependência que lhes corta toda a iniciativa e responsabilidade, e também toda a possibilidade de formação cultural e de acesso à carreira social e política’, violando-se assim direitos fundamentais. (MED. 2, 16).

Essas demonstrações de pensamento revolucionário, no entanto, não estão presentes em todos os documentos de Medellín. Encontramos também opiniões bastante conservadoras. Podemos apontar, como exemplo, o documento sobre

Família e Demografia, no qual são apresentadas algumas considerações tão retrógradas que, ao nosso ver, revelam uma preocupante ambigüidade das intenções dos representantes do episcopado latino-americano.

Após uma análise das mudanças na estrutura familiar resultantes de influências de fenômenos sociais – como a passagem de uma sociedade rural para urbana e o rápido crescimento demográfico –, os bispos apontaram certos problemas que consideraram de “certa gravidade”. Eis alguns exemplos: eles teriam verificado que a América Latina apresentava “índices de nupcialidade baixíssimos em relação à sua população” e isso, segundo eles, indicava “alta percentagem de uniões ilegais, aleatórias e quase sempre sem estabilidade, com todas as conseqüências daí decorrentes”. (MED.3, n. 3).

Também assinalaram que, na região, registrava-se uma “alta percentagem de nascimentos ilegítimos e de uniões ocasionais”, estatística esta que, na opinião deles, seria um fator que pesaria fortemente na explosão demográfica. Outro assunto enfatizado no documento sobre Família e Demografia: o “crescente e alto índice de desagregação familiar, seja pelo divórcio tão facilmente aceito e legalizado em não poucas partes, seja pelo abandono do lar (quase sempre da parte do pai), seja pelas desordens sexuais nascidas de uma falsa noção de masculinidade”. (MED. 3, n. 3).

A partir dessa realidade da família latino-americana pela ótica dos bispos, eles fariam a seguinte recomendação: a pastoral familiar deveria ser uma prioridade nos planos de pastoral das Igrejas da região; porém, as atividades a ser implementadas deveriam resultar de diálogo com os casais. Vemos, ao menos nesse caso da pastoral familiar, uma atitude mais condizente com a proposta defendida pelos próprios bispos de tentar uma renovação da Igreja católica.

No documento sobre Educação, encontramos mais uma descrição bastante preconceituosa. O texto revela, inclusive, um descompasso com os objetivos iniciais dos bispos de tentarem aplicar algumas diretrizes do Concílio Vaticano II à realidade latino-americana. Como já mencionamos, a assembléia conciliar tinha como princípio básico a busca da modernização, atualização e adequação da instituição católica aos tempos atuais.

Um dos assuntos tratados no documento diz respeito ao elevado índice de analfabetismo na América Latina naquela época. Nesse sentido, os bispos afirmaram que existiria um “vasto setor dos homens marginalizados da cultura, os analfabetos”. Entre essas pessoas, eles destacaram os indígenas analfabetos e os qualificaram de maneira bastante preconceituosa. Segundo os bispos, os indígenas analfabetos, estariam:

[...] privados por vezes até do benefício elementar da comunicação por meio de uma língua comum. Sua ignorância é uma escravidão desumana. Sua libertação, uma responsabilidade de todos os homens latino-americanos. Devem ser libertados de seus preconceitos e superstições, complexos e inibições, fanatismos, tendência fatalista, incompreensão temerosa do mundo em que vivem, desconfiança e passividade. (MED. 4, n. 3).

Para tentar resolver essa questão, os bispos defenderam que a proposta de educação visando os analfabetos deveria consistir em “[...] capacitá-los para que , eles mesmos, como autores de seu próprio progresso, desenvolvam , de maneira criativa e original, um mundo cultural conforme a sua própria riqueza e que seja fruto de seus próprios esforços [...]”. (MED. 4, n. 3). No caso dos indígenas, eles

acrescentaram que “os valores próprios de sua cultura” deveriam ser respeitados , mas não deveria ser excluído “o diálogo criador com outras culturas”. (MED. 4, n. 3).

Percebe-se, portanto, uma postura conservadora dos bispos em relação à questão da diversidade cultural dos povos. Ao comentar sobre a falta de uniformidade a respeito da noção de cultura e educação encontrada nos documentos de Medellín, Beozzo (1998, p. 846) faz a seguinte afirmação:

Não há também uma aproximação capaz de valorizar a rica diversidade das culturas indígenas, na sua antiga sabedoria , nas suas técnicas e contribuições materiais e espirituais para a vida de nossos povos. Persiste a visão de que é preciso tirá-los do seu universo e cultura, para integrá-los, via alfabetização, num dos idiomas ocidentais, às sociedades dominantes.

Como podemos constatar, o documento sobre Educação é um exemplo de compilações de posturas ambíguas dos bispos. Em alguns trechos, vemos considerações descabidas em relação à própria proposta da II Conferência Episcopal. Em outros trechos, encontramos propostas teoricamente inovadoras, como a chamada “educação libertadora” – que , nas palavras dos bispos, seria transformar o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento”. No entanto, eles não explicitaram quais seriam os possíveis meios práticos para a concretização desse objetivo.

Nossa finalidade com a apresentação e análise de alguns aspectos extraídos dos documentos da II Conferência Episcopal Latino-americana, somados aos do Concílio Vaticano II, foi tentar compor a nova imagem de Igreja católica exposta ao mundo e à América Latina que certamente teve grandes influências sobre as relações internas e externas de todos os membros da instituição.

2 CAPÍTULO II: DE FORQUILHINHA A PETRÓPOLIS: BREVE RELATO

BIOGRÁFICO DE D. PAULO EVARISTO ARNS

2.1 DE FORQUILHINHA PARA PARIS

D. Paulo Evaristo Arns nasceu, no dia 14 de setembro de 1921, no atual município de Forquilha, sul de Santa Catarina, colonizado por descendentes de imigrantes alemães. Ele é o quarto filho de Helena e Gabriel Arns. Seus pais tiveram, ao todo, treze filhos biológicos (seis homens e sete mulheres), e também teriam adotado um casal de crianças. (13)

Como deveria ocorrer com quase todos os colonos da comunidade, a família Arns teria conseguido suprir suas necessidades básicas de alimentação com os produtos de sua roça, onde cultivavam-se cereais, verduras e frutas, e com a criação de animais, como galinhas, bois e vacas. (14). Parece que eles teriam conseguido alcançar um padrão de vida mais elevado em relação ao de seus conterrâneos, talvez pela percepção aguçada de Gabriel Arns para os negócios. Sydow e Ferri (1999, p. 32) relatam que, em 1922, Gabriel Arns teria adquirido um pequeno estabelecimento comercial, onde vendiam-se diversos produtos, como tecidos, chapéus, sapatos e brinquedos. Ao lembrar esse fato em seu livro de memórias,

(13) Cf. SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. **Dom Paulo Evaristo Arns: Um homem amado e perseguido**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 44: As autoras relatam que Gabriel Arns e Helena Steiner teriam adotado duas crianças, Maria e João Maag, de uma família do Rio Grande do Sul, que teriam ficado órfãs. Inclusive, a menina Maria também teria seguido a vida religiosa entrando para a Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora.

(14) Ibid., p. 31.

d. Paulo Arns (2001, p. 20) afirma que “as compras eram feitas durante a semana em regime de trocas [...]” entre seu pai e os clientes dele. Além disso, a “venda”, como era chamado o pequeno comércio, deveria servir também de ponto de encontro entre os homens da comunidade, pois, segundo d. Paulo Arns, era lá que reuniam-se “os colonos todos os domingos para tomar sua cerveja, falar do tempo, da família e da política”. Com o passar dos anos, a família Arns teria conseguido ampliar seus negócios, passando a administrar também uma pequena fábrica de beneficiamento de arroz e serrarias. (15)

Mais do que a vocação de Gabriel Arns para os negócios, d. Paulo Arns teria grande admiração por outras características da personalidade de seu pai. Ele enfatiza, por exemplo, o gosto de seu pai pela leitura: “Leitor incansável, devorava seis livros por semana, dos mais diferentes gêneros literários, o que o deixava informado sobre os mais diversos assuntos”. Destaca ainda que o pai teria um caráter pacificador: “Não me lembro de discussão em que meu pai não procurasse o diálogo para a solução dos problemas.” (16) D. Paulo Arns deixa claro que esses atributos pessoais de seu pai teria influenciado fortemente seu modo de ser e de agir quando foi arcebispo (1970 – 1998) da Arquidiocese de São Paulo e antes quando foi bispo auxiliar (1966 – 1970) de seu antecessor, d. Agnelo Rossi.

Sua mãe, Helena Arns, também teria tido um papel importante na formação de seu caráter. Assim descreve d. Paulo Arns (2001, p. 18) sobre ela: “Minha mãe, extremamente dedicada a meu pai, sabia também cultivar no coração dos filhos o

(15)Ibid., p. 33; Cf. ARNS, Paulo Evaristo. **Da esperança à utopia: Testemunho de uma vida**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, p. 36.

(16)ARNS, op. cit., p. 22 e 20, respectivamente.

amor a todas as pessoas e o respeito para com os idosos e as crianças.” Sydow e Ferri apontam outros aspectos das personalidades de Gabriel e Helena Arns. As autoras tentam mostrar que eles teriam também uma grande preocupação com a formação cultural e religiosa de seus filhos. Transcrevemos um trecho do livro de Sydow e Ferri (1999, p. 37) que ilustra bem essa afirmativa:

A igreja e a escola eram pontos importantes para eles. Na escola, Helena sempre estava presente nas apresentações e festinhas dos filhos. Ia à missa todos os dias e, quando não podia, mandava alguém da família. À noite, no quarto dos pais, todos de joelhos se reuniam em frente ao oratório para rezar e cantar. Só depois iam dormir.

Ter uma escola na comunidade deveria ser algo muito valorizado entre as famílias de colonos. Não apenas porque era lá onde as crianças deveriam iniciar sua alfabetização formal, mas também porque elas seriam introduzidas às crenças e práticas da religião católica. É isto que nos levam a deduzir as informações dos autores. D. Paulo Arns (2001, p. 23) comenta sobre o fato de maneira até singela. Afirma que “mal se levantavam as casinhas em alguma colônia e já se decidia que as crianças deviam ter a sua casa comum, onde passariam dos sete aos doze anos, orientadas por algum colono de mais instrução e de sólida formação cultural e religiosa”.

Esses acontecimentos também teriam ocorrido na rotina dos moradores de Forquilha. A primeira escola da comunidade teria sido inaugurada em 1916. (SYDOW e FERRI, 1999, p. 33). Porém, não se tem informação precisa se o estabelecimento de ensino estaria vinculado ao poder público, mas acreditamos que tratava-se de uma escola dessa natureza, devido a um acontecimento narrado pelas

autoras que teria envolvido o primeiro professor da escola, Jacó Arns, um dos tios de d. Paulo Arns.

Sydow e Ferri (1999, p. 33) relatam que, em 1919, Jacó Arns estaria preparando uma turma de crianças para a primeira eucaristia e, como elas não entendiam bem a língua portuguesa, ele teria solicitado um missionário de língua alemã para celebrar o sacramento. No entanto, o pedido não teria sido aceito, fazendo com que os pais das crianças decidissem viajar com os filhos à procura de um padre que falasse alemão.

Esse episódio e ainda o fato de as crianças falarem alemão durante o intervalo das aulas teriam chegado ao conhecimento de algumas “autoridades educacionais”. Tal incidente teria provocado a substituição de Jacó Arns por outro professor. Porém, as famílias de Forquilha não teriam aceitado a decisão e por isso teriam resolvido abrir uma escola particular na comunidade. (SYDOW e FERRI, 1999, p. 33 e 34). Também, nesse caso, não há informação sobre a data de abertura do novo estabelecimento, apenas que teria começado a funcionar com 35 alunos.

As crianças da colônia costumavam ir para a escola aos seis anos de idade. D. Paulo Arns teria estudado nessa escola particular dos seis até os doze anos, quando seguiria para o Seminário Seráfico São Luiz de Tolosa, em Rio Negro, Paraná. (17) É nesse seminário franciscano que se dará o início da trajetória de sua vida religiosa. (SYDOW e FERRI, 1999, p. 34 e 35).

(17)O Seminário Seráfico São Luiz de Tolosa foi erguido inicialmente em Blumenau (SC). O instituto teria sido transferido para a cidade de Rio Negro (PR) em virtude da necessidade de uma instalação maior e mais moderna. Em 1923, teria sido efetivada a mudança. O seminário franciscano teria encerrado suas atividades na década de 1970. Cf. informações extraídas do site da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. http://www.pr.gov.br/turismo/turismo_mun_rionegro.shtml?turistas

Quando d. Paulo Arns entrou para a escola, já haveria cerca de sessenta alunos estudando. Os dois professores da escola – que eram seus tios, Jacó Arns e Adolfo Back – teriam tido grande influência sobre sua infância. Pelo seu relato, podemos inferir que eles teriam tido também uma certa participação na sua decisão de seguir uma carreira religiosa e, principalmente, de ter entrado para um seminário franciscano. Os dois professores teriam se formado numa escola de magistério mantida por frades franciscanos. (ARNS, 2001, p. 23 – 26).

Os moradores de Forquilha viviam num clima intenso de religiosidade, talvez por causa da influência também desses professores. D. Paulo Arns (2001, p. 24) lembra que eles davam aulas de Bíblia e catecismo para as crianças e tinham um poder de convencê-las a comparecer com a família, todos os domingos de manhã, para o culto que eles mesmo celebravam na capela da comunidade.

Nesse sentido, Sydow e Ferri (1999, p. 37) relatam que “todas as famílias da comunidade sentiam orgulho de ter um religioso ou religiosa na família”. No caso da família de d. Paulo Arns, seus dois irmãos mais velhos já estavam no Seminário São Luiz de Tolosa – Heriberto, que acabaria ordenando-se padre franciscano e Osvaldo que, no entanto, desistiria da vida religiosa. Também três irmãs de d. Paulo Arns seguiriam a carreira religiosa entrando para a Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. Essas religiosas alemãs teriam chegado à Forquilha, em 1935, para trabalhar na escola. A presença delas teria despertado nas meninas da comunidade a vocação religiosa. (SYDOW e FERRI, 1999, p. 43).

Já d. Paulo Arns somente teria conseguido ir para o Seminário São Luiz de Tolosa depois de muita insistência junto ao pai. Sydow e Ferri (1999, p. 39) relatam que, quando ele completara dez anos, teria falado, pela primeira vez, com o pai sobre sua vontade de ser padre. Naquela ocasião, afirmam as autoras, o pai, surpreso, não

teria autorizado, argumentando que ele precisaria ajudá-lo a tocar os negócios. Como mencionamos acima, os dois irmãos mais velhos de d. Paulo Arns já estavam no seminário franciscano.

Um ano depois, ele teria tornado a fazer o pedido e, mais uma vez, o pai teria dado uma resposta negativa. Ao insistir, pela terceira vez, ele finalmente teria obtido a autorização do pai para estudar no seminário. D. Paulo Arns também teria tido uma ajuda de peso para alcançar seu intento. O frei franciscano João Crisóstomo Adams, professor do seminário, estava em Forquilha, em fins de 1933, e teria conseguido convencer seu pai. (ARNS, 2001, p. 32).

D. Paulo Arns daria início a sua vida religiosa aos 12 anos. Será com essa idade que ele entraria para o Seminário São Luiz de Tolosa onde estudaria por seis anos em regime de internato. Ele somente voltaria a ver, pela primeira vez, a família toda após quase cinco anos de vida reclusa. Mesmo assim teria tido apenas quinze dias de férias. Um novo encontro com a família toda somente aconteceria quando ele já tinha 24 anos, ou seja, na época de sua ordenação como padre. (ARNS, 2001, p. 37).

As aulas no seminário teriam começado no dia 2 de fevereiro de 1934. Durante os seis anos de estudos teriam sido ministradas aulas de português, latim, grego, alemão, francês e música. Segundo relatos de Sydow e Ferri (1999, p. 40), os alunos estudavam o “ginásio” (o que corresponderia hoje às séries de 5^a. a 8^a. do ensino fundamental) e o “colégio” (acreditamos que as autoras queriam dizer colegial, o atual ensino médio).

Ao comentarem sobre o perfil dos alunos que freqüentavam o seminário, as autoras (1999, p. 40) afirmam que: “A maioria dos alunos era composta por filhos de colonos poloneses, italianos, alemães e ucranianos radicados na região sul do país.

Também havia estudantes de São Paulo e do Rio de Janeiro”. Sobre quais os critérios para a admissão nesse seminário ou quem custeava os estudos desses alunos não encontramos informações.

Pelos relatos de d. Paulo Arns (2001, p. 50), podemos, porém, ter uma noção da rotina de atividades realizadas no seminário. Ele comenta sobre a aprendizagem sistemática de diversas línguas – o domínio de outros idiomas certamente teria lhe ajudado em sua vida profissional futura. É sabido, por exemplo, que ele teria ajudado a traduzir para o português alguns documentos do Concílio Vaticano II, escritos originalmente em latim. Ele lembra ainda das aulas de música e de declamação de poesias e pronunciamento de discursos; e do incentivo para escrever diferentes estilos de textos, como artigos e poesias.

Após o término dos estudos no Seminário São Luiz de Tolosa, d. Paulo Arns tomaria a decisão de continuar preparando-se para a vida religiosa. Ele seria encaminhado para o Convento São Francisco de Assis, no município de Rodeio, Santa Catarina, pertencente também à Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (18). Nesse convento, ele teria cumprido o período de noviciado durante o ano de 1940. (SYDOW e FERRI, 1999, p. 45).

O noviciado seria o período de iniciação dos candidatos à vida religiosa e à formação franciscana. Durante esse tempo, os alunos deveriam estudar a vida de São Francisco e seus escritos, além de constituições da Ordem Franciscana e os estatutos da Província Franciscana. (ARNS, 2001, p. 63; SYDOW e FERRI, 1999, p. 45).

(18)A Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil abrange atualmente os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Cf. informações extraídas do site : <http://www.franciscanos.org.br/provincia/ofm/ersps.php>

Encerrado esse período de noviciado, d. Paulo Arns seria transferido para o Convento Bom Jesus, em Curitiba, também pertencente à Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Ele teria permanecido neste convento de 1941 a 1943, conseguindo concluir o curso de filosofia e professar solenemente os votos de obediência, pobreza e castidade. (SYDOW e FERRI, 1999, p. 45).

Pelas informações de d. Paulo Arns (2001, p. 65), os alunos teriam passado os três anos não apenas estudando filosofia, mas também lógica, metafísica, cosmologia e história da filosofia, que faziam parte do currículo filosófico do seminário.

Depois da conclusão dos estudos de filosofia, d. Paulo Arns iria para o Instituto Teológico Franciscano, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, onde completaria sua formação franciscana com os estudos de teologia e seria preparado para receber a ordenação sacerdotal – a cerimônia aconteceria no dia 30 de novembro de 1945. No dia 23 de dezembro do mesmo ano, ele celebraria sua primeira missa com umas irmãs franciscanas, em Petrópolis.

Os seminaristas teriam sido submetidos a uma rotina de atividades bastante rigorosa, segundo podemos inferir do relato de Sydow e Ferri (1999, p. 46). Transcrevemos o trecho do livro das autoras que enfatiza como deveria ter sido árduo o cotidiano dos estudantes nesse Instituto:

Os alunos levantavam às 4h30, assistiam à missa, tomavam café e, em seguida, começavam a estudar. Não havia conversa entre eles, nem mesmo no intervalo entre as aulas e no horário das refeições. Eram 23 horas de silêncio absoluto. Os jovens podiam trocar algumas palavras depois do almoço, das 13h às 14 h. Após esse horário, partiam para os estudos do período da tarde e não havia mais conversas até o dia seguinte. O regime era severo, rígido e disciplinador. Não existia contato com pessoas que não fossem do meio religioso.

Após a ordenação sacerdotal, d. Paulo Arns teria sido encaminhado para exercer atividades na área de educação. Em fins de janeiro de 1946, ele receberia um telegrama do provincial da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, frei Ludovico Gomes de Castro, designando-o para o Seminário São Luiz de Tolosa, onde teria iniciado sua vida religiosa. Ele iria substituir um frei franciscano, acometido de enfarte, e que dava aulas de português. D. Paulo tinha 24 anos nessa ocasião. (ARNS, 2001, p. 71).

Mas sua experiência inicial como professor teria curta duração, pois ele seria encaminhado para a Universidade de Sorbonne em fins de 1947. Segundo relatam Sydow e Ferri (1999, p. 49), frei Ludovico teria decidido enviar o então recém-ordenado padre para França porque queria ter entre os docentes do seminário um professor com especialização.

A versão de d. Paulo Arns (2001, p. 72) é de que ele teria recebido como alternativas: estudar na Sorbonne ou na Universidade de Oxford, na Inglaterra; além de poder optar entre fazer especialização entre línguas clássicas ou história e geografia. Ele escolheria Paris e os estudos de línguas clássicas.

Em outubro de 1947, d. Paulo Arns partiria para Paris, onde ficaria estudando por cinco anos. Durante esse tempo, ele concluiria seus estudos universitários, obtendo o título de doutor em patrística e línguas clássicas, em 1952, com a tese intitulada *La technique du livre d'après Saint Jérôme* – em português, *A técnica do livro segundo São Jerônimo*.

Em seu estudo, d. Paulo Arns analisaria a técnica de São Jerônimo, considerado um dos principais intelectuais da Igreja católica, na produção artesanal de livros publicados nos séculos IV e V. A tese seria transformada em livro, sendo lançado pela Diffusion E. de Boccard, de Paris, em 1953. No Brasil, a obra seria

traduzida e lançada, em português, pela primeira vez, pela Imago Editora, em 1993. Recentemente, em abril de 2007, seria relançada pela editora Cosac Naify. (19)

D. Paulo Arns concluiria também um curso de pedagogia no Instituto Católico de Paris, que, segundo afirmam Sydow e Ferri (1999, p. 50), “lhe seria muito útil na volta ao Brasil”. Como veremos mais adiante, d. Paulo Arns será designado para diversos cargos ligados ao magistério e essa formação pedagógica adquirida deve ter sido de grande valia para o desenvolvimento de suas atividades.

Queremos também salientar que, quando d. Paulo Arns esteve em Paris, de 1947 a 1952, havia uma efervescência no meio eclesiástico europeu por mudanças nas estruturas e atividades da Igreja católica. Clérigos e teólogos, principalmente franceses, questionavam a necessidade de atualização e modernização da instituição. Como já mencionamos, essas idéias de renovação acabariam ecoando no Concílio Vaticano II.

Embora tenha sido testemunha de um cenário de tensões entre a Santa Sé e esses clérigos e teólogos franceses, d. Paulo Arns não faz uma exposição clara de seus pontos de vista sobre esses acontecimentos em seu livro de memórias supracitado. Em relação à Cúria romana, no entanto, é possível perceber uma certa posição crítica. Isso é verificável num breve comentário que ele faz acerca das restrições impostas aos precursores da chamada Nova Teologia, sobre a qual já tratamos anteriormente. Diz ele (2001, p. 80): “A única coisa que nos feriu profundamente foi a intervenção do papa Pio XII, ou seja, da Cúria romana, na

(19) Segundo resenha da editora Cosac Naify, a obra aborda também as etapas técnicas de produção dos livros, desde materiais utilizados em sua confecção, redação, edição e difusão. Informações enviadas pela Cosac Naify pelo e-mail rodolfo@cosacnaify.com.br, em 18 de junho de 2008. Ver ARNS, op. cit., p. 477.

chamada *Nouvelle Théologie*. A questão me surpreendeu por duas vezes”. Ele faz referência a um sentimento coletivo, dele e de seus colegas franciscanos que estudavam na França na época, causado pelas repercussões dos acontecimentos. Nesse caso, d. Paulo Arns, ao menos, faz uma revelação sutil de seus julgamentos sobre aquela situação.

Depois de encerrado seu curso na Universidade de Sorbonne, d. Paulo Arns passaria dois meses de férias viajando por alguns países da Europa. Retornaria ao Brasil em 9 de julho de 1952. A partir dessa data, ele iria assumir diversos cargos em escolas de formação franciscanas situadas em cidades do interior de São Paulo e em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

2.1.1 DE PARIS PARA PETRÓPOLIS

Ao retornar ao Brasil, d. Paulo Arns seria designado, no início de 1953, para trabalhar em um seminário localizado no município de Agudos, interior de São Paulo. Tratava-se do Seminário Santo Antônio, estabelecimento de ensino médio que também pertence à Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Naquela época, o seminário teria capacidade para atender até trezentos seminaristas, divididos em três alas. D. Paulo Arns teria exercido a função de prefeito do segundo bloco, o que significava ter como atribuições dar aulas para cerca de cento e onze alunos e também orientá-los e prepará-los para o sacerdócio. (SYDOW e FERRI, 1999, p. 60; ARNS, 2001, p. 84).

De acordo com relatos de Sydow e Ferri (1999, p. 60), d. Paulo Arns teria desenvolvido métodos pedagógicos inovadores para formação de seminaristas se comparados com as concepções da época. Elas afirmam que ele teria deixado de lado o tradicionalismo da separação rigorosa entre professores e alunos, chegando inclusive a trabalhar com os estudantes na roça e até mesmo a jogar bola com eles.

Ainda no ano de 1953, d. Paulo Arns seria designado para assumir um novo encargo naquele seminário, ou seja, substituir um dos professores afastado por motivos de doença. D. Paulo Arns passaria a ser responsável por todas as aulas de latim, grego, francês e português do seminário; porém, teria sido liberado das atribuições de prefeito. (SYDOW e FERRI, 1999, p. 60 e 61; ARNS, 2001, p. 85).

No ano seguinte, em 1954, d. Paulo Arns acumularia outras atividades. Convidado a fazer parte do corpo de docentes da recém-inaugurada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Bauru, município próximo a Agudos, ele teria fundado a cadeira de literatura e língua francesas. O estabelecimento pertencia a uma

congregação religiosa feminina, a das Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, cujas atividades estavam voltadas para a área educacional. (SYDOW e FERRI, 1999, p. 61 e 62; ARNS, 2001, p. 84 e 85).

Além dos trabalhos simultâneos realizados em Agudos e Bauru, d. Paulo Arns aceitaria mais uma incumbência na área educacional. Dessa vez fora dos muros de conventos e seminários. Ele iria integrar uma equipe de professores que trabalharia numa iniciativa promovida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC): a chamada Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.

As atividades visavam formar professores de ensino médio em lugares onde não havia faculdades de ciências e letras. Teriam sido realizados cursos intensivos, no mês de janeiro, em cidades de diversos estados. D. Paulo Arns teria atuado no projeto por três anos, dando aulas em Juiz de Fora, Minas Gerais. No primeiro ano, ele teria sido convidado a lecionar didática da língua francesa. Em relação aos outros dois anos, não há informação em seu livro de memórias sobre as atividades que teria exercido. (ARNS, 2001, p. 85).

Após três anos de ensino em Agudos e Bauru, de 1953 a 1955, d. Paulo Arns seria transferido para o Instituto Teológico Franciscano, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, onde assumiria diversas funções. Teria sido professor e orientador dos estudantes de teologia que estavam preparando-se para a ordenação pastoral. Também colaborador de revistas e jornais publicados pela Vozes, tipografia centenária do Instituto; tendo sido, inclusive, responsável por uma revista para religiosas, *Sponsa Christ*; e pelo Centro de Informações Católico, um boletim semanal que era enviado para organizações católicas em todo o país.

D. Paulo Arns acabaria envolvendo-se em outras experiências, que marcariam significativamente sua trajetória religiosa, por conta de suas atividades

como padre em um bairro chamado Itamarati, próximo ao centro da cidade de Petrópolis. Nessa localidade, havia sete morros ocupados por favelas, e ele passaria a visitar com freqüência os moradores dessas favelas. (ARNS, 2001, p. 89). De acordo com os relatos de Sydow e Ferri (1999, p. 64), “três vezes por semana, quinta-feira, sábado e domingo, ele (d. Paulo Arns) percorria vielas e barracos e conversava com os moradores”.

Além disso, ele teria realizado um levantamento nos morros para saber quantas crianças estavam estudando. E os resultados teriam revelado que apenas nove por cento freqüentavam a escola. A partir dessa estatística negativa, ele teria resolvido empenhar-se para que fossem construídas novas escolas. (ARNS, 2001, p. 89; SANTAYANA, 1983, p. 13). Não encontramos informações de quantas escolas teriam sido erguidas a partir de seu incentivo. Constatamos, ao menos no livro biográfico de Sydow e Ferri (1999, p. 64), de que teria sido fundada uma instituição – batizada de Escola São Francisco de Assis – em um dos morros existentes no bairro Itamarati. (20)

D. Paulo Arns permaneceria em Petrópolis por mais de dez anos antes de ser nomeado bispo auxiliar de d. Agnelo Rossi, então arcebispo da Arquidiocese de São Paulo. Sua trajetória religiosa em São Paulo iria começar em 1966. No dia 2 de maio daquele ano, seria selada sua nomeação. Alguns dias depois, ele chegaria à capital paulista com o propósito de apresentar-se ao arcebispo. D. Agnelo Rossi

(20) SANTAYANA, Mauro. **No meio do povo: Perfil biográfico de Dom Paulo Evaristo Arns**. São Paulo. Editora Salesiana Dom Bosco, 1983; Algumas informações sobre a vida e as atividades de d. Paulo Arns são encontradas também em BITTENCOURT, Getúlio e MARKUM, Paulo Sérgio. D. Paulo Evaristo Arns: O cardeal do povo. In **História Imediata**. São Paulo: Alfa-Omega, n. 4, 1979.

estaria buscando um auxiliar para intermediar os contatos entre a Igreja de São Paulo e os profissionais da imprensa. (SYDOW e FERRI, 1999, p. 74). Durante audiência com d. Agnelo Rossi, ficaria acertado que ele seria o responsável pela região norte (Santana) e também pelo trabalho de relacionamento com a mídia. Em relação ao segundo encargo, no entanto, ele teria pedido para ser liberado depois de seis meses de sua chegada a São Paulo. (SYDOW e FERRI, 1999, p. 81).

2.2 BREVE RELATO SOBRE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Como d. Paulo Evaristo Arns teve uma formação religiosa franciscana, decidimos incluir algumas sucintas informações sobre o pensamento e a atuação de São Francisco de Assis. Buscamos, para isso, um livro de Le Goff no qual ele faz uma análise das obras escritas por São Francisco e também de biografias sobre ele.

As informações nos ajudam a ter uma certa compreensão sobre os motivos que teriam levado São Francisco a tornar-se um missionário e a fundar uma nova ordem religiosa católica.

O autor (2001, p. 105 – 108) destaca três principais motivações que teriam sido fundamentais para a tomada de decisão de São Francisco. Uma delas teria sido o problema das lutas de classe travadas na Idade Média – seja entre partidários dos papas e partidários dos imperadores, seja entre nobres e plebeus. Com base nas informações de Le Goff, podemos inferir que São Francisco, sendo testemunha desses conflitos, teria chegado a convicção de que as relações humanas deveriam ser pautadas pelo sentimento de humildade. Segundo Le Goff, o pensamento de São Francisco era de “ser sempre humilde em relação a seus superiores, mas também em relação a seus iguais e a seus inferiores”.

São Francisco também teria defendido, segundo o autor, a necessidade de “associar os leigos à vida da Igreja, em vez de submetê-los à dominação dos clérigos, de atingi-los com excomunhões e proibições [...]”. A afirmação do autor é baseada em relatos levantados acerca das pregações de São Francisco sobre a paz entre os homens de seu tempo. Com base nessas informações, ele enfatiza que São Francisco não queria impor sua ordem aos irmãos religiosos, mas introduzi-los a uma confraria na qual coabitassem clérigos e leigos.

A terceira causa a provocar uma reação de São Francisco teria sido o que Le Goff chama de “progresso da economia monetária”. Vejamos o que ele (2001, p. 108) diz sobre esse assunto no seguinte trecho do livro:

O progresso da agricultura e a venda dos excedentes que daí resultam, o avanço do pequeno e do grande comércio, eis o que, pela sedução crescente do dinheiro que substitui as práticas simples da autonomia econômica, da troca, espalha cada vez mais sua corrupção.

Na nossa opinião, o autor está referindo-se a uma ambição desenfreada pela acumulação de riquezas, que poderia acabar acarretando possíveis atos de corrupção. Le Goff nos leva a inferir que, por conta desse contexto de desenvolvimento econômico na Idade Média, São Francisco teria defendido a necessidade de tornar os temas despojamento e pobreza o cerne da pregação cristã, pois somente dessa forma se estaria de fato anunciando o que há de mais essencial no Evangelho.

São Francisco teria nascido em 1181 ou 1182, em Assis, e morrido em 1226, em Porciúncula, também na Itália. Sua ordem religiosa teria sido fundada em 1210. Nesse ano, São Francisco teria obtido do papa Inocêncio III a aprovação verbal para a primeira Regra dos Frades Menores, ou seja, um texto composto por algumas frases evangélicas orientando a vida e o apostolado dos irmãos franciscanos. (LE GOFF, 2001, p. 15 – 18).

3 CAPÍTULO III: D. PAULO EVARISTO ARNS: BISPO AUXILIAR DE SÃO PAULO

Quando o então padre franciscano Paulo Evaristo Arns chegou a São Paulo, em maio de 1966, o cardeal-arcebispo d. Agnelo Rossi, estava promovendo uma reestruturação da geografia da Arquidiocese de São Paulo – que, na época, abrangia uma imensa área de 7.317 quilômetros quadrados (21) – nos moldes preconizados pelo Concílio Vaticano II. A enorme extensão territorial estava sendo desmembrada em regiões episcopais, assim chamada porque em cada uma das novas zonas criadas estaria à frente um vigário episcopal (22), ou seja, um representante legítimo do arcebispo.

Durante o arcebispado de d. Agnelo Rossi (20 de dezembro de 1964 a 22 de outubro de 1970), as regiões episcopais foram administradas tanto por padres quanto por bispos. No começo da gestão de d. Paulo Evaristo Arns como arcebispo de São Paulo, essa situação se modificará; as regiões episcopais serão inicialmente dirigidas apenas por padres, como veremos mais adiante.

D. Agnelo Rossi deixa explícito em seu Diário o quanto desejava colocar em prática algumas das determinações estabelecidas durante o Concílio Vaticano II.

(21) Cf. informações encontradas na pasta de ALBANEZ, José. **Histórico**. (sem data). p. 33. (pasta disponível no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo); Mapa do território eclesiástico ilustrado no **Relatório Quinquenal (1980 – 1984)** da Arquidiocese de São Paulo, p. 2.

(22) O novo ofício de vigário episcopal foi juridicamente instituído durante o Concílio Vaticano II. De acordo com o decreto *Christus Dominus*, o bispo diocesano poderia nomear a quantidade que quisesse de novos colaboradores (os vigários episcopais) para uma melhor organização administrativa e pastoral de sua diocese. Ver VIER, Frederico. **Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos e declarações**. Petrópolis, RJ: Vozes, (sem data), p. 422.; e PAPA PAULO VI. **Carta Apostólica *Ecclesiae Sanctae***. São Paulo: Paulinas, 1968, p. 18 – 20.

A decisão de dividir o território da Arquidiocese de São Paulo nas chamadas regiões episcopais foi, por conseguinte, uma de suas primeiras iniciativas nesse sentido. Em suas anotações, ele assim exprime sua atitude: “Procurei ser o primeiro a dar o exemplo de obediência ao Concílio e, portanto, tão logo me foi possível, cuidei de aplicá-lo, principalmente com a descentralização do governo arquidiocesano e tornando mais pastoral minha Cúria.” (23)

Podemos inferir que essa tomada de posição de d. Agnelo Rossi tinha como alvo resolver duas questões básicas: tentar aproximar cada vez mais a Igreja de São Paulo de seus fiéis, por meio da presença física de seus vigários episcopais nas novas regiões criadas; e, ao mesmo tempo, sinalizar aos seus pares que procurava ser um cumpridor fiel das diretrizes conciliares. Não podemos esquecer que d. Agnelo Rossi ocupava, nesse período, o mais alto cargo da hierarquia episcopal católica no Brasil: ele era o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (24)

A proposta de divisão de dioceses instaladas em grandes áreas territoriais é encontrada no decreto conciliar *Christus Dominus* (25). O documento expõe certas regras que devem ser observadas para caso seja necessária uma reestruturação das

(23) Cf. informações encontradas na Pasta 1 de d. Agnelo ROSSI. **Diário (1964 – 1970)**, p. 20.

(24) Dom Agnelo Rossi foi presidente da CNBB por duas vezes: a primeira, de 27 de setembro de 1964 a 20 de julho de 1968 (Ata da VI Assembléia Ordinária da CNBB, setembro a outubro de 1964, p. 223 e 224); e reeleito para o período de 20 de julho de 1968 a 13 de fevereiro de 1971 (Ata da X Assembléia Geral, julho de 1968, p. 197, 198 e 208). Mas ele não completaria o segundo mandato, pois seria transferido para a Roma após sua nomeação como prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos. As informações sobre as atas foram enviadas pelo Centro de Documentação e Informação da CNBB pelo e-mail cdi@cnbb.org.br, no dia 6/08/2008.

(25) VIER, op. cit., p. 403 – 436.

circunscrições das dioceses visando a um atendimento religioso mais adequado aos fiéis católicos. No decreto, há também uma descrição das funções dos bispos à frente das dioceses (como, por exemplo, a obrigação de disseminar o Evangelho, de promover a instrução catequética e de estimular o apostolado dos leigos). Além disso, são elencadas algumas propostas sobre como devem ser as relações dos bispos com todos os membros da estrutura eclesial (o papa, seus colegas bispos, os padres, as freiras e os leigos).

D. Agnelo Rossi deu início à divisão da Arquidiocese de São Paulo com a instalação da primeira região episcopal na cidade paulista de Jundiaí, em 17 de fevereiro de 1966. D. Antônio Maria Alves de Siqueira, que era seu arcebispo-coadjutor (ou seja, havia sido nomeado bispo com direito de sucessão) (26), foi o primeiro vigário episcopal de Jundiaí, sendo depois sucedido pelo bispo Gabriel Paulino Bueno Couto, que cuidava da pastoral universitária do arcebispado. Com o empenho pessoal de d. Agnelo Rossi, a região seria transformada em diocese no ano seguinte.

Exatamente no dia 6 de janeiro de 1967, d. Gabriel Couto seria empossado como o primeiro bispo da Diocese de Jundiaí. Com o desmembramento dessa região, o território da Arquidiocese reduz-se significativamente, mas ainda assim continua

(26) Sobre as definições de arcebispo, bispo e bispo auxiliar, citamos as informações de Kloppenburg. O autor transcreve o vocabulário que fora distribuído pelo Serviço de Imprensa do Concílio Vaticano II durante a realização da assembléia (1962 – 1965): a) “Arcebispos – Via de regra, têm o título de arcebispos os metropolitas, isto é, os bispos que presidem a uma província eclesial e têm sob si outros bispos chamados ‘sufragâneos’.” ; b) “Auxiliar – Chama-se bispo auxiliar a um bispo dado como coadjutor à pessoa de outro bispo, sem nenhum direito de sucessão.” ; c) “Bispos – São os sucessores dos Apóstolos, dos quais, por direito divino, herdaram o tríplice poder de instruir, santificar e governar certa porção do rebanho de Cristo.” Cf. KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis, RJ: Vozes, cinco volumes, (sem data), volume 2, p. 398. ; Ver tb. VIER, op.cit., p. 409 – 414 e 421.

extenso: a área total passaria a ter 5.129, 55 quilômetros quadrados, em 1969. (27)

Em seguida, a região leste foi a segunda a ser instalada, no dia 17 de julho de 1966, no bairro do Belém, na capital paulista. O vigário episcopal empossado, o bispo Bruno Maldaner, havia sido padre secretário particular de d. Agnelo Rossi por quase um ano (de 1965 a 1966), antes de seu nome ser proposto como candidato a bispo auxiliar pelo cardeal ao papa Paulo VI.

Uma semana depois, no dia 24 de julho de 1966, seria a posse de d. Paulo Evaristo Arns na região norte, a terceira a ser criada por d. Agnelo Rossi no bairro de Santana. Ele havia sido ordenado bispo alguns dias antes, em 3 de julho, em Forquilha, sua cidade natal. (28) De acordo com o relato do arcebispo, seu novo bispo auxiliar já vinha sendo cogitado para assumir o cargo de secretário-geral da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), mas, com a decisão do papa Paulo VI de designá-lo para a Arquidiocese de São Paulo, sua trajetória religiosa tomaria outro rumo.

Ao final da gestão de d. Agnelo Rossi, a Arquidiocese de São Paulo estaria dividida em sete regiões episcopais, desconsiderando a região de Jundiaí, que fora transformada em diocese. Veremos mais adiante que d. Paulo Evaristo Arns, na condição de arcebispo de São Paulo, implementará uma nova reestruturação da Arquidiocese de São Paulo, aumentando de sete para nove o número de regiões

(27) Cf. **Relatório Quinquenal (20/12/1964 a 20/12/1969)** do arcebispado de d. Agnelo Rossi, elaborado pelo organismo arquidiocesano *Mater Ecclesiae*, sem paginação. Ver também mapa em anexo.

(28) Cf. SYDOW e FERRI, op.cit, p.74 – 80; e ARNS, op. cit, p. 90 – 98. Encontramos informações detalhadas acerca dos trâmites para a designação de d. Paulo Evaristo Arns como bispo auxiliar de d. Agnelo Rossi até sua posse como vigário episcopal da região norte da Arquidiocese de São Paulo.

episcopais, que também passarão a ter novas denominações de acordo com o nome do local onde passariam a funcionar suas sedes.

Porém, enquanto a Igreja de São Paulo estava sob a administração de d. Agnelo Rossi, além dos vigários supracitados, o bispo José Thurler (que exercia o cargo de secretário nacional das vocações da CNBB) fora empossado na região oeste 1, no dia 4 de dezembro de 1966, com sede no bairro da Lapa. No ano seguinte, o padre Victor Ribeiro Nickelsburg (que era o pároco da Paróquia Menino Jesus, na zona norte de São Paulo) ficara responsável pela região rural, instalada a 29 de junho de 1967 na cidade paulista de São Roque.

Meses depois, o padre Angelo Gianola (que era vigário da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, na zona sul de São Paulo) seria designado para a região sul, instalada a 12 de agosto de 1967 no bairro do Brooklin Paulista. O padre José de Matos Pereira (que era o pároco da Paróquia Imaculado Coração de Maria, na zona oeste de São Paulo) tomaria posse da região centro no dia 13 de agosto de 1967. Por último, o padre Camilo Ferrarini (que era o pároco da Paróquia Santo Antonio, na cidade paulista de Osasco) ficaria responsável pela região oeste 2, instalada a 6 de janeiro de 1968 nesse município. (29)

Claro que d. Agnelo contava com outros colaboradores encarregados pelas várias atividades de administração da Arquidiocese de São Paulo, como também pelas tarefas exclusivamente pastorais. Citamos apenas os vigários episcopais

(29) Informações sobre a criação das regiões e seus respectivos vigários episcopais, ver Pasta 1 de d. Agnelo Rossi. **Diário (1964 – 1970)**, p. 20 – 24, 34 – 38 e 153; na 2ª parte do documento (Pasta 2 Apêndice n. 1), p. 2 – 4. Outros dados pessoais podem ser encontrados nas **fichas biográficas** do clero arquidiocesano (disponíveis no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo). Também obtivemos informações a respeito dos padres Angelo Gianola, pelo e-mail priccea@hotmail.com, no dia 20/08/2008; e José de Matos Pereira, pelo e-mail igrejacoracaodemaria@yahoo.com.br, no dia 19/08/2008.

porque nosso interesse é explicar tal função exercida por d. Paulo Evaristo Arns e quais as iniciativas administrativas e/ou pastorais por ele realizadas enquanto bispo auxiliar. Foge ao nosso estudo, portanto, o detalhamento do organograma do arcebispado de d. Agnelo Rossi.

3.1 AS MISSÕES DO POVO DE DEUS

Ainda como bispo auxiliar, d. Paulo Arns iria conduzir uma ação pastoral de grande repercussão na região norte. As chamadas Missões do Povo de Deus teriam funcionado como impulso inicial para o surgimento das primeiras comunidades eclesiais de base (as CEBs) na região onde ele atuava.

Mas antes de discorrermos sobre o assunto, queremos esclarecer que a iniciativa originou-se da decisão de d. Agnelo Rossi de promover uma série de cursos sobre os conteúdos dos documentos promulgados no Concílio Vaticano II, voltados inicialmente para sacerdotes e religiosas. E, durante um encontro do arcebispo com seus bispos auxiliares e vigários episcopais, em fevereiro de 1967, teria sido aceita a sugestão de estender esses cursos também para os leigos.

Essas aulas de formação passariam a ser denominadas de “missões conciliares”, como podemos constatar nas anotações do arcebispo sobre o assunto:

Nas paróquias, onde os párocos já realizaram o curso de atualização pastoral, estamos efetuando as missões conciliares, destinadas a dar ao povo fiel uma visão do Concílio, sobretudo na parte que se refere aos leigos. Embora abertas, são convidados especialmente para essas missões 40, 50 ou 60 paroquianos destacados. (30)

Não há informações sobre a programação, a metodologia e o tempo de duração desses cursos arquidiocesanos. No entanto, está explícita a intenção de

(30) Informações sobre os chamados cursos de atualização pastoral, verificar Pasta 1 de d. Agnelo Rossi. **Diário (1964 – 1970)**, p. 50, 56 e 57. Ver também Pasta 2 do mesmo autor: Apêndice n. 1, p. 5; e Apêndice n. 2, p. 1.

d. Agnelo Rossi de tentar também transmitir as diretrizes conciliares para os leigos já engajados ou para aqueles interessados em participar, pela primeira vez, de alguma atividade pastoral (como, por exemplo, catequese, liturgia e promoção social). Ainda de acordo com os relatos do cardeal, os vigários episcopais teriam depois assumido o compromisso de dar continuidade à realização dos cursos, tanto para sacerdotes e religiosas quanto para leigos, em suas respectivas regiões episcopais. (31)

Como parece não ter sido estabelecido um modelo padronizado de montagem das missões conciliares para toda a Arquidiocese de São Paulo, cada vigário episcopal teria procurado estruturar à sua maneira os cursos a ser ministrados. Na região norte, d. Paulo Arns teria decidido criar um modelo específico de treinamento para os leigos. Sua primeira providência foi montar e capacitar tecnicamente uma equipe para esse trabalho. A “equipe regional da Missão do Povo de Deus”, como ficou conhecida, contou com a participação de 28 pessoas – dois padres, quatro religiosas e 22 leigos, tanto solteiros quanto casados. (32)

Uma vez montada a equipe, d. Paulo Arns teria procurado a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), uma organização não-governamental sem fins lucrativos com sede no Rio de Janeiro, para auxiliá-lo na preparação de sua equipe em técnicas de dinâmica de grupos. A informação é

(31) Informações sobre os chamados cursos de atualização pastoral, verificar Pasta 1 de d. Agnelo Rossi. **Diário (1964 – 1970)**, p. 50, 56 e 57. Ver também Pasta 2 do mesmo autor: Apêndice n. 1, p. 5; e Apêndice n. 2, p. 1.

(32) Cf. ARNS, op.cit., p. 115. Em entrevista concedida à autora, no dia 25/02/2008, a ex-secretária particular de d. Paulo Arns, Maria Angela Borsoi, completa e endossa as informações que apresentamos.

confirmada pela ex-secretária particular de d. Paulo Arns, Maria Angela Borsoi, uma das integrantes da equipe regional que entrevistamos: (33)

D. Paulo chegou para a gente contando que tinha formatado um projeto e já tinha contatado a Fase, essa organização do Rio de Janeiro, que iria dar um treinamento em dinâmica de grupo para essa equipe montada. [...] Todo mundo topou dedicar domingo após domingo. O treinamento era no Colégio Luiza de Marillac, em Santana [...]. A gente chegava em torno das 8h e ficávamos lá até as 14 horas [...]. E d. Paulo também era aluno junto com a gente.

Com a ajuda dessas pessoas, d. Paulo Arns esperava alcançar três objetivos: disseminar pelas paróquias da região norte os conteúdos dos documentos conciliares, apresentar as sugestões de ações pastorais contidas no Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB (do qual trataremos mais adiante) e incentivar os leigos a se reunirem em comunidades de base. Considerando as fontes escritas e os depoimentos orais levantados, podemos acreditar que esses objetivos foram alcançados.

As Missões do Povo de Deus teriam sido executadas em duas etapas. A primeira consistia em um treinamento teórico oferecido, gratuitamente, a alguns leigos indicados pelas paróquias (teriam sido cinco paroquianos representantes), que, uma vez treinados, deveriam reproduzir os ensinamentos apreendidos para outros leigos.

(33) Depoimento de Maria Angela em 25/02/2008.

Podemos afirmar que, durante esses treinamentos – programados para acontecer, sempre à noite, durante uma semana em cada paróquia –, os membros da equipe regional ensinavam os participantes sobre como formar e manter viva uma comunidade de base. Eles davam aulas, por exemplo, sobre como conduzir uma reunião, colher depoimentos, fazer votações, escolher as lideranças e saber fazer revezamento entre os dirigentes. Por sua vez, a d. Paulo Arns caberia a tarefa de expor os textos conciliares e as ações e atividades propostas pelo Plano de Pastoral de Conjunto.

Esse novo Plano Pastoral da CNBB foi lançado, em janeiro de 1966, para servir de instrumento de orientação para o planejamento pastoral das dioceses em todo o País por um período de cinco anos, até dezembro de 1970. A novidade é que as seis principais diretrizes pastorais elaboradas e aprovadas pelos bispos brasileiros foram inspiradas nos documentos conciliares. São elas: Unidade visível da Igreja católica, ou seja, a chamada “unidade visível” engloba as diversas estruturas da instituição (dioceses, paróquias, comunidades de base, etc) e seu corpo de membros atuantes (bispos, padres, religiosas e leigos); ação missionária; ação catequética, aprofundamento doutrinal e reflexão teológica; ação litúrgica; ação ecumênica; e ação da Igreja no mundo. (34)

A intenção da CNBB era fazer com que a Igreja no Brasil fosse uma das

(34) Cf. CNBB. **Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970)**. São Paulo: Paulinas, 2004. Na parte da apresentação do documento, d. Odilo Pedro Scherer, que, na época, era secretário-geral da CNBB, cita os textos conciliares em que foram baseadas as orientações pastorais da instituição. Inclusive, ele dá a entender que o Plano Pastoral, após a vigência inicial de cinco anos, teria sido reformulado, passando a ter periodicidade quadrienal – o que realmente ocorre até hoje.

primeiras a estar adaptada à nova imagem renovada de Igreja católica defendida pelo Concílio Vaticano II (ver Capítulo 1). Aliás, o Plano Pastoral foi formulado pelos bispos brasileiros ainda quando eles estavam em Roma participando da quarta e última sessão da assembléia conciliar.

É interessante observar que o Plano de Pastoral de Conjunto propõe uma renovação na estrutura das dioceses, de modo a possibilitar uma efetiva aplicação das ações e atividades sugeridas no documento. Essa reestruturação passa também pela necessidade de dinamizar as comunidades de base, seja nas zonas rurais ou nas cidades. Portanto, levantamos a hipótese de que a iniciativa da CNBB teria contribuído para impulsionar a vontade de d. Paulo Arns de expandir as CEBs em sua região norte. Mais tarde, com a realização da Conferência Episcopal de Medellín (ver Capítulo 1), acreditamos que essa idéia teria se consolidado ainda mais, uma vez que algumas das conclusões a que chegaram os bispos latino-americanos incentivam sobremaneira a criação das CEBs pelas Igrejas da América Latina.

Vamos abordar mais minuciosamente sobre esses núcleos eclesiais nos capítulos referentes ao arcebispado de d. Paulo Arns na Arquidiocese de São Paulo. Mas, por ora, transcrevemos um de seus relatos no qual ele deixa explícita sua definição sobre comunidade de base:

[...] é um grupo de pessoas que se reúnem para cuidar do bem-estar do povo – saúde, educação, transporte, moradia – com motivação religiosa. Esta vem da leitura regular da Bíblia, da discussão das condições de vida de todos à luz dos textos bíblicos e da celebração dessa vida, geralmente aos domingos. (ARNS, 2001, p. 116 e 117).

Essa explicação reveladora do pensamento de d. Paulo Arns sobre a natureza das CEBs pode ser verificada em seu livro “Da Esperança à utopia:

Testemunho de uma vida”. É nessa obra que ele também relata os trabalhos realizados pelas Missões do Povo de Deus. Já descrevemos acima a primeira etapa da iniciativa.

Queremos esclarecer, agora, como teria sido desenvolvida a segunda atividade e os motivos de sua realização. Logo após os treinamentos semanais nas paróquias, d. Paulo Arns e sua equipe regional teriam cumprido um roteiro de visitas em cada região durante cerca de dez dias. Segundo relato de d. Paulo Arns, teria sido reservado um dia por vez para um grupo específico de pessoas. Assim, eles programavam-se para visitar fábricas ou organizações operárias existentes na área da paróquia, pessoas adoentadas, crianças e jovens nas escolas e colégios dos bairros. Além disso, teriam se reunidos com grupos de casais e associações de bairros. (35)

Podemos inferir que toda essa programação de visitas teria como objetivo tentar mostrar uma nova atitude eclesial ao menos de uma parte da Igreja de São Paulo, isto é, a instituição, representada por um bispo, estaria indo ao encontro de seus fiéis, procurando saber e entender suas necessidades e exigências *in loco*. Outro objetivo, mais óbvio, seria cativar os fiéis e tentar seduzir novos adeptos.

A primeira Missão do Povo de Deus teria sido realizada, no dia 30 de setembro de 1967, na Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres, no bairro Parada Inglesa. Segundo informações de d. Paulo Arns (1968, p. 219), em seu livro “A quem iremos senhor?”, parece que teriam sido realizadas oito missões na região norte até

(35) Informações detalhadas sobre as atividades das Missões do Povo de Deus são encontradas em dois livros de d. Paulo Arns: **A quem iremos, Senhor?**, São Paulo: Paulinas, 1968, p. 216 – 219; e **Da Esperança à utopia: Testemunho de uma vida**, op.cit, Parte I, capítulo 10.

junho de 1968. No entanto, não foi possível verificar se a iniciativa aconteceu efetivamente em todas as paróquias da região norte. (36) Os entrevistados tampouco elucidam as dúvidas. Conforme o depoimento do padre Clorálio Caimi, outro integrante da equipe regional e vigário episcopal substituto de d. Paulo Arns na região norte, os padres teriam assumido em suas paróquias a continuação do movimento. A versão de Maria Angela Borsoi, ex-secretária particular de d. Paulo Arns, é de que a iniciativa teria terminado com a saída dele da região para assumir a direção da Arquidiocese de São Paulo. (37)

(36) A região norte tinha um total de 45 paróquias no final de 1969, segundo dados do **Relatório Qüinqüenal da Arquidiocese de São Paulo (20/12/1964 a 20/12/1969)** – *Mater Ecclesiae*, sem paginação.

(37) Depoimentos de padre Clorálio Caimi (via e-mail) em 06/03/2008, e de Maria Angela Borsoi em 25/02/2008.

3.2 A FORMAÇÃO DE NOVOS MISSIONÁRIOS

Em seguida às atividades das Missões do Povo de Deus, d. Paulo Evaristo Arns implementaria outra grande novidade na região norte. Tratavam-se dos cursos breves de formação de leigos e religiosas para o exercício de tarefas eclesiais que, até então, somente poderiam ser executadas apenas por padres. (38)

Em março de 1970, ele teria elaborado uma programação de estudos com quatro temas, que talvez tenham sido escolhidos em função dos novos rumos pretendidos para a Arquidiocese de São Paulo. Seriam eles: a palavra e a eucaristia, comunidades de base, serviços na igreja e a possibilidade do diaconato para homens casados, e vocação cristã. Teriam sido escolhidos 51 pessoas para participar dos cursos: 22 religiosas e 29 leigos, solteiros e casados.

Com a publicação de documentos (39) vindos da Santa Sé, que autorizavam a formação de religiosas e leigos para a distribuição da hóstia consagrada durante as missas, d. Paulo Arns teria ficado motivado a realizar, logo de início, as aulas sobre eucaristia. Uma vez formados nesse tipo de curso, os participantes recebiam a denominação eclesial de “ministros extraordinários da eucaristia”.

Com esse aval romano, d. Paulo Arns tomaria a decisão de começar, em abril de 1970, um curso de doze dias sobre eucaristia, com a ajuda de sua equipe regional da Missão do Povo de Deus. Mais uma vez, o pessoal teria sido treinado

(38) Cf. ARNS, **Da esperança à utopia: Testemunho de uma vida**, op. cit., Parte I, capítulo 12.

(39) Cf. Santa Sé. A distribuição da santa comunhão por ministros extraordinários e Instrução “Fidei Custos” sobre os ministros extraordinários da administração da santa comunhão. In **Revista Sedoc**. Petrópolis,RJ: Vozes, v. 2, n. 8, fev. 1970, p. 961 – 964.

para executar a nova tarefa, mas agora por d. Paulo Arns e pelo teólogo dominicano Gilberto da Silva Gorgulho, especialista em exegese de textos bíblicos.

Pelo depoimento do padre Clorálio Caimi, as pessoas formadas como “ministros extraordinários da eucaristia” não teriam ficado restritas à tarefa de distribuir a hóstia consagrada. Segundo ele, “a atribuição desses ministros não era só distribuir a comunhão durante as missas, mas também visitar doentes e formar grupos de reflexão bíblica em suas respectivas comunidades.”

Além da instrução básica oferecida, d. Paulo Arns teria se preocupado com a continuação do aprendizado dos recém-formados, de modo a que eles conseguissem realizar a nova função a contento. Os 51 participantes teriam recebido um pequeno manual com informações sobre a preparação para a celebração da eucaristia e um certificado de mandato especial, válido por um ano, para o exercício da função. Segundo relato de d. Paulo Arns no livro “Da Esperança à utopia: Testemunho de uma vida” (2001, p. 133), outras 135 pessoas teriam tido a formação de “ministros extraordinários da eucaristia”, entre os meses de junho e outubro de 1970 por solicitação de alguns padres da região norte.

Na seqüência da programação de estudos, teria sido realizado o curso sobre a “palavra”, cuja finalidade teria sido popularizar o conteúdo dos textos bíblicos entre os participantes. Na nossa opinião, d. Paulo Arns pretendia arregimentar potenciais novos missionários para a Igreja de São Paulo com a preparação de um maior número de pessoas para assumirem a tarefa de evangelização.

Além disso, esses leigos e religiosas estariam sendo capacitados para exercerem a liderança nas comunidades de base, existentes ou futuras, e algumas tarefas próprias de um sacerdote. Não podemos esquecer de que havia (e ainda hoje existe) uma insuficiência crônica de padres. A título de comparação, a região norte

contava com apenas 101 padres, enquanto a quantidade de religiosas quase triplicava, ou seja, eram 292, no final de 1969. Em toda a Arquidiocese, registravam-se 1.348 padres e 3.479 religiosas nesse período. (40)

Antes de dar início ao curso da “palavra” para uma nova turma de leigos e religiosas, d. Paulo Arns teria solicitado ao frei Gilberto Gorgulho e à professora leiga Ana Flora Anderson, também especialista em exegese de textos bíblicos, que ministrassem, primeiramente, um curso intensivo de textos bíblicos para ele e sua equipe regional. Parece que assim foi feito pelo depoimento de Maria Angela Borsoi:

A metodologia deles consistia em transmitir-nos a palavra de Deus de maneira, ao mesmo tempo, teológica e didática. Não é que, com o treinamento, nós, da equipe regional, íamos ser professores de Bíblia. Mas que fôssemos capazes de transmitir, convencer e motivar as pessoas dos bairros e das comunidades a amar sempre mais a palavra viva de Deus, capacitando-as como agentes multiplicadores.

O curso sobre a “palavra” teria sido realizado para uma turma de 48 pessoas, no mês de setembro de 1970. No entanto, não encontramos informações precisas sobre a duração das aulas e também sobre a participação de religiosas. Mas verificamos que alguns leigos estiveram efetivamente presentes.

Pelos relatos de d. Paulo Arns em seu livro “Da esperança à utopia: Testemunho de uma vida” (2001, p. 136 e 137), os participantes teriam recebido informações sobre a história das primeiras comunidades cristãs surgidas com a

(40) Cf. **Relatório Quinquenal da Arquidiocese de São Paulo (20/12/1964 a 20/12/1969) – Mater Ecclesiae**, sem paginação; jornal arquidiocesano **O São Paulo**, edição de 7 de março de 1970, p.7.

pregação dos apóstolos, a biografia de Jesus Cristo e os textos contidos no Novo Testamento.

Podemos inferir que as aulas tiveram como objetivo fazer com que os participantes não apenas conhecessem mais profundamente a Bíblia, mas que fossem capacitados para saber transmitir, com fundamentação teológica, algumas partes dos textos bíblicos, seja durante reuniões em família, entre amigos, seja nas comunidades de base.

Segundo os entrevistados, a realização dos dois cursos citados teria prosseguido na região norte mesmo depois da nomeação de d. Paulo Arns para a Arquidiocese. O padre Clorálio Caimi, que o substituiria na região, teria dado continuidade à iniciativa. E mais: eles afirmam que uma das primeiras iniciativas do novo arcebispo teria sido promover as chamadas “Semanas da Palavra”.

A decisão significava a retomada dos cursos breves sobre a “palavra” para que fossem destinados a leigos e religiosas das demais regiões da Arquidiocese de São Paulo. Entendemos que d. Paulo Arns, com a autoridade que o novo cargo lhe facultava, não tardou em adotar a mesma estratégia anterior de tentar transformar cada pessoa ligada à Igreja católica em um missionário potencial.

4 CAPÍTULO IV: NOVO ARCEBISPO DE SÃO PAULO: ALGUMAS AÇÕES POLÍTICO-RELIGIOSAS DE D. PAULO EVARISTO ARNS

D. Paulo Evaristo Arns foi empossado no cargo de arcebispo da Arquidiocese de São Paulo no dia 1º de novembro de 1970, na Catedral Metropolitana de São Paulo, substituindo d. Agnelo Rossi que fora nomeado prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos (41). A maioria dos autores sustenta a hipótese de que a transferência de d. Agnelo para Roma teria sido uma forma de escamotear a verdadeira intenção do papa Paulo VI, que seria a de afastá-lo do Brasil por suas atitudes consideradas complacentes em relação às arbitrariedades de autoridades militares e policiais.

Ao analisar as relações de d. Agnelo com os governos militares, Mainwaring (1989, p. 124) afirma que toda sua gestão no arcebispado de São Paulo teria sido “marcada por uma relutância em criticar o regime, por esforços para negar a existência de um conflito entre a Igreja e o Estado e por contínuas tentativas de negociar com o regime”. Nas palavras de Bruneau (1974, p. 372), outro estudioso sobre a Igreja católica no Brasil, d. Agnelo teria temporizado o quanto pode para tentar contornar os conflitos surgidos entre membros da hierarquia e do clero com os

(41) D. Paulo Evaristo Arns foi o quinto arcebispo de São Paulo. Sua nomeação para a Arquidiocese e a de d. Agnelo Rossi para a Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos foram oficialmente divulgadas no dia 22 de outubro de 1970. O fato teria sido publicado tanto pela Santa Sé, através de seu jornal *L'Osservatore Romano*, quanto pela nunciatura apostólica do Brasil. Quanto à especificidade das atividades da Congregação, ver a análise do documento *Ad Gentes*, no Capítulo 1 deste estudo. Relatos sobre a decisão do papa Paulo VI que culminaria nessas nomeações e sobre a cerimônia de posse de d. Paulo Arns como arcebispo de São Paulo podem ser encontrados em ROSSI, **Diário (1964 – 1970)**, Pasta 2, p. 43 – 47; SYDOW e FERRI, op. cit., p. 97 – 102; ARNS, Paulo Evaristo. **Da esperança à utopia: Testemunho de uma vida**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, p. 151 e 152.

governos militares. Podemos afirmar que Beozzo (1994, p. 211), em seu livro “A Igreja do Brasil”, compartilha desse ponto de vista. Segundo suas considerações, o cardeal parece ter sempre preferido estabelecer contatos pessoais com os presidentes militares para denunciar abusos de seus subordinados ou interceder por presos políticos a fazer denúncias públicas.

Um episódio notório – que pode servir de exemplo do comportamento de d. Agnelo Rossi – foi o acontecimento da prisão e subsequente expulsão do país do padre operário Pierre Joseph Wauthier, nascido na França, mas que teria sido ordenado no Brasil. No dia 16 de julho de 1968, trabalhadores metalúrgicos de fábricas de Osasco, município da região metropolitana de São Paulo cuja economia era predominantemente industrial naquela época, decidiram entrar em greve contra a queda do poder aquisitivo de seus salários, reivindicando, entre outros itens, aumento salarial de 35% e reajustes trimestrais. (42)

O movimento grevista foi iniciado na fábrica onde trabalhava o padre Wauthier. Diretores da empresa teriam pedido ao sacerdote para interceder junto aos colegas operários fazendo com que eles desistissem da greve, mas ele teria recusado de tentar influenciá-los a favor da companhia. No segundo dia da greve,

(42) A greve dos metalúrgicos de Osasco ocorreu durante o governo do marechal Arthur da Costa e Silva (1967 – 1969) e teria durado apenas três dias. Os protestos eclodiram logo após outra grande manifestação de trabalhadores exigindo aumento salarial – a greve de metalúrgicos na cidade de Contagem, Minas Gerais, em abril de 1968. As informações foram extraídas de SKIDMORE, Thomas E.. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985**. Tradução Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 156 – 159; e ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução Clóvis Marques. 2ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p. 119 – 126.

Ao analisar a política econômica do governo Costa e Silva, Maria Helena apresenta os seguintes dados de um estudo do Dieese (a instituição fundada por entidades sindicais que desenvolve pesquisas e análises para subsidiar as reivindicações dos trabalhadores):

“As diretrizes governamentais tiveram evidente repercussão na renda da população assalariada. Um estudo do Dieese demonstrou que os salários reais caíram consideravelmente entre 1965 e 1968. Na realidade, de 12% a 26% das categorias analisadas sofreram perda real de salário de mais de 30% em 1966 – 1968.” (p. 113)

forças policiais e militares invadiriam a fábrica e, entre os trabalhadores detidos, estava o padre Wauthier. (BRUNEAU, 1974, p. 353; ALVES, 1979, p. 203).

Após um mês preso no Departamento de Ordem Política e Social (o DEOPS, um dos principais órgãos de serviço secreto e repressão policial de São Paulo), foi-lhe permitido ficar em prisão domiciliar na residência de d. Agnelo Rossi. Mas, no dia 27 de agosto, enquanto o cardeal participava da Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín, o padre foi retirado de sua residência e deportado para a França. A deportação não somente teria provocado protestos de d. Agnelo, mas também de padres e bispos de várias regiões do país. (BRUNEAU, 1974, p. 353; ALVES, 1979, p. 204).

Meses depois, a expulsão do padre Pierre Wauthier serviria de combustível para novos incidentes políticos entre d. Agnelo Rossi e o governo. No início de outubro de 1968, o cardeal recusaria uma condecoração – a medalha da Ordem Nacional do Mérito – que estava prestes a receber do presidente Costa e Silva durante sua viagem de dois dias a São Paulo.

Conforme relata Bruneau (1974, p. 355), ele teria recusado a distinção honorífica por sugestão de padres, bispos e até mesmo de leigos, que viam na atitude do governo uma tentativa de acobertar os conflitos suscitados com a expulsão do padre Wauthier.

D. Agnelo Rossi apresenta outra versão dos fatos. Pela leitura de seu diário, ele nos leva a interpretar que teria consultado seus auxiliares (bispos e padres) para saber como deveria agir e que eles teriam chegado à conclusão de que d. Agnelo poderia aceitar a condecoração. No entanto, ele acabou tomando a decisão de

recusá-la, alegando as seguintes justificativas:

[...] além do caso do padre Wauthier [...], fiquei sabendo das repercussões desastrosas que essa comenda acarretaria ao meu trabalho pastoral junto aos universitários, operários e líderes intelectuais [...]. Embora não concordando com os preconceitos esquerdistas contra o atual governo, e para manter não somente independência mas até aparências de independência na minha atuação como presidente da CNBB, resolvi renunciar à condecoração. Foi um ato totalmente pessoal. (43)

Em conseqüência desse “ato pessoal”, d. Agnelo Rossi teria passado pelo constrangimento de ser impedido de celebrar, como seria de costume, a missa de primeira comunhão dos filhos dos militares, em dezembro daquele ano. Ao chegar a igreja para a realização da cerimônia, o cardeal teria sido informado de que não era mais “persona grata” e convidado a retirar-se do local. (BRUNEAU, 1974, p. 356).

Com base nesses relatos, podemos presumir que tão intensas deveriam ter sido as expectativas acerca da gestão do arcebispado por d. Paulo Evaristo Arns, sobretudo, entre os clérigos, ou seja, no meio eclesiástico. Assim como também podemos conjecturar de que ele deveria intuir quão peso político passariam a ter suas atitudes daquele momento em diante. Nesse sentido, o caso da prisão de um padre e de uma assistente social que trabalhava na região episcopal sul da Arquidiocese de São Paulo pode configurar-se como um exemplo singular para essas hipóteses que levantamos.

(43) Mais informações sobre o caso do padre Pierre Wauthier e a decisão de d. Agnelo Rossi de recusar a condecoração do governo, ver ROSSI. **Diário (1964 – 1970)**, Pasta 1, p. 129 – 132; BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. Tradução Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1974, p. 353 – 356; ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 203 e 204.

D. Paulo Arns estava recém-empossado no cargo quando esse episódio aconteceu. No dia 27 de janeiro de 1971, o padre Giulio Vicini, que era pároco de uma igreja naquela região e a assistente social leiga Yara Spadini, que atuava como secretária da região, foram levados presos para o DEOPS, depois de uma blitz no local pela polícia. Os investigadores encontraram um estêncil, ainda não mimeografado, com o relato de prisões de operários que trabalhavam na cidade paulista de Mauá, um dos quais morreria depois de torturado.

Tendo sido informado dos fatos no dia seguinte, 28 de janeiro, d. Paulo Arns decide ir pessoalmente ao DEOPS, mas não consegue encontrar-se com os presos. Esse encontro iria acontecer somente dois dias mais tarde, após ele ter obtido autorização judicial para vê-los. E, durante a visita, ele constataria as torturas físicas sofridas por seus colaboradores. Tendo confirmado pessoalmente as agressões, sua providência imediata foi denunciar ao então governador, Roberto Costa de Abreu Sodré, o que havia acontecido com o padre e a assistente social. O governador teria recomendado que ele levasse médicos de sua confiança para examinar os presos. No entanto, os médicos (um traumatologista, um ortopedista e um cardiologista) contatados pelo arcebispo para fazer o exame de ambos teriam sido constantemente impedidos de encontrar-se com os presos.

Diante desses acontecimentos, d. Paulo Arns tomaria uma decisão “inaudita”, como bem afirma Alves (1979, p. 211): a de denunciar publicamente as torturas físicas e psíquicas sofridas pelo padre e pela assistente social e protestar contra as versões policiais veiculadas pela imprensa local de que os presos seriam “subversivos”. A nota de protesto-denúncia foi divulgada no jornal O São Paulo, o semanário da Arquidiocese, na qual d. Paulo Arns determinava ainda que o texto fosse afixado nas portas das igrejas e oratórios públicos, sem, porém, ser lido ou

comentado durante os atos religiosos. A nota do arcebispo repercutiu no Brasil e também no exterior, tendo sido reproduzida por jornais e emissoras de rádio. (44)

O “estratagema”, como define Alves, utilizado por d. Paulo Arns teria sido eficaz tanto para a proteção da integridade física dos presos, que não teriam sido mais submetidos a subseqüentes sessões de tortura, quanto para dar agilidade ao andamento de seus processos na Justiça Militar – o padre Giulio Vicini foi condenado no dia 1º. de abril de 1971, a quatro meses de prisão; e a assistente social Yara Spadini foi absolvida. (ALVES, 1979, p. 209 e 212).

(44) Ver a íntegra da nota no jornal O São Paulo, de 6 de fevereiro de 1971, p. 5. O semanário divulgou, na edição seguinte (dia 13, p. 7), a notícia sobre a repercussão da denúncia no Brasil e no exterior. Outras informações e análises sobre a atitude de d. Paulo Evaristo Arns em relação a esse acontecimento em SYDOW e FERRI, op. cit., p. 109 – 118; e ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 211 e 212.

4.1 A COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO

A prisão arbitrária do padre Giulio Vicini e da assistente social Yara Spadini não significava um acontecimento incomum para a época. As operações de busca e detenção realizadas em áreas predeterminadas por grande número de policiais e militares foram freqüentes durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974). Essas táticas de blitz, como observa Maria Helena Alves, resultaram em “detenções em massa, espancamentos e intimidação generalizada”. (45)

Como parte do arsenal de instrumentos de repressão policial-militar, não podemos esquecer da prática sistemática de tortura, usualmente aplicada como método de interrogatório. Maria Helena Alves chama atenção para o fato de que essa violência institucionalizada teria funcionado também como uma espécie de “método de controle político da população em geral”. Isso significava, segundo suas palavras, que o “uso generalizado e institucionalizado da tortura numa sociedade cria um ‘efeito demonstrativo’ capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política”. (46)

A literatura revela que esse contexto político fez a Igreja católica tornar-se uma das poucas instituições a conseguir dialogar com as autoridades militares e, principalmente, a pretender tomar posições públicas contra a “cultura do medo”,

(45) Informações sobre o governo do presidente Médici foram extraídas de SKIDMORE, op. cit., capítulo V; e de ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução Clóvis Marques. 2ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p. 161.

(46) ALVES, *ibidem*. p. 168 e 169.

como bem define Maria Helena Alves (1984, p. 169) – ou seja, contra as prisões injustificadas, os casos de tortura, desaparecimento e morte de presos políticos, o rígido controle sobre as entidades sindicais e a censura prévia imposta aos meios de informação e de cultura.

É nesse contexto da “cultura do medo” que surge a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, fundada em 1972 por iniciativa de d. Paulo Evaristo Arns. Nossa intenção é realçar os motivos pelos quais a entidade foi criada e apresentar as principais atividades desenvolvidas durante seus primeiros anos de funcionamento, pois trata-se de um período de intensa atuação política. Isto exposto, queremos informar que consideramos como fonte de referência sobre o assunto a pesquisa acadêmica de Renato Cancian (2005) sobre a história da entidade abrangendo desde sua criação até o fim do regime militar.

A Comissão Justiça e Paz de São Paulo (47) – que doravante denominaremos CJP-SP – foi formada inicialmente por onze membros, que integravam o chamado Conselho Curador: três advogados, três juristas, um estudante universitário, um líder operário, uma agente pastoral e uma socióloga,

(47) Não encontramos nos documentos levantados a data completa da fundação da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, que funciona na Cúria Metropolitana até os dias atuais. A entidade teria sido a primeira comissão do gênero de âmbito arquidiocesano oficializada pela Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP, entidade vinculada à CNBB que fora instalada, em outubro de 1969, no Rio de Janeiro. Diante do aumento da violência do regime militar, a direção da CBJP teria decidido reformular sua linha de atuação, passando a priorizar, a partir de 1971, o atendimento às vítimas da repressão policial-militar. Vale registrar que antes de existir a CBJP, já havia sido instituída pelo papa Paulo VI a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, em janeiro de 1967. Citando um documento papal, Cancian relata que o novo organismo da Santa Sé tinha como objetivo “cooperar para o desenvolvimento dos países pobres e subdesenvolvidos e atuar na promoção da justiça social no âmbito internacional.” (p. 43) Mais informações sobre o assunto, ver CANCIAN, Renato. **Comissão Justiça e Paz de São Paulo: Gênese e atuação política (1972 – 1985)**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

além do arcebispo. Além de atender aos requisitos básicos estabelecidos pela Comissão Brasileira Justiça e Paz – ou seja, ser constituída por integrantes majoritariamente leigos e representantes de diferentes segmentos sociais e categorias profissionais – a CJP-SP, em função de sua composição, tinha a possibilidade de obter informações mais fidedignas sobre o que estava ocorrendo “no meio operário e sindical, no meio estudantil, nas auditorias da Justiça Militar e nas prisões”. (CANCIAN, 2005, p. 73).

D. Paulo Arns teria decidido formar a nova organização porque, na sua opinião, tal medida significaria “dotar a Igreja paulista de um instrumento capaz de fornecer uma nova base de sustentação à campanha pelos direitos humanos, promovida com o objetivo de remediar a situação dos presos e perseguidos políticos e contestar publicamente o regime militar”. (CANCIAN, 2005, p. 59).

Dada a realidade política em que o país vivia, as atividades iniciais da CJP-SP estiveram voltadas preferencialmente para a defesa dos direitos de presos políticos. Por isso durante seus três primeiros anos de funcionamento, a entidade teria direcionado mais intensamente suas atividades para a assistência jurídica e a ajuda material a presos políticos e a seus familiares.

As famílias que, por terem parentes vítimas da repressão policial-militar, encontravam-se em dificuldades financeiras teriam tido ampla acolhida. Como relata Cancian (2005, p. 76), “nessas situações, a CJP-SP providenciava alimentos, roupas, empregos, alojamento, assistência médico-hospitalar e psicológica e ajuda financeira”. Por outro lado, os beneficiados teriam retribuído o auxílio recebido, trabalhando voluntariamente como datilógrafos, escreventes ou secretárias.

Nesses primeiros anos de funcionamento, a CJP-SP teria também conseguido denunciar (ao menos no exterior) os casos de violações dos direitos dos

presos políticos. Até meados de 1974, a entidade teria enviado relatórios com denúncias de casos de tortura para o Conselho Mundial de Igrejas (organização internacional que congrega mais de 340 Igrejas cristãs), a Santa Sé e, principalmente, para a Anistia Internacional (entidade internacional dedicada à investigação e divulgação de casos de violações de direitos humanos no mundo). (CANCIAN, 2005, p. 87).

No Brasil, tais denúncias foram sendo mais amplamente divulgadas pela imprensa com a suspensão da censura prévia aos veículos de comunicação, a partir de 1975. A medida, devemos lembrar, fazia parte da política de afrouxamento do regime militar autoritário, com vistas ao retorno da democracia no país, preconizada pelo presidente general Ernesto Geisel (15 de março de 1974 – 15 de março de 1979) logo no início de seu mandato.

Após seus três primeiros anos de fundação, a CJP-SP ampliaria suas atividades para a promoção e defesa dos direitos de segmentos socialmente marginalizados. Nesse sentido, foram levantados, através de estudos científicos, os principais problemas socioeconômicos da população pobre de São Paulo, os casos de violência policial contra presos comuns e as condições de vida de adolescentes moradores de rua.

Essas pesquisas resultaram em livros que tiveram grande repercussão no Brasil e no exterior. (48) Em relação aos presos comuns, a entidade teria seguido os

(48) O estudo sobre a realidade socioeconômica da população de São Paulo foi encomendado ao Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), resultando no livro *São Paulo 1975: Crescimento e pobreza*, publicado em agosto de 1976. Em seguida, foi lançado, em outubro de 1976, o livro *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte* do jurista Hélio Bicudo, um dos fundadores da CJP-SP. Essas duas primeiras publicações teriam ajudado a aumentar a visibilidade pública da CJP-SP. Mais informações sobre a repercussão dos livros em CANCIAN, op. cit., capítulo 5. O documento **Síntese de sua história e proposta de ação futura** (sem data), de autoria da CJP-SP, traz informações sobre outras publicações e atividades desenvolvidas pela entidade.

mesmos procedimentos adotados em relação aos presos políticos, isto é, colocando a disposição das vítimas advogados para lhes dar assistência jurídica, além de registrar seus depoimentos e de tentar averiguar os fatos e denunciá-los publicamente. (CANCIAN, 2005, p. 119 – 120).

Ainda na década de 70, a atuação da CJP-SP estender-se-ia também aos movimentos de apoio às lutas contra a repressão e perseguições político-militares a cidadãos sul-americanos, principalmente uruguaios, chilenos e argentinos. (49) Além disso, a entidade teria lhes prestado assistência material e financeira. Por outro lado, também os brasileiros banidos pelo regime militar, e que encontravam-se refugiados no exterior, teriam recebido amplo apoio da CJP-SP. Cancian (2005, p. 124 – 126) relata uma campanha liderada pela entidade contra restrições impostas pelos consulados e embaixadas do Brasil no exterior para expedição, prorrogação e substituição de passaportes, salvo-condutos e vistos para os exilados brasileiros e seus dependentes, o que lhes dificultavam permanecer em um determinado país ou mesmo viajar para outro. (50)

Com a mudança da conjuntura política com o fim do regime militar, a CJP-SP passaria por um processo de reestruturação de suas atividades. A partir de meados de 80, a entidade redefiniria suas diretrizes de ação, passando a desenvolver pesquisas e publicações, além de realizar eventos e campanhas cujos temas, de

(49) Segundo Cancian (2005, p. 120 – 124), a CJP-SP teria assumido os serviços de assistência aos refugiados sul-americanos antes mesmo da instalação de um escritório do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) na sede da Arquidiocese de São Paulo, em julho de 1977.

(50) Detalhes sobre a reestruturação da CJP-SP ocorrida em meados de 1980 e os trabalhos desenvolvidos a partir de então, ver CANCIAN, op. cit., capítulo. 7.

interesse social e de importância para a Igreja católica no Brasil, estivessem relacionados a problemas políticos, sociais e econômicos do país, como “as questões de defesa e promoção dos direitos humanos, da justiça social e da paz”. (CANCIAN, 2005, p. 140).

Teria essa reformulação significado um arrefecimento de sua atuação política? Considerando os relatos de Cancian (2005, p. Capítulo 7) e informações contidas no documento *Síntese de sua história e proposta de ação futura*, de autoria da CSP-SP, parece que, ao menos de imediato, isso não teria ocorrido.

4.2. A OPERAÇÃO PERIFERIA

D. Paulo Evaristo Arns lançaria, ainda no início de seu arcebispado, uma iniciativa própria denominada Operação Periferia, que fora definida como um “programa missionário interno” da Arquidiocese de São Paulo (51). Em outras palavras, a idéia era tentar sensibilizar e mobilizar a população em geral para as dificuldades pelas quais estariam passando os moradores dos bairros periféricos de São Paulo. Esse problemas eram interpretados como “marginalização socioeconômica e religiosa”, como podemos verificar no texto sobre as justificativas para a implantação da Operação Periferia apresentadas no Relatório Qüinqüenal (1970 – 1974) da Arquidiocese.

Mas o que seria “marginalização socioeconômica” do ponto de vista da Igreja de São Paulo? Os dados descritos nesse relatório nos dão algumas respostas. A instituição registrara, por exemplo, que, ao final do ano de 1974, quase 40% da população (urbana e rural) vivia em áreas periféricas da região metropolitana de São Paulo. (52). Vemos também que, para a instituição, essa “marginalização” estaria configurada por haver “uma falta de participação dos indivíduos nos bens, serviços e recursos que a sociedade produz e [...] na elaboração das decisões que orientam o desenvolvimento da sociedade em seu conjunto”. (53)

(51) No **Relatório Qüinqüenal (1970 – 1974)** da Arquidiocese de São Paulo, Parte VII, p. 18 – 22, encontramos informações detalhadas sobre os objetivos da Operação Periferia

(52) Segundo dados do **Relatório Qüinqüenal (1970 – 1974)**, a população da Grande São Paulo corresponderia a 7.768.668 habitantes, em 1974, dos quais 3.012.837 morando em áreas periféricas.

(53) Cf. **Relatório Qüinqüenal (1970 – 1974)**, Parte VII, p. 19 e 20.

No tocante à situação de “marginalização religiosa”, o entendimento da Arquidiocese de São Paulo é de que estaria “insuficientemente presente” em todas as regiões da metrópole e a maioria da população não teria uma participação efetiva nas atividades pastorais da instituição. Além disso, verifica-se uma nítida preocupação de que seria necessário oferecer assistência religiosa aos migrantes que chegavam continuamente a São Paulo (54).

Na nossa opinião, há dois aspectos importantes que explicariam o fato da Igreja de São Paulo confiar para si a responsabilidade de tentar encontrar soluções para problemas “socioeconômicos e religiosos” da população. Primeiro, tal postura significaria a manifestação de sua missão cristã, pois, sendo uma instituição que parecia desejar seguir as diretrizes estabelecidas pelo Concílio Vaticano II, deveria vivenciar e participar da vida em sociedade focando tanto questões espirituais quanto temporais. Em segundo lugar, seria uma tentativa de evitar o aumento de conversões a outras religiões, principalmente o protestantismo, o espiritismo e a umbanda. (55)

A Operação Periferia foi anunciada por d. Paulo Arns, no dia 19 de fevereiro

(54) Em seu estudo acadêmico sobre o fluxo migratório em São Paulo, Maria Judith Musynski corrobora que esse fenômeno há anos vem forçando a ocupação da periferia da cidade: “A conformação demográfica do município de São Paulo nas duas últimas décadas (1960 e 1970) indica um claro avanço na ocupação das áreas periféricas, que se tornam gradual e proporcionalmente mais populosas. Sabemos, de antemão, que isto mostra o alargamento na base da pirâmide socioeconômica, ou, em outras palavras, a ampliação nas proporções de pessoas mais desfavorecidas na sociedade paulistana.” (p. 29 e 30). Cf. MUSYNSKI, Maria Judith de Brito. **O impacto político das migrações internas: O caso de São Paulo (1945 – 1982)**. São Paulo: Idesp, 1986.

(55) Bresser-Pereira argumenta que uma das causas da mudança de postura política, tornando-se mais progressista, da Igreja católica na América Latina e no Brasil teria sido a crescente concorrência dessas religiões entre as classes pobres e médio-baixas dos centros urbanos. Ver BRESSER-PEREIRA, op. cit., p. 68 – 76.

de 1972, durante seu programa radiofônico semanal “Encontro com o Pastor”, apresentado na Rádio Nove de Julho, pertencente à Arquidiocese de São Paulo. Também iniciava-se, naquele mês, a Campanha da Fraternidade da CNBB, cujo lema era “Descubra a felicidade de servir”.

Analisando a alocação de d. Paulo Arns, transcrita na íntegra no jornal *O São Paulo*, podemos concluir que a Operação Periferia teria sido lançada, coincidentemente no ano dessa Campanha da Fraternidade, como um projeto explícito de tentar despertar o sentimento de “servir” à causa em favor dos moradores da periferia de São Paulo. (56)

Padre Ubaldo Steri, ex-coordenador da Operação Periferia, explica que o projeto assim foi denominado porque se intencionava passar a idéia de que “deveria ser um momento forte e uma ação intensa e urgente que deveria envolver todo mundo”. (57) Para atingir esse intento, fora inclusive constituída uma equipe de coordenação com representantes das sete regiões em que estava dividido o território da Arquidiocese de São Paulo.

A Operação Periferia tinha como um de seus objetivos básicos (58) incentivar a formação de novas comunidades eclesiais de base. Mas por que

(56) Ver íntegra da alocação de d. Paulo Arns no jornal **O São Paulo**, edição de 19/02/1972, p. 7.

(57) Depoimento de padre Ubaldo Steri em 06/03/2008.

(58) A Operação Periferia tinha quatro objetivos básicos: formar comunidades eclesiais de base, treinar lideranças locais para essas CEBs, construir centros comunitários em cada bairro e coordenar recursos humanos e materiais para as comunidades em bairros periféricos, incentivando maior aproximação entre as paróquias em bairros centrais e as mesmas. Cf. **Relatório Quinquenal (1970 – 1974)** da Arquidiocese de São Paulo, Parte VII; DOMEZI, Maria Cecília. **Do corpo cintilante ao corpo torturado: Uma Igreja em operação periferia**. São Paulo: Paulus, 1995, capítulo 2; Também depoimento de padre Ubaldo Steri em 06/03/2008.

estimular o surgimento de CEBs ao invés de paróquias pelos bairros periféricos de São Paulo? Vejamos o que diz padre Ubaldo Steri sobre qual seria o entendimento de d. Paulo Arns sobre esse assunto: (59)

Tradicionalmente, pensava-se em construir uma paróquia, fazer uma igreja, mas, na visão de d. Paulo, o que interessava era chegar logo ao povo e testemunhar alguma coisa. E não ir lá para ficar três anos construindo uma igreja. A igreja não é problema do povo. O povo não precisa de igreja, mas precisa de comida, assistência e escola. Eles não têm nada disso e você vai lá para fazer uma igreja. Isso é ridículo. Construir uma igreja pode ser uma decisão justa, mas não é disso que eles precisam. Eles precisam ser gente, ser considerados gente, se reunir e crescer na fé, testemunhar a solidariedade e trabalharem juntos. A partir disso é que se cria novamente uma comunidade eclesial.

No nosso entender, a prioridade para a criação das CEBs aliava uma preocupação, que deveria ser sincera, com problemas sociais e econômicos da população a uma tentativa de aumentar efetivamente a presença da Igreja católica nos bairros periféricos de São Paulo.

Para que as CEBs pudessem manter-se em condições de funcionamento, ficara decidido também que deveriam ser construídos centros comunitários em cada bairro, que tornar-se-iam as sedes dessas comunidades. Padre Ubaldo Steri nos revela onde os integrantes de uma recém-criada CEB normalmente se encontravam até conseguirem um local fixo para as reuniões: (60)

A gente chegou a se reunir nas ruas e na casa de uma ou de outra pessoa, mas isso não é bom. Nós experimentamos que é bom ter um local neutro. As pessoas têm mais liberdade. [...] Além disso, esse centro comunitário seria um local onde a comunidade realizaria algumas atividades, respondendo a seus problemas, como analfabetismo e falta de trabalho. Lá, a comunidade realiza cursos, monta uma creche. Tudo depende da criatividade e das condições de cada comunidade.

(59) (60) Depoimento de padre Ubaldo Steri em 06/03/2008.

Segundo padre Ubaldo Steri, os primeiros centros comunitários teriam sido construídos no final de 1972. No estudo acadêmico de Domezi (1995, p. 181) sobre a Operação Periferia, verificamos que uma parte dos recursos auferidos pela Arquidiocese de São Paulo com a Campanha da Fraternidade daquele ano teria sido destinada ao programa. Porém, não encontramos informações sobre o montante de recursos que teria sido aplicado somente na construção dos centros comunitários.

Um gesto concreto que teria ajudado na expansão dos centros comunitários foi a decisão de d. Paulo Arns de vender o Palácio Pio XII, até então residência oficial dos arcebispos de São Paulo. (61) A propriedade foi vendida, no dia 4 de junho de 1973, à construtora Kobayashi Habitacional Industrial do Brasil por cinco milhões de dólares. Parte desse dinheiro teria sido investido na compra de terrenos para os centros comunitários, mas também, nesse caso, não encontramos informações sobre o valor da quantia destinada. E, nos anos 80, a Arquidiocese de São Paulo teria solicitado constantes ajudas financeiras de entidades católicas do exterior, principalmente da Alemanha, para conseguir prosseguir na ampliação dos centros comunitários. (62)

Segundo afirmações de Domezi (1995, p. 215), as CEBs teriam se multiplicado na periferia de São Paulo sobretudo de meados dos anos 70 até meados

(61) Com uma área total de 11.085,60 metros quadrados, o Palácio Pio XII situava-se na rua de mesmo nome, no bairro Paraíso, zona sul de São Paulo. Teria sido residência oficial dos arcebispos de São Paulo desde 1942. Com a venda do edifício, d. Paulo Arns mudaria-se, em março de 1973, para um sobrado localizado no bairro Sumaré, zona oeste de São Paulo. Mais informações, ver jornal **O São Paulo**, edição de 14 a 20 de julho de 1973, p. 5; **Livro de Crônicas da Arquidiocese de São Paulo**, v. 1, p. 39, 47 e 56; ARNS, Paulo Evaristo. **Da esperança à utopia: Testemunho de uma vida**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, Parte 2, capítulo 2; e SYDOW e FERRI, op. cit., p. 151 e 152.

(62) Cf. ARNS, loc.cit. ; Também depoimento de padre Ubaldo Steri em 06/03/2008.

dos anos 80. O Relatório Qüinqüenal (1975 – 1979) é o documento que apresenta informações mais precisas sobre o crescimento de centros comunitários, que, como dissemos, funcionavam como sede dessas comunidades.

Os dados revelam que o número de centros comunitários nas regiões da Arquidiocese de São Paulo onde estavam situados os bairros mais periféricos era comparativamente maior do que o de paróquias. A título de ilustração, verifica-se que na região Sé (região central) havia 69 paróquias e apenas 12 centros comunitários até 1979. Por outro lado, na região Itapeperica da Serra (correspondendo a uma extensa área da região sudoeste do território arquidiocesano) somavam-se 96 centros comunitários e apenas 24 paróquias. Considerando o número total, constata-se o registro de 506 centros comunitários ante 377 paróquias espalhadas por todas as regiões da Arquidiocese de São Paulo.

No Relatório Qüinqüenal (1985 – 1989), temos a informação de que teriam sido construídos mais 118 centros comunitários, de junho de 1984 a abril de 1989. No entanto, não constam informações desagregadas sobre sua localização. Como a Arquidiocese havia sido desmembrada em março de 1989 (assunto que veremos mais adiante), acreditamos que esses dados não foram incluídos porque não refletiam, naquele momento, a real situação administrativa e pastoral da instituição. (63)

Pelas informações do Relatório Qüinqüenal (1980 – 1984), as atividades mais comuns realizadas nos centros comunitários teriam cunho religioso (como aulas

(63) Ver **Relatório Qüinqüenal (1975 – 1979)**, Parte I; e **Relatório Qüinqüenal (1985 – 1989)**, Parte I, p. 177.

de catequese, batizados, casamentos e cultos), social (festas em geral) e educativo (cursos de alfabetização). Padre Ubaldo Steri lembra ainda que as pessoas reuniam-se para também falar de seus problemas pessoais e relativos aos bairros onde moravam.

Em artigo sobre os origens e o desenvolvimento das CEBs no Brasil, Pierucci (1982, p. 48 e 49) destaca justamente a questão da “heterogeneidade” como característica básica dessas comunidades. Ele explica sua definição afirmando, por exemplo, que algumas CEBs teriam surgido de “experiências de renovação paroquial”; outras, da “insatisfação de um grupo de militantes com as estruturas massificantes da paróquia [...]”; e umas, por iniciativa de bispos, padres, religiosas ou leigos. O estudioso observa ainda que essas comunidades seriam diferentes entre si também em função de sua localidade (rurais ou urbanas) e de sua composição social, além da ênfase a suas atividades que poderia lhes dar um caráter ou religioso, caritativo, educativo ou político. (64)

(64) Cf. PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. Origens e desenvolvimento. A Igreja do povo. In **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências (EBC), v.1, n. 2, abr. 1982, p. 48 e 49.

4.2.1 A VISÃO DE DUAS INTEGRANTES DE CEBs

Podemos dizer que algumas das características relativas às CEBs apontadas pelo padre Ubaldo Steri e pelo sociólogo Pierucci foram endossadas pelos depoimentos concedidos por duas veteranas de comunidades eclesiais de base da região de São Mateus, localizada na periferia da zona leste de São Paulo. A escolha da região deveu-se por dois motivos: tentamos selecionar uma área periférica que integrasse até hoje o território da Arquidiocese de São Paulo e também onde estivessem localizadas algumas CEBs surgidas desde 1970.

Ao relembrar a história da Comunidade São José Operário, no Parque Lar Nacional, Maria Aparecida Silva (65), conta que a CEB surgiu como resposta de luta dos moradores do bairro que estavam sendo despejados. E, segundo afirma, de forma ilegal:

Começamos a comprar umas casas da construtora Lar Nacional, em 1968, aqui no bairro que passou a ser chamado Parque Lar Nacional [...] Pagamos as prestações mensais da compra dos imóveis por cerca de dois anos. As casas eram entregues por sorteio ou por oferta de lance. As primeiras famílias chegaram ao bairro, em 1970. No início de 1972, tivemos uma baita surpresa. Veio uma pessoa [...] dizendo ser proprietária dos terrenos onde foram construídas as nossas casas, e que a gente teria de sair dos imóveis. Recebemos, inclusive, ordem de despejo, mas não havia uma decisão judicial formal. Os moradores eram forçados a deixar suas casas, que eram entregues a outras pessoas.

(65) Depoimento de Maria Aparecida Silva em 27/05/2008.

Sem saber a quem recorrer, eles acabariam pedindo ajuda a padres e freiras irlandeses que trabalhavam na região. Os religiosos teriam lhes orientado a se unirem para formar duas comissões. Um grupo ficaria responsável pela parte espiritual, como realização de cultos e celebrações litúrgicas; e outro cuidaria de assuntos, digamos, temporais; ou seja, verificaria as providências legais que deveriam ser tomadas para tentar resolver o problema. Essa segunda comissão se transformaria na Sociedade Amigos do Bairro do Lar Nacional, em 1973.

Maria Aparecida relata que as duas comissões inicialmente utilizaram o mesmo espaço – ou seja, a sede da Sociedade – para a realização de seus encontros e atividades. Somente no final de 1976 que a CEB São José Operário teria um local próprio, podendo expandir seus trabalhos em benefício dos moradores do bairro.

Nesse sentido, Maria Aparecida destaca, por exemplo, a criação de um serviço de atendimento a crianças e adolescentes (com deficiência mental, desnutrição e dificuldades para falar) que existiu durante quatro anos; e a implantação do projeto chamado cinco por dois, ou seja, cinco famílias ajudaram no sustento de outras duas em dificuldades financeiras, pagando suas despesas de luz e água, entre 1980 e 1982. Além disso, ela ressalta que muitos moradores teriam conseguido regularizar a compra de suas casas graças à mobilização do pessoal da CEB.

Os contatos de Ivanilde Terezinha Jardim (66) com a realidade das CEBs aconteceram um pouco mais tarde, mas possui uma experiência bastante

(66) Depoimento de Ivanilde Terezinha Jardim em 27/05/2008.

diversificada resultante do convívio em três comunidades distintas. Ela é moradora do bairro Jardim Marina desde 1978. Naquele ano, começou a freqüentar a então Comunidade Nossa Senhora Aparecida (em atividade desde 1972 com a chegada de padres irlandeses, hoje é uma paróquia) localizada em bairro próximo à sua casa.

Comecei [...] a freqüentar a igreja e observei que era diferente. Nas homilias, por exemplo, não era somente o padre que dizia as coisas e fazia algumas considerações. Ele lia trechos da Bíblia e depois fazia algumas perguntas para o pessoal. As pessoas também faziam suas perguntas. E eu comecei a perguntar também.

Em seguida, Ivanilde passou a participar da Comunidade Jardim Marina (que passaria a ser chamada Dom Oscar Romero em 1980). A nova CEB surgiria do desmembramento da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, em 1978, ou seja, no mesmo ano em que ela mudou-se com a família para o bairro.

Também Ivanilde e os moradores do Jardim Marina enfrentariam problemas com compras de casas em loteamentos sem registro em cartório. E, de acordo com seu depoimento, eles teriam recebido incentivos do pessoal da CEB para “correr atrás não só da questão da legalização dos terrenos, mas também de asfaltamento das ruas, transporte e água canalizada”.

Mas havia também atividades religiosas (catequese familiar e preparação de batismo, por exemplo), sociais (festas e almoços comunitários) e educativas (trabalhos manuais e estudos da Bíblia voltados para capacitação de leigos). Além de um serviço de ajuda mútua para desempregados. Ao lembrar desse assunto, Ivanilde faz a seguinte afirmação: “a questão do desemprego também era uma grande

preocupação na nossa Comunidade. Quando alguém sabia de alguma vaga disponível passava logo a dica para quem estava desempregado.”

Ela enfatiza ainda o empenho dos integrantes da CEB de procurar mobilizar as pessoas para reivindicarem por projetos que poderiam beneficiar a todos moradores do bairro, como, por exemplo, reformas de escolas e construção de postos de saúde.

Após vinte e oito anos participando da Comunidade do Jardim Marina, Ivanilde passou a freqüentar, no começo de 2007, a Comunidade Santa Maria – também uma das primeiras comunidades eclesiais de base surgidas nos anos 70 na região de São Mateus.

Quanto à Operação Periferia, a iniciativa teria vigorado de 1972 até 1976, quando seria criada a Comissão Arquidiocesana de Pastoral da Periferia. O novo grupo de trabalho seria constituído após o lançamento do primeiro plano pastoral da Arquidiocese de São Paulo, no qual ficariam definidas como prioridades pastorais o “mundo do trabalho”, as “comunidades eclesiais de base”, os “direitos humanos e marginalizados” e a “periferia”. A vigência deste primeiro plano seria de abril de 1976 a abril de 1978.

Formada por representantes de todas as regiões da Arquidiocese de São Paulo, a nova comissão iria iniciar suas atividades a partir de junho de 1976, tendo como objetivo tentar incentivar o desenvolvimento e a realização de ações concretas e adequadas aos problemas das áreas periféricas. A comissão manteve-se funcionando por dois anos. Padre Ubaldo Steri, que foi também coordenador deste grupo, explica que as atividades teriam sido encerradas neste período, porque “à medida que as regiões assumiram os trabalhos, a comissão central não se tornou tão necessária”.

4.3 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DE TRÊS PASTORAIS SOCIAIS

O objetivo desse subcapítulo é tentar historiar três ações pastorais que foram desenvolvidas na Arquidiocese de São Paulo por iniciativa ou por incentivo de d. Paulo Evaristo Arns, considerando o período de 1970 a 1990. Decidimos pesquisar essas experiências em virtude da grande repercussão de suas atividades dentro e fora de São Paulo, levando a um reconhecimento da CNBB que passará a integrá-las no conjunto de ações pastorais sociais proposto para todas as dioceses do país.

Mas o que seria uma Pastoral Social? Entendemos que trata-se de um serviço oficialmente instituído pelas dioceses com o objetivo específico de contribuir na busca de soluções para problemas vivenciados por pessoas social e economicamente marginalizadas. O desenvolvimento desse serviço específico geralmente ocorre graças à participação ativa de um número expressivo de voluntários, em sua maioria católicos.

As considerações da CNBB sobre o objetivo e a missão das Pastorais Sociais podem ser encontradas no livro “A missão da Pastoral Social”. A afirmação da entidade é de que:

[...] as Pastorais Sociais têm como objetivo ser presença de serviço na sociedade, desenvolvendo ali atividades concretas que viabilizem a transformação de situações específicas [...] (67)

A missão das Pastorais Sociais passa [...] pelo percurso da organização dos excluídos, pelas mobilizações sociais até o comprometimento político. (68)

(67) CNBB. **A missão da Pastoral Social**. Brasília, Edições CNBB, 2008, p. 40.

(68) Ibid. p. 36.

Das pastorais sociais existentes na Arquidiocese de São Paulo durante o período de gestão de d. Paulo Arns delimitado em nosso estudo, levantamos informações sobre a Pastoral Carcerária, a Pastoral da Moradia e a Pastoral Operária.

Queremos fazer a ressalva de nossa dificuldade na tentativa de conseguir levantar informações também de outras Pastorais Sociais. Pela absoluta escassez de dados sobre a origem e o desenvolvimento de todas as Pastorais Sociais, limitamo-nos às três supracitadas.

Observamos que não havia uma preocupação histórica dos primeiros “fundadores” dessas Pastorais de tentar documentar suas atividades e ações. Trabalhando com o material disponível, nossa intenção foi tentar trazer à tona o alcance religioso e sociopolítico das Pastorais Sociais selecionadas.

4.3.1 A PASTORAL OPERÁRIA

O processo de oficialização e estruturação da Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo começaria, em 1970, ainda na gestão de d. Agnelo Rossi. O então cardeal-arcebispo designaria, em junho daquele ano, o frei Luís Maria Alves Sartori para coordenar a Pastoral Operária na qual participariam grupos que atuavam no movimento operário e no meio empresarial.

Para os trabalhadores cristãos, no entanto, a data marcante do surgimento da Pastoral Operária é 18 de outubro de 1970. Isso porque, naquela época, vários

sindicatos de trabalhadores costumavam reunir-se, anualmente, no mês de outubro, para promover reivindicações coletivas. Waldemar Rossi, um dos fundadores da Pastoral Operária, lembra os motivos da importância da data:

Nesse ano, tivemos também sete ou oito sindicato que se uniram para reivindicar, sobretudo, o fim do arrocho salarial. Por isso sugerimos a “Missa do Salário Justo”. O cardeal (*Agnelo Rossi*) fez questão de celebrar a missa e, naturalmente, ficou então instituída a Pastoral Operária naquele dia. (69)

A Pastoral Operária estava criada, mas não havia uma definição clara de sua atuação devido às divergências de interesses entre os grupos integrantes – militantes da Juventude Operária Católica (JOC), da Ação Católica Operária (ACO), participantes da UNICOR, da Frente Nacional do Trabalho (FNT), dos Círculos dos Trabalhadores Cristãos, empresários cristãos, representantes do Instituto Morumbi, da Missão Pedro e Paulo e também dos grupos de comunidades eclesiais de base. (70)

Rossi conta que logo na primeira reunião convocada pelo frei Luís Sartori teria ficado evidenciado de que não haveria possibilidade de um trabalho conjunto,

(69) Depoimento de Waldemar Rossi em 09/04/2008.

(70) JOC e ACO (movimentos de trabalhadores jovens e adultos católicos), UNICOR (Unidos Num Só Coração, movimento de defesa da harmonia de interesses entre empresários e trabalhadores), FNT (entidade que congregava operários, religiosos e profissionais liberais cristãos), Círculos dos Trabalhadores Cristãos (instituições leigas de assistência social e educativa), Instituto Morumbi (entidade criada por incentivo de d. Agnelo Rossi com o objetivo de promover o diálogo entre as classes sociais), Missão Pedro e Paulo (movimento ligado aos padres operários franceses). Informações extraídas de AUGUSTO, Adailton Maciel. **Mística e utopia: História da Pastoral Operária em São Paulo (1970 – 1996)**. Dissertação de Mestrado em Teologia Dogmática. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 1997, p. 72 e 73; Pasta 2 de d. Agnelo Rossi. **Diário (1964 – 1970)**. Apêndice 3. p. 46; Também depoimento de Waldemar Rossi em 09/04/2008.

resultando na saída da maioria dos grupos. Ele relata que permaneceria apenas dois grupos – o representante das comunidades e o da UNICOR, que era ligado ao frei Luís Sartori.

No entanto, o impasse teria prosseguido em relação à orientação dos objetivos da Pastoral Operária. Somente na primeira assembléia realizada, no início de 1972, que seria finalmente estabelecida a linha prioritária de sua atuação: a de uma “PO classista”, ou seja, que reconhecia “a existência da luta de classes causada pela própria estrutura e natureza do capitalismo”. (71) Rossi conta que d. Paulo Evaristo Arns, presente à reunião, teria manifestado seu apoio aos trabalhadores, declarando-se favorável à proposta defendida por ele em nome da classe operária.

Com essa tomada de decisão, seria possível definir os objetivos da Pastoral Operária. Ficaria estabelecido, portanto, que deveriam ser priorizadas, por exemplo, a formação de militantes operários, a participação nos locais de trabalho, sindicatos e nos bairros, a elaboração de um boletim informativo da Pastoral Operária e a organização de uma biblioteca com temas de interesse do operariado na Arquidiocese de São Paulo. (72)

A decisão dos militantes da Pastoral Operária de tentar estender suas atividades para locais não-tradicionais para exercer pressão política, talvez possa ser

(71) Cf. Comissão Arquidiocesana de Pastoral Operária. **Pastoral Operária: Situação, Método, Proposta**. São Paulo, 1984, p. 33.

(72) Cf. jornal **O São Paulo**, Especial Pastoral Operária, edição de 30 de abril de 1996, p. 2; Ver também AUGUSTO, *ibid*, p. 81 – 85. O autor reproduz informações de documentos que detalham os objetivos da Pastoral Operária e a forma como deveriam ser colocados em prática.

compreendida a partir desta explicação de Rossi:

Desde o começo, nós entendíamos que a luta da classe operária não deveria apenas se travar dentro da empresa, no caso, especificamente dentro das fábricas, ou do sindicato. Ela está presente na vida inteira dos trabalhadores. Eu morava num bairro, Vila Rica (*zona leste de São Paulo*), onde, na época em que eu me mudei para lá, em fins de 1965, não tinha sequer transporte coletivo, iluminação pública; não tinha rede de esgoto, água canalizada. Essas coisas deveriam ser colocadas. Por quê? Porque revelavam que o poder público ficava extremamente preocupado com os bairros de classe rica, mas não dava a menor “bola” para a periferia. (73)

Ele enfatiza que, desde o começo da fundação da Pastoral Operária, o entendimento entre seus integrantes assentava-se na convicção de que a “luta da classe operária” deveria acontecer em todos os ambientes de convívio dos trabalhadores.

O lançamento do primeiro plano pastoral da Arquidiocese de São Paulo em abril de 1976, com vigência até abril de 1978, seria outro fator a possibilitar maior visibilidade das atividades da Pastoral Operária. O tema “mundo do trabalho” será escolhido como uma das quatro ações prioritárias pela Igreja de São Paulo. Integrantes da Pastoral Operária estiveram presentes as reuniões convocadas

(73) Depoimento de Waldemar Rossi em 09/04/2008. Estudos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), encomendados pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, revelaram justamente essa situação de infra-estrutura precária nos bairros periféricos da região metropolitana de São Paulo. As pesquisas, de autoria de vários estudiosos, foram transformadas no livro “São Paulo 1975: Crescimento e pobreza”, ver particularmente o capítulo 2 (A lógica da desordem). Cf. VÁRIOS AUTORES. **São Paulo 1975: Crescimento e pobreza**. 13ª. ed. São Paulo: Loyola, 1982.

pela Arquidiocese de São Paulo para discussão e escolha das prioridades pastorais.
(74)

Pela explicação de Rossi, a denominação “Pastoral do Mundo do Trabalho” (presente textualmente no documento desse primeiro plano) teria sido utilizado no lugar de “Pastoral Operária” de maneira proposital, de forma a tentar evitar que um grupo de trabalhadores pudesse sentir-se excluído das atenções da Arquidiocese. Ele afirma que:

Não se queria, digamos, excluir quem defendesse uma linha um pouco diferente da Pastoral Operária. E também se queria passar a seguinte idéia: “Não vamos nunca excluir a possibilidade de trabalhar com empresários cristãos.” (75)

O fato de ser um planejamento de âmbito arquidiocesano significava que as prioridades de ação pastoral deveriam ser consideradas por toda a Igreja de São Paulo, ou seja, ser colocadas em prática em todas as regiões. Com isso, a militância da Pastoral Operária contribuiria para a mobilização de moradores, sobretudo dos bairros mais periféricos da cidade, exigindo das autoridades governamentais, entre outras reivindicações, a ampliação e melhoria de serviços públicos, como saneamento básico, transporte coletivo e hospitais e postos de saúde; além do

(74) No primeiro planejamento bienal da Arquidiocese de São Paulo, foram escolhidos como prioritários os temas “mundo do trabalho”, “comunidades eclesiais de base”, “periferia” e “direitos humanos e marginalizados”. Aliás, o tema “mundo do trabalho” será um item constante nos planos pastorais lançados durante toda a gestão de d. Paulo Evaristo Arns. Cf. SOUZA, Ney de (org.). **Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja católica em São Paulo (1554 – 2004)**. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 547 – 549.

(75) Depoimento de Waldemar Rossi em 09/04/2008.

aumento do número de moradias para a população de baixa renda e da legalização de loteamentos clandestinos. (76)

Sem querer nos alongar sobre acontecimentos já bastante comentados e analisados, queremos apenas recordar a ligação entre a Pastoral Operária e o renascimento do movimento operário durante o período de ‘abertura política’ preconizada pelo governo militar. Muitos dos integrantes da Pastoral Operária passariam a envolver-se ativamente nas sucessivas (e de grande repercussão política) greves deslanchadas, entre 1978 e 1980, por trabalhadores metalúrgicos da região do ABC de São Paulo, onde concentrava-se boa parte do parque industrial automobilístico do país. (77)

Além disso, alguns dos mais combativos integrantes da Pastoral Operária iriam também envolver-se em campanhas eleitorais principalmente de sindicatos de trabalhadores metalúrgicos, participando de chapas de oposição. Conforme explica Rossi, essa nova vertente de militância teria incentivado o surgimento de outros movimentos de oposição sindical, primeiramente em São Paulo e, em seguida, em algumas cidades do país. Todo esse esforço tinha como objetivo fazer com que os sindicatos, até então tutelados pelo Estado, passassem a ser realmente representativos dos interesses do operariado. Porém, as derrotas foram sucessivas, pois, mesmo ganhando as eleições, os candidatos das chapas de oposição muitas

(76) Cf. KOWARICK, Lúcio (coord.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; e VÁRIOS AUTORES. **São Paulo 1975: Crescimento e pobreza**. 13ª. ed. São Paulo: Loyola, 1982.

(77)Cf. KOWARICK. Ibid. ; SKIDMORE, Thomas E.. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985**. Tradução Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução Clóvis Marques. 2ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984; Ver também AUGUSTO, ibid, p. 101 – 108.

vezes foram impedidos de assumir a direção dos sindicatos durante o governo militar. (78)

Com a redemocratização do país, a Pastoral Operária voltaria a priorizar a formação de novos militantes, de modo a tentar recompor sua força política, porque muitos dos antigos integrantes partiriam para uma militância político-partidária, passando a integrar os quadros do Partido dos Trabalhadores.

4.3.2 A PASTORAL DA MORADIA

A Pastoral da Moradia como serviço estruturado da Arquidiocese de São Paulo surgiria em 1987 com a promulgação do quinto plano de pastoral da instituição, com vigência de 1987 a 1990. (79) Ficaria estabelecido que sua atribuição seria a de “esclarecer e sensibilizar para a realidade da moradia” todas as pessoas, independentemente das religiões que professassem.

Além disso, a Pastoral da Moradia estaria voltada, preferencialmente, para o atendimento às pessoas de baixa renda com algum problema relacionado à moradia.

(78) Cf. jornal **O São Paulo**, Especial Pastoral Operária, edição de 30 de abril de 1996, p. 2; Também VÁRIOS AUTORES. **São Paulo 1975: Crescimento e pobreza**. 13ª. ed. São Paulo: Loyola, 1982; e SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970 – 1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

(79) Ver **Relatório Quinquenal (1985 – 1989)** sobre a criação da Pastoral da Moradia, p. 55 e 57. O documento traz informações também sobre o 5º. Plano de Pastoral (1987 – 1990). Foram definidas, neste plano, as seguintes ações pastorais para a Arquidiocese de São Paulo: além de “moradia”, também “comunicação” e “mundo do trabalho”. Ibid, p. 168 e 169.

As ações, portanto, seriam dirigidas a moradores de favelas, cortiços, conjuntos habitacionais e prédios de apartamentos; além de moradores de rua e migrantes. Verifica-se ainda claramente a dimensão política do novo serviço pelas informações contidas no Relatório Qüinqüenal da Arquidiocese de São Paulo (1985 – 1989):

Isto é realizado para que o povo se organize e assuma uma luta de transformação da política habitacional, a fim de que se obtenham condições dignas de moradia para todos e condições mais fraternas de convivência, necessárias ao desenvolvimento dos valores humanos. (80)

O Relatório citado traz também informações sobre a situação de “crise da moradia” na cidade de São Paulo. Os dados estatísticos, que teriam sido obtidos junto à Prefeitura de São Paulo, revelam um crescimento significativo do número de favelas e cortiços entre os anos de 1968 e 1988. De acordo com o relatório, a proporção de favelados teria sido de 0,8% da população paulistana em 1968, passando para 4% em 1978 e saltando para 7,8% em 1988. Quanto aos moradores de cortiços, eles teriam aumentado de 9% da população paulistana em 1975 para 28% em 1988. (81)

Padre Guilherme Reinhard, que foi coordenador da Pastoral da Moradia entre 1991 e 1996, lembra que essa situação de aumento de favelas e cortiços na cidade de São Paulo teria sido o fator a impulsionar a organização desse novo serviço por

(80) Cf. **Relatório Qüinqüenal (1985 – 1989)**, p. 58.

(81) *Ibid.*, p. 55 e 56.

parte da Arquidiocese de São Paulo. Ele afirma que:

A partir dessa realidade econômica (ele refere-se ao crescimento do desemprego e à conseqüente piora das condições de vida, principalmente das classes mais pobres do país, ocasionados pela recessão econômica no início dos anos 1980), a Pastoral da Moradia nasceu e foi se estruturando pelas regiões episcopais. Cada uma passou a montar uma pequena equipe para acompanhar favelas e cortiços existentes em sua área. A coordenação arquidiocesana foi formada por representantes de cada região episcopal. Havia reuniões mensais e assembleias anuais para avaliação e planejamento de suas atividades e lutas concretas. Muitas vezes, aprendíamos mais com os fracassos, como nos casos de despejo, do que com as vitórias, porque analisávamos os porquês junto com eles. (82)

Na visão de Evaniza Rodrigues, que foi secretária-executiva da Pastoral da Moradia por dois anos, o novo serviço teria significado a “costura” de todas ações que vinham sendo desenvolvidas por diferentes movimentos de moradia atuantes nas regiões da Arquidiocese de São Paulo. Ela cita alguns desses movimentos:

[...] na região Ipiranga, existia uma atuação forte de movimentos de favelas, ligados à Igreja católica. No centro, havia os movimentos de cortiços desde 1979. O grande feito, então, foi essa “costura” de ações para a cidade como um todo e que vai se chamar Pastoral da Moradia. E os movimentos de moradia, que existiam pelas regiões, passaram a atuar em conjunto. (83)

(82) Depoimentos de padre Guilherme Reinhard (via e-mail) em 10 e 22/05/2008. Ver Kowarick, Lúcio e Bonduki, Nabil (texto *Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização*). Os autores apontam as conseqüências negativas das políticas habitacionais do governo pós-64 (privilegiando construções para classes de renda média e alta) para a população de baixa renda. In KOWARICK, Lúcio (coord.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. capítulo 5.

(83) Depoimento de Evaniza Rodrigues em 05/05/2008.

Nos primeiros anos de criação da Pastoral da Moradia, as equipes espalhadas pelas regiões da Arquidiocese de São Paulo teriam sido constituídas majoritariamente por moradores dos bairros, que, voluntariamente, ajudavam nos trabalhos de orientação e coordenação de novos grupos de agentes pastorais de moradia. Haveria apenas alguns poucos padres e religiosas participando das equipes regionais de Pastoral da Moradia, pois eles teriam tido dificuldades para conseguir ser liberados de suas funções nas paróquias onde trabalhavam. Relatório Qüinqüenal (1989 – 1994, p. 87).

Segundo os entrevistados, a multiplicação de novos agentes pastorais a partir de cursos de formação teria sido uma das prioridades dos integrantes da coordenação da Pastoral da Moradia. Padre Reinhard cita outras ações realizadas: “Visitávamos o povo e suas lideranças, acompanhávamos suas assembléias e reuniões com autoridades. Também foram criados laços com alguns movimentos populares de favelados e encortiçados.” (84)

Nesse sentido, Evaniza lembra o episódio sobre o primeiro projeto de lei de iniciativa popular encaminhado pelos movimentos de moradia ao Congresso Nacional, em 1991, propondo mudanças na política habitacional até então vigente no país. Em virtude da mobilização dos movimentos de moradia, o governo sancionaria, em junho de 2005, a lei de criação do Fundo Nacional de Moradia Popular, estabelecendo a concentração de recursos para subsidiar a construção de moradias para população de baixa renda. Segundo relata Evaniza, d. Paulo Evaristo Arns e d. Luciano Mendes de Almeida, que, na época era presidente da CNBB, teriam ajudado a fazer com que a instituição disseminasse a proposta dos movimentos de moradia por todo o país. (85)

(84) Depoimentos de padre Guilherme Reinhard (via e-mail) em 10 e 22/05/2008.

(85) Depoimento de Evaniza Rodrigues em 05/05/2008.

4.3.3 A PASTORAL CARCERÁRIA

Os primeiros passos rumo à institucionalização de uma Pastoral Carcerária na Arquidiocese de São Paulo ocorreriam em 1985. Naquela data, d. Paulo Evaristo Arns decidiria nomear um padre responsável oficialmente pelo serviço de assistência a homens e mulheres presos. A criação da Pastoral Carcerária iria possibilitar uma organização e ampliação das atividades, uma mudança de visão sobre o atendimento até então oferecido e uma conscientização sobre as características do sistema carcerário de São Paulo.

A presença de religiosas, sacerdotes e leigos já vinha se intensificando, sobretudo, a partir de 1970, em três maiores presídios localizados na zona norte da cidade de São Paulo – Casa de Detenção de São Paulo (já extinta), Penitenciária Feminina da Capital e Penitenciária do Estado de São Paulo (antiga unidade prisional masculina onde funciona, desde 2005, a Penitenciária Feminina Sant’Ana). No entanto, as atividades eram realizadas mais pelo empenho particular dos voluntários, sem haver uma metodologia de trabalho e uma articulação entre eles. (86)

Os trabalhos iniciais da Pastoral Carcerária teriam, porém, ficado mais concentrado na Casa de Detenção, como podemos inferir das informações do Relatório Quinquenal (1985 – 1989) da Arquidiocese de São Paulo. Talvez em virtude do presídio abrigar a maior população carcerária comparativamente com a de

(86) Cf. **Histórico Pastoral Carcerária**. Documento encontrado no escritório nacional da Pastoral Carcerária, Pasta H (01), Seção F, Doc. 024, sem paginação.

outras unidades prisionais situadas na área da Arquidiocese de São Paulo. (87)

Inicialmente, a equipe teria sido formada por dezenove agentes pastorais: dois sacerdotes, duas religiosas e dois leigos, trabalhando duas vezes por semana em período integral; e mais dez leigos e três religiosas, exercendo atividades a cada semana ou a cada quinze dias.

Pelas informações do Relatório Quinquenal (1985 – 1989), observa-se que a atuação desses integrantes junto aos presos não teria se limitado ao aspecto religioso, no sentido de oferecer “conforto” espiritual por meio de visitas, orações ou missas periódicas. Teriam sido empreendidas também ações socioeducativas, como estudos sobre a Bíblia, aulas de música e teatro e cultivo de hortas comunitárias por presos com doença mental como tratamento terapêutico. (88)

A religiosa e psicóloga Maria Emília Guerra Ferreira foi quem ajudou na realização das primeiras aulas sobre textos bíblicos. Ela começou a atuar, em 1986, na Casa de Detenção a convite do padre Antonio Macedo Silva, o primeiro coordenador da Pastoral Carcerária. Ele era o capelão do presídio. Maria Emília conta que foram os próprios presos que teriam solicitado o curso: (89)

O padre Macedo celebrava missas nos pavilhões. Ele me chamou para participar das missas. Na hora da homilia, ele me cedia a palavra para que eu conversasse sobre os textos bíblicos. Começamos justamente no pavilhão 8. Foi o primeiro pavilhão liberado pela diretoria da Casa de Detenção. Eles pensavam que o padre Macedo iria desistir, porque o pavilhão 8 era o lugar dos presos reincidentes, tido como muito perigoso naquele tempo.

(87) Cf. **Relatório Quinquenal (1989 – 1994)** da Arquidiocese de São Paulo (p. 101): estimativas sobre o total da população carcerária na cidade de São Paulo e sua distribuição pelas unidades prisionais existentes na época: Do total de 15.642 presos, a Casa de Detenção teria o maior número de presos, cerca de 6.500 no final de 1994.

(88) Cf. **Relatório Quinquenal (1985 – 1989)** da Arquidiocese de São Paulo, p. 122 – 125.

(89) Depoimento de irmã Maria Emília Guerra Ferreira em 26/04/2008.

Além dos estudos semanais sobre a Bíblia, a religiosa afirma que depois foram introduzidas as aulas de canto por incentivo do padre Macedo, resultando na formação de grupos de presos, inicialmente os do pavilhão 8 (ou seja, no prédio 8), para tocar e cantar durante as missas semanais. Maria Emília lembra ainda que a iniciativa teria sido depois estendida aos outros cinco pavilhões onde ficavam alojados os detentos:

Os presos dos outros pavilhões passaram a pedir que fossem organizados novos grupos de reflexão bíblica. Eles diziam que também queriam participar. Todo trabalho de reflexão começava antes com um canto. Então, começaram a aparecer vários presos que sabiam tocar. Eram católicos e não-católicos. Não importava a religião que professavam. Passaram a ser momentos de liberdade para eles. (90)

As atividades foram se ampliando com a iniciativa de um grupo de jovens de teatro, que passaram a freqüentar a Casa de Detenção e começaram a ajudar os presos a escrever peças de teatro e apresentá-las para outros presos. A partir dessa experiência, teria surgido a idéia de montar também cursos de redação, teatro e artesanatos.

Além dessas ações religiosas e socioeducativas, os membros da Pastoral Carcerária passariam a analisar e propor soluções para os principais problemas com

(90) A Casa de Detenção formava um conjunto de sete prédios (os pavilhões) de cinco andares. Os pavilhões 2, 4, 5, 7, 8 e 9 para alojamento de presos. No pavilhão 6, funcionava a parte administrativa, a cozinha e a lavanderia. O presídio tinha cerca de 90 mil metros quadrados de área construída. Informações extraídas de FERREIRA, Maria Emília Guerra. **A produção da esperança numa situação de opressão: Casa de Detenção de São Paulo, Carandiru.** Dissertação de mestrado em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 1994, p. 67.

os quais freqüentemente deparavam-se nas penitenciárias onde mais atuavam (como a Casa de Detenção e a Penitenciária Feminina da Capital), o que lhes levariam a tomar posições em defesa dos direitos dos presos.

Essa reformulação de objetivos iria acontecer a partir de 1988. Nesse ano, d. Paulo Arns nomearia uma nova equipe de coordenação da Pastoral Carcerária, com três pessoas. O padre Antonio Macedo Silva seria substituído por padre Francisco Reardon, que já freqüentava a Casa de Detenção desde 1985 para visitar alguns jovens do bairro de Brasilândia, zona norte de São Paulo, que estavam presos. Na época, Reardon era vigário de uma paróquia localizada neste bairro e decidiu organizar uma equipe de leigos voluntários para visitar semanalmente os jovens, que acabariam integrando-se ao grupo da Pastoral Carcerária.

A irmã Maria Emília explica que o padre Macedo teria deixado a coordenação da Pastoral Carcerária porque foi designado para assumir outras atividades: “Ele foi nomeado reitor do Seminário da Freguesia do Ó. Além disso, ele também trabalhava numa paróquia.” (91)

Além de Maria Emília, a terceira pessoa integrante da nova equipe de coordenação era o leigo Itamar Bopp Júnior. Ele já atuava na Pastoral Carcerária. Aliás, desde 1976, ele fazia visitas a presos da Casa de Detenção.

Em sua segunda fase, com a nomeação do padre Reardon, o serviço passaria por uma estruturação, o que significou a implementação de novas ações, tanto dirigidas para os integrantes da Pastoral Carcerária, quanto para os presos. Começariam a ser realizadas reuniões mensais com todos os voluntários para avaliação das atividades implementadas.

(91) Depoimento de irmã Maria Emília em 26/04/2008.

Além disso, a coordenação passaria a preocupar-se mais com a formação de novos agentes de pastoral, com vistas a poder estender as atividades para outras unidades prisionais, mas principalmente garantir a continuidade da existência da Pastoral Carcerária. Vejamos a declaração de Maria Emília:

A Pastoral Carcerária faz muita distinção entre visitas e trabalhos. Há pessoas que vão visitar presos, vão visitar as cadeias. Há outras que vão “trabalhar” com os presos, nas penitenciárias e distritos. Na Pastoral Carcerária, existia uma preocupação de organização de um trabalho, com metodologia, para que tivesse continuidade. Se houvesse mais pessoas para visitar os presos todo dia, toda hora, seria ótimo, porque você, de certa forma, mexe com a estrutura carcerária. Mas o que eu quero dizer é no sentido de uma formação de agentes de pessoal. A irmã Assunção (*nome religioso da irmã Maria Isabel Jesus de Oliveira*) e eu ficávamos todos os dias da semana, de segunda a segunda, de 9 da manhã até as 6 da tarde na Casa de Detenção, realizando cursos, reuniões e visitas. (92)

Foram também idealizadas ações específicas visando os presos e suas famílias. No entanto, algumas propostas não tiveram longa duração, como os próprios entrevistados admitem. Havia, por exemplo, uma proposta que, podemos dizer, de ressocialização. O objetivo era incentivar alguns dos ex-presos a ter uma oportunidade de trabalho por conta própria. Os entrevistados contam que chegaram a alugar uma casa para que os ex-presos lá se instalassem para iniciar algum negócio. A experiência, porém, não surtiu os resultados esperados. Na opinião de

(92) Depoimento da irmã Maria Emília em 26/04/2008. Obs.: A irmã Maria Isabel Jesus de Oliveira foi diretora da Penitenciária Feminina da Capital por doze anos. A Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, a qual ela pertence, foi responsável pela administração do presídio, por contrato firmado com o governo do Estado de São Paulo, de 1942 a 1978. Após essa data, as religiosas integraram-se às atividades coordenadas pela Pastoral Carcerária.

Itamar, a interrupção do projeto deveu-se ao pouco interesse demonstrado pelos ex-presos:

Tentamos também um trabalho com os presos egressos. Como eles têm dificuldade para arrumar emprego, imaginamos que eles pudessem trabalhar por conta própria – como pintor, ambulante, alfaiate, carpinteiro, etc. Chegamos a alugar uma casa no Brás (*região central de São Paulo*), no bairro onde morava a família de um ex-preso. Mas poucos se interessaram pela nossa proposta. (93)

Outras iniciativas, no entanto, teriam sido mais bem-sucedidas. A irmã Maria Emília enfatiza a atuação ativa da Pastoral Carcerária em relação a direitos individuais dos presos, resultando em discussões mais abrangentes sobre o sistema penitenciário do país. Em relação a esse assunto, ela dá o seguinte testemunho:

Mas uma iniciativa que se desenvolveu muito com o padre “Chico” foram os trabalhos da Pastoral Carcerária na parte jurídica. Sempre tivemos muito contato com juizes. Sempre tivemos muito acesso para falar dos descasos com os presos. E a partir de casos particulares, começamos a tratar da questão carcerária. A Pastoral Carcerária teve influência sobre algumas propostas jurídicas que hoje existem – por exemplo, o direito à visita íntima para as mulheres, o direito à liberdade condicional também para as estrangeiras, e outras. (94)

Em seus dez primeiros anos de funcionamento (de 1985 a 1994), as atividades da Pastoral Carcerária teriam sido estendidas para 84 estabelecimentos prisionais (a maioria distritos policiais) situados na área da Arquidiocese de São Paulo. Nesse período, essas unidades teriam abrigado um contingente de 15.642 presos. O número de agentes pastorais teria dobrado, chegando a 36 voluntários – , dos quais 22 leigos –, segundo dados do Relatório Qüinqüenal (1989 – 1994, p. 101).

(93) Depoimento de Itamar Bopp Júnior em dia 26/04/2008.

(94) Depoimento da irmã Maria Emília em 26/04/2008.

4.4 A DIVISÃO DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO

Em 1989, d. Paulo Evaristo Arns seria surpreendido pela aprovação do papa João Paulo II (cujo pontificado estendeu-se de 16 de outubro de 1978 a 2 de abril de 2005) para a divisão definitiva da circunscrição da Arquidiocese de São Paulo.

No dia 15 de março daquele ano, a Santa Sé tornaria pública, através da Rádio Vaticano, a decisão do desmembramento do território arquiocesano de quatro regiões. Eles seriam transformadas nas novas dioceses de Campo Limpo, Osasco, Santo Amaro e São Miguel Paulista. No mesmo dia, d. Paulo Arns também divulgaria o fato à população de São Paulo por meio de nota enviada à imprensa. (95)

O acontecimento contrariava as expectativas de d. Paulo Arns de uma resposta favorável da Santa Sé a um projeto acalentado desde o início de seu arcebispado: a divisão do território da Arquidiocese de São Paulo em “dioceses interdependentes”. Mas em que consistiria essa proposta? Podemos dizer, resumidamente, que ele intencionava transformar as regiões que formavam a Arquidiocese de São Paulo em dioceses, que seriam dirigidas por bispos auxiliares que estariam sob sua coordenação. Além disso, haveria uma administração compartilhada de recursos humanos e materiais, como também um planejamento pastoral comum.

(95) Pelo teor da nota, podemos inferir que d. Paulo Evaristo Arns não apenas teve como objetivo divulgar como ficaria o território da Arquidiocese de São Paulo depois de seu desmembramento, mas sobretudo mostrar que as atitudes da Santa Sé teriam sido contraditórias. Ver reprodução da nota em SYDOW e FERRI, *op. cit.*, p. 342; e PEGORARO, José. Um só povo, muitos pastores? A divisão da Arquidiocese de São Paulo. In RIBEIRO, Helcion (coord.). **Paulo Evaristo Arns: Cardeal da esperança e pastor da Igreja de São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 35 – 43.

O projeto foi apresentado oficialmente pela primeira vez por d. Paulo Arns em uma carta, datada de fevereiro de 1974, destinada ao então prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos, cardeal Sebastiano Baggio. (96)

Pelo exposto na correspondência, podemos inferir que havia certa expectativa de que o novo Código de Direito Canônico que estava sendo elaborado (e seria promulgado em 1983) poderia tornar juridicamente possível essa forma de reorganização das dioceses. A proposta de d. Paulo Arns não tinha amparo legal nas normas eclesiais vigentes na época. (97)

De acordo com as explicações de d. Francisco Manuel Vieira, bispo emérito da Diocese de Osasco, (98) o plano de criação das “dioceses interdependentes” era o “grande ideal” de d. Paulo Arns. E acrescenta: “[...] A Santa Sé sempre aceitou o que estabelece o Código de Direito Canônico, ou seja, que cada diocese é totalmente independente, principalmente em relação a essas duas partes: patrimônio e plano de pastoral.” Ainda segundo d. Francisco Vieira, a Santa Sé teria decidido pelo desmembramento da Arquidiocese de São Paulo sem, no entanto, ter considerado a

(96) A exposição resumida dos objetivos da proposta de criação das dioceses interdependentes pode ser conferida em ARNS, Paulo Evaristo. **Carta para cardeal Sebastiano Baggio, prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos**, datada em 25 de fevereiro de 1974 (Prot. RA 086/74); e também no jornal **O São Paulo**, edição 19 a 25 de agosto de 1978, p. 5. Resumidamente falando, a Sagrada Congregação para os Bispos é o organismo da Cúria Romana responsável pela constituição de dioceses e pelo acompanhamento da nomeação e das atividades dos bispos.

(97) O atual Código de Direito Canônico (1983) estabelece que a competência de governar uma diocese é de um bispo diocesano. Cf.. Código de Direito Canônico, cânon 391, parágrafo 1, apud LORO, Tarcísio Justino. **Espaço e poder na Igreja: A divisão da Arquidiocese de São Paulo**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995, p. 2.

(98) Depoimento de d. Francisco Manuel Vieira em 28/04/2008.

viabilidade material e financeira das novas dioceses autônomas. Em depoimento, ele afirma: (99)

Quando se cria uma diocese, pensa-se logo: “A região tem patrimônio próprio? O novo bispo poderá se sustentar sozinho e levar à frente trabalhos da diocese?”. Essas eram as grandes questões que não foram levadas em conta pela Santa Sé quando se decidiu pelo desmembramento da Arquidiocese de São Paulo.

À parte a questão das dificuldades materiais e financeiras postas adiante dos novos bispos diocesanos, o desmembramento da Arquidiocese de São Paulo provocou interpretações intra e extramuros de que o objetivo da Santa Sé não tinha somente significado religioso, mas também político. (LORO, 1995, p. 1; SYDOW e FERRI, 1999, p. 341).

Em seu estudo acadêmico sobre a divisão da Arquidiocese de São Paulo no qual exime implicitamente o papa João Paulo II pela decisão, Loro (1995) afirma que o projeto de d. Paulo Arns “continha elementos que não eram aceitos pela Cúria Romana”. Vejamos sua interpretação sobre as causas da rejeição à proposta:

[...] o arcebispo passaria a coordenar a ação pastoral comum às novas dioceses, o que representaria um aumento substancial do seu poder de influência. Além disso, em determinadas situações, falaria em nome das dioceses [...]. Com toda a certeza, esse redimensionamento da função do cardeal Arns não agradou a Cúria Romana [...] (100)

(99) Depoimento de d. Francisco Manuel Vieira em 28/04/2008. Obs.: Assim que d. Paulo Evaristo Arns assumiu o arcebispado de São Paulo, d. Francisco Manuel Vieira, que, na época era padre, foi nomeado vigário episcopal da chamada região leste 1 (Belém). Em 1974, ele seria nomeado bispo auxiliar e designado vigário episcopal da região Osasco. Com a divisão da Arquidiocese de São Paulo, ele foi o único bispo auxiliar de d. Paulo Arns mantido no cargo pelo papa João Paulo II.

(100) Cf. LORO, op. cit., p. 28.

Geograficamente falando, a área total da Arquidiocese de 5.129, 55 quilômetros quadrados foi reduzida a 635,33 quilômetros quadrados (101). Mas do ponto de vista religioso e político-social, a divisão significou a subtração de seu território das regiões mais periféricas, onde, como ressaltamos anteriormente, havia um trabalho intenso de evangelização e conscientização política, promovido sobretudo por membros das comunidades eclesiais de base.

As observações de Loro (1995, p. 68) endossam de certo modo nossa afirmativa. Ele relata que “nas novas dioceses, o trabalho reivindicatório por saneamento básico, melhoria de transporte, posto de saúde, escola pública, habitação-Cohab foi arrefecendo.”

Bruneau (1979, p. 152 e 153) enfatiza essa dupla dimensão das comunidades de base, afirmando que “[...] embora as CEBs sejam, acima de tudo, agrupamentos religiosos, elas têm óbvias implicações sociopolíticas.” Na opinião do autor, isso aconteceria porque as CEBs “oferecem oportunidade de participação” e “são comumente criadas em torno de questões concretas, tais como a posse da terra, falta de transporte, de água ou de outros serviços básicos”. Um terceiro motivo seria o fato dos membros das CEBs estarem relacionando a realidade de suas vidas concretas com algumas passagens bíblicas. Para Bruneau, esse hábito já suscitaria uma “tendência à radicalização”, pois, na sua opinião, “a Bíblia pode ser realmente um documento utópico dependendo dos textos selecionados”.

(101) Cf. **Relatório Qüinqüenal (1985 – 1989)**, p. 4 e 5; Ver também mapa em anexo.

4.4.1 A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA COM OS NOVOS BISPOS

AUXILIARES

Como mencionamos antes, a Arquidiocese de São Paulo compreendia uma área total de 5.129,55 quilômetros quadrados. (102) Quando d. Paulo Arns foi nomeado arcebispo, a circunscrição estava dividida em sete regiões, sob responsabilidade tanto de padres quanto de bispos.

Uma de suas primeiras medidas administrativas foi solicitar a todos os vigários episcopais que aceitassem a exoneração do cargo. D. Paulo Arns queria inicialmente apenas padres no comando das regiões. Os novos vigários foram por ele nomeados a partir de uma lista tríplice de nomes indicados por padres, religiosas e leigos. (103)

De acordo com o entendimento de d. Francisco Vieira, o arcebispo teria decidido nomear padres como vigários episcopais como forma de evitar problemas de ordem hierárquica “Ele achava que se todos fossem padres não haveria nenhuma superioridade assim maior”, conta o bispo emérito de Osasco.

No entanto, d. Paulo Arns mudaria de idéia anos depois, passando a solicitar da Santa Sé a nomeação de bispos auxiliares com vistas a tornar realidade seu desejo de reestruturação da Arquidiocese de São Paulo. Na carta enviada à Sagrada Congregação para os Bispos sobre o projeto de criação de “dioceses

(102) Cf. **Relatório Quinquenal da Arquidiocese de São Paulo (20/12/1964 a 20/12/1969)** – *Mater Ecclesiae*, sem paginação.

(103) Cf. informações no **Livro de Crônicas** da Arquidiocese de São Paulo, v. 1, p. 6; e no jornal *O São Paulo* – seção Chancelaria do Arcebispado, edição de 21 de novembro de 1970, p. 7.

interdependentes”, d. Paulo Arns explicaria os motivos pelos quais gostaria de bispos auxiliares. A título de esclarecimento, vejamos o segundo parágrafo da correspondência:

Em 1966, começaram a ser criadas as regiões episcopais, na Arquidiocese de São Paulo: três foram dirigidas por bispo e quatro mereceram ter à sua testa sacerdotes de grande competência. Ainda hoje, podemos observar a diferença da evolução. Aquelas que tiveram bispo à sua frente levaram os fiéis, e sobretudo os presbíteros, a perseverar melhor e a integrar-se com a vida e o ministério, dentro da Igreja de Deus em São Paulo. (104)

D. Paulo Arns teria sua solicitação atendida. Inicialmente, foram nomeados quatro bispos auxiliares pelo papa Paulo VI em dezembro de 1974. A partir de janeiro de 1975, a Arquidiocese de São Paulo passou a ter a seguinte configuração administrativa: d. Paulo Arns designaria d. Angélico Sândalo Bernardino vigário das regiões leste I e leste II, e d. Francisco Manuel Vieira ficaria responsável pela região Oeste II.

Os outros auxiliares seriam d. Joel Ivo Catapan como vigário da região Norte, e d. Mauro Gomes Morelli, vigário da região Sul. Nessa época, o arcebispo já contava com a colaboração de outros dois bispos: d. Benedito de Ulhôa Vieira, que administrava a região Oeste I; e d. José Thurler que, juntamente com d. Paulo Arns,

(104) Cf. ARNS, Paulo Evaristo. **Carta para cardeal Sebastiano Baggio, prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos**, datada em 25 de fevereiro de 1974 (Prot. RA 086/74).

cuidava da região Centro. Como vemos, havia seis bispos auxiliares responsáveis por sete regiões. (105)

O processo de reestruturação da Arquidiocese de São Paulo prosseguiria até 1979. Durante esse período, novas regiões seriam criadas, aumentando de sete para nove o número total, o que implicava conseguir novos bispos auxiliares – como podemos verificar adiante d. Paulo Arns chegou a ter dez bispos auxiliares distribuídos por essas regiões. Além disso, houve alteração dos nomes das regiões, adequando-os aos locais onde estavam instaladas. (106)

Depois dos quatro primeiros bispos auxiliares, na seqüência veio d. Antonio Celso Queiroz, nomeado pelo papa Paulo VI em outubro de 1975. Ele seria encaminhado por d. Paulo Arns para a recém-criada região Sudeste. No ano seguinte, mais exatamente em março de 1976, sairia a nomeação de outro bispo auxiliar: d. Luciano Pedro Mendes de Almeida, que ficaria responsável pela região leste I, até então sob atuação de d. Angélico Sândalo Bernardino. Este último

(105) Antes de suas ordenações como bispos auxiliares, Angélico Sândalo Bernardino era padre da Arquidiocese de Ribeirão Preto (SP); Francisco Manuel Vieira, como vimos, era padre responsável pela região leste I da Arquidiocese de São Paulo; Joel Ivo Catapan era conselheiro geral de sua Congregação do Verbo Divino; Mauro Gomes Morelli era padre da Diocese de Piracicaba (SP); Benedito de Ulhôa Vieira era vigário geral da Arquidiocese de São Paulo (ou seja, ele tinha a função de ajudar o arcebispo a administrar toda a Igreja); José Thurler era responsável pelos trabalhos junto as religiosas.

Outros dados biográficos dos bispos auxiliares em SOUZA, Ney de (org.). **Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja católica em São Paulo (1554 – 2004)**. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 524 e 525. Ver também **Livro de Crônicas da Arquidiocese de São Paulo**, v.1, p. 81 e 84. Há no **Relatório Quinquenal (1970 – 1974)**, p. 24 – 29, informações sobre as tarefas pastorais assumidas pelos novos bispos auxiliares.

(106) Pelas informações do **Livro de Crônicas da Arquidiocese de São Paulo**, supomos que, a partir de 1978, as regiões episcopais teriam começado a receber a denominação do local da instalação de suas sedes, ou seja, centro (Sé), leste I (Belém), leste II (São Miguel Paulista), norte (Santana), oeste I (Lapa), Oeste II (Osasco), sudeste (Ipiranga) e sul (dividida em duas regiões – Santo Amaro e Itapeçerica da Serra).

passaria a cuidar somente da região leste II. Em julho de 1978, d. Benedito Vieira seria nomeado pelo papa Paulo VI arcebispo de Uberaba (MG), deixando, portanto, a Arquidiocese de São Paulo. Com a transferência de seu bispo auxiliar, d. Paulo Arns escolheria um padre para administrar provisoriamente a região Lapa até a chegada de outro bispo auxiliar, o que aconteceria no ano seguinte.

O novo vigário seria d. Alfredo Ernesto Novak, nomeado em abril de 1979 pelo papa João Paulo II. Aliás, naquela mesma data, já haviam sido nomeados outros dois novos bispos auxiliares para d. Paulo Arns: d. Décio Pereira, designado para a região Sé, trabalhando em conjunto com d. José Thurler; e d. Fernando José Penteado que responderia pela nova região Itapeverica da Serra, desmembrada da região Santo Amaro. (107)

Podemos inferir que d. Paulo Arns continuou promovendo a reestruturação da Arquidiocese na esperança de que seu projeto de “dioceses interdependentes” seria aprovado pela Santa Sé, mas, como vimos, não foi o que aconteceu.

(107) Antes de suas ordenações como bispos auxiliares: Antonio Gaspar, Décio Pereira e Fernando José Penteado pertenciam ao clero da Arquidiocese de São Paulo; Alfredo Ernesto Novak era padre assessor da CNBB; Antonio Celso Queiroz era padre da Arquidiocese de Campinas; e Luciano Mendes de Almeida era padre membro da diretoria da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB).

Outros dados biográficos dos bispos auxiliares em SOUZA, Ney de (org.). **Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja católica em São Paulo (1554 – 2004)**. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 524 e 525. Ver também fichas biográficas dos vigários episcopais (disponíveis no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo).

Obs:

D. Mauro Morelli ficaria na Arquidiocese de São Paulo até junho de 1981, quando assumiria o novo cargo de bispo de Duque de Caxias (RJ). A região que ele administrava – Santo Amaro – ficaria provisoriamente sob a responsabilidade de um padre até a ordenação de outro bispo auxiliar – d. Antonio Gaspar – em fevereiro de 1983.

D. Luciano Mendes de Almeida seria nomeado, em abril de 1988, arcebispo de Mariana (MG). Nesse caso, d. Paulo Arns designaria temporariamente d. Décio Pereira, que acumularia a administração das regiões Sé e Belém. Mais informações sobre essas transferências em **Livro de Crônicas da Arquidiocese de São Paulo**, v. 2, p. 13, 29 – 31 e 85.

Com a criação das quatro dioceses autônomas, a nova área territorial da Arquidiocese (635,33 quilômetros quadrados) ficaria delimitada a cinco das nove regiões episcopais até então instaladas. Uma sexta foi criada com a decisão de d. Paulo Arns de dividir a região Lapa em duas: Lapa e Brasilândia. Houve também a necessidade de remanejamento de seus bispos auxiliares.

Com o desmembramento, a Arquidiocese de São Paulo passaria a ter a seguinte configuração administrativa: regiões Belém (d. Décio Pereira), Brasilândia (d. Angélico Sândalo Bernardino); Ipiranga (d. Antonio Celso Queiroz); Lapa (d. Fernando José Penteado); região Sé (d. Antonio Gaspar e d. José Thurler) e Santana (d. Joel Ivo Catapan). (108)

(108) Da equipe de bispos auxiliares de d. Paulo Arns, d. Francisco Vieira seria nomeado bispo da Diocese de Osasco e d. Alfredo Novak, bispo da Diocese de Paranaguá (PR). Cf. Relatório **Quinquenal da Arquidiocese de São Paulo** (1985 – 1989), p 16 – 28; **Livro de Crônicas da Arquidiocese de São Paulo**, v. 2. p, 95; e SYDOW e FERRI, op.cit., p. 342.

5 CONCLUSÃO

A atuação de d. Paulo Evaristo Arns à frente da Arquidiocese de São Paulo estivera sempre alicerçada em questões religiosas/ institucionais mas também político-sociais durante o período estudado (1970 – 1990). A análise de algumas de suas iniciativas pastorais de grande repercussão nos leva a concluir que haveria uma intenção explícita de tomar para si a atribuição de fortalecer o cristianismo em São Paulo, através de seu empenho pessoal no sentido de tentar formar o maior número de fiéis para exercer algumas tarefas eclesiais e de incentivar a expansão de comunidades eclesiais de base, principalmente em regiões com número reduzido de paróquias.

Por outro lado, as atitudes de d. Paulo Arns revelariam um esforço contínuo de tentar tornar a Igreja de São Paulo uma instituição que efetivamente interagisse com o meio social onde estava inserida, procurando conhecer as múltiplas dificuldades enfrentadas por diferentes pessoas (independentemente de sua condição socioeconômica, convicção religiosa ou ideologia política), entender seus pontos de vista e contribuir para a busca de soluções.

Entendemos que essa forma de compreensão de d. Paulo Arns sobre como a Igreja de São Paulo deveria ser e agir é resultado do processo de reelaboração de novos paradigmas que tornar-se-iam defendidos para o mundo católico inteiro pela própria Igreja católica. Somam-se também sua formação franciscana e as experiências vivenciadas durante sua carreira religiosa.

Conforme detalhamos no Capítulo 1 deste estudo, o Concílio Vaticano II iria promover uma profunda discussão sobre a necessidade de renovação da Igreja católica, significando basicamente que a instituição pretendia estruturar-se

internamente, aproximar-se das Igrejas cristãs e dialogar com as sociedades contemporâneas para tentar compreender e aceitar seus valores.

Essas diretrizes, como já observamos anteriormente, seriam adaptadas e mesmo ampliadas para a realidade social, política e econômica da América Latina durante a Segunda Conferência Episcopal de Medellín, realizada em 1968. Os bispos latino-americanos reunidos iriam estabelecer certas prioridades de ação pastoral para todas as Igrejas da região, entre as principais destacamos a atenção para com as pessoas mais empobrecidas e o incentivo para o surgimento de comunidades eclesiais de base (CEBs), como alternativa para conseguir levar o cristianismo a uma grande quantidade de pequenos grupos de fiéis. Vale recordar que questões como marginalização social e maior participação de leigos na vida da Igreja católica também permeiam os ideais do franciscanismo. (109)

Acreditamos que o pensamento e a atuação de d. Paulo Arns teriam sido também bastante influenciados por suas experiências vividas em Petrópolis, no Rio de Janeiro, onde trabalhou por mais de dez anos exercendo diversas atividades (acadêmica, jornalística e religiosa), antes de ser nomeado bispo auxiliar de d. Agnelo Rossi. Ele fora vigário de um bairro, próximo ao centro daquela cidade, onde havia sete morros ocupados por favelas. Como ele costumava subir os morros todas as semanas para visitar seus moradores, teria conhecido de perto as precárias condições de vida de uma população favelada.

(109) Cf. LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Tradução Marcos de Castro. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. Analisamos algumas considerações do autor no Capítulo 2 deste estudo.

Em relação às preocupações religiosas/institucionais, vimos as iniciativas de d. Paulo Arns para tentar despertar nos fiéis a vocação de missionários. Esse esforço teve início quando ele ainda era bispo auxiliar de São Paulo. Partindo de uma decisão de d. Agnelo Rossi de também disseminar para os leigos as novas diretrizes do Concílio Vaticano II, d. Paulo Arns organizaria a chamada Missão do Povo de Deus na região norte ou Santana, para onde ele fora designado para ser o vigário episcopal. Através desse projeto, ele pretendia difundir para os fiéis da região norte os conteúdos dos documentos conciliares, apresentar as sugestões de ações pastorais formuladas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e incentivar a criação de comunidades de base naquela região.

Além dessa iniciativa, d. Paulo Arns implementaria cursos breves de formação de leigos e religiosas visando prepará-los para assumir tarefas eclesiais, como celebrações, distribuição da hóstia consagrada e pregação da fé cristã. E essas aulas continuariam a ser ministradas quando d. Paulo Arns já estava no comando da Arquidiocese de São Paulo – podemos verificar que ao menos isso teria ocorrido nos primeiros cinco anos de seu arcebispado. Constata-se, portanto, uma preocupação nítida com o surgimento de lideranças capazes de conduzir as atividades nas comunidades de base já existentes ou que viessem a ser constituídas. Não podemos esquecer que, naquela época, havia (e ainda hoje há) uma escassez de padres.

Já arcebispo de São Paulo, d. Paulo Arns lançaria também a chamada Operação Periferia, em fevereiro de 1972, que tinha como um de seus objetivos básicos incentivar o surgimento de novas CEBs pelos bairros periféricos de São Paulo – o que teria ocorrido mais intensamente entre meados dos anos 70 até meados dos anos 80, de acordo com informações da pesquisa de Domezi (1995), como relatamos no Capítulo 4. Verificamos no Relatório Quinquenal (1975 – 1979)

da Arquidiocese de São Paulo que teria havido um crescimento expressivo da quantidade de centros comunitários nas regiões onde estavam situados os bairros mais periféricos em comparação com o número de paróquias. O documento registra que, até 1979, haveria 506 centros comunitários ante 377 paróquias em toda a Arquidiocese de São Paulo. Vale lembrar que os centros comunitários funcionavam como locais-sede das CEBs.

Da análise de algumas ações político-sociais, seja idealizadas sejam incentivadas por d. Paulo Arns, podemos concluir que ele teria sempre procurado posicionar-se de maneira explícita em defesa dos direitos sociais e políticos de todo e qualquer cidadão.

Lembremos do caso da prisão, em janeiro de 1971, do padre Giulio Vicini, pároco de uma igreja na região sul da Arquidiocese de São Paulo, e da assistente social leiga Yara Spadini, que atuava como secretária daquela região. D. Paulo Arns tomaria a decisão de divulgar uma nota de protesto-denúncia no jornal “O São Paulo”, pertencente à Arquidiocese de São Paulo, na qual revelava as torturas físicas e psíquicas sofridas por seus colaboradores. Seu gesto iria repercutir no Brasil e exterior, sendo a nota reproduzida por jornais e emissoras de rádio.

Também será nos primeiros anos de seu arcebispado que iria ser criada a combativa Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, em 1972, constituída por pessoas de diferentes segmentos da sociedade – três advogados, três juristas, um estudante universitário, um líder operário, uma agente pastoral e uma socióloga, além de d. Paulo Arns.

A CJP-SP iniciou suas atividades com foco para a defesa dos direitos de presos políticos. Com o passar dos anos, a entidade ampliaria suas áreas de atuação, voltando-se também para segmentos socialmente marginalizados. Nessa

fase, seriam desenvolvidos estudos sobre os principais problemas socioeconômicos da população pobre de São Paulo, os casos de violência policial contra presos comuns e as condições de vida de adolescentes moradores de rua. Além disso, a CJP-SP passaria a também participar de movimentos de apoio às lutas contra a repressão e perseguições político-militares a cidadãos sul-americanos, principalmente uruguaios, chilenos e argentinos.

Ressaltamos também os exemplos de três Pastorais Sociais que receberam apoio e estímulo de d. Paulo Arns para conseguir desenvolver-se pelas regiões da Arquidiocese de São Paulo: a Pastoral Carcerária, a Pastoral da Moradia e a Pastoral Operária. Vimos como esses serviços, realizados majoritariamente por leigos, estão voltados não apenas o aspecto de evangelização, mas também de conscientização política, mobilização social e defesa dos interesses desses grupos de pessoas específicos.

A divisão da Arquidiocese de São Paulo, em março de 1989, (110) teria sido um duro golpe sobre o modelo de Igreja que d. Paulo Arns vinha construindo desde o início de seu arcebispado. Com o desmembramento de quatro regiões – Campo Limpo, Osasco, São Miguel Paulista e Santo Amaro – que seriam transformadas em novas dioceses, seria subtraído do território da Arquidiocese as regiões mais periféricas, onde um grande número de centros comunitários, cuja expansão sempre foi estimulada por d. Paulo Arns.

Tomemos como exemplos os dados do Relatório Quinquenal (1975 – 1979), a região Itapeverica da Serra (com a divisão seria transformada em Diocese de

(110) A área total da Arquidiocese de 5.129, 55 quilômetros quadrados foi reduzida a 635,33 quilômetros quadrados em março de 1989. Ver mapa em anexo.

Campo Limpo) tinha 96 centros comunitários e apenas 24 paróquias; a região Santo Amaro, 62 centros comunitários e 32 paróquias; a região São Miguel Paulista, 71 centros comunitários e 34 paróquias; e a região Osasco, 116 centros comunitários e 38 paróquias.

Além das atividades de evangelização desenvolvidas nesses locais, havia também um movimento intenso de conscientização e mobilização política. Como afirma Loro (1995, p. 68), “nas novas dioceses, o trabalho reivindicatório por saneamento básico, melhoria de transporte, posto de saúde, escola pública, habitação-Cohab foi arrefecendo.”

Com base nessas considerações que ora apresentamos, nosso entendimento é de que o conceito de Igreja renovada para d. Paulo Arns compreendia, por um lado, a necessidade da instituição preocupar-se com sua própria sobrevivência, e para isso deveria tentar atrair o maior número de fiéis e permitir-lhes uma maior participação nas atividades eclesiais da Igreja. Por outro lado; por outro, a necessidade da instituição estar efetivamente inserida no meio social, interagindo e participando, influenciando e sendo influenciada pelos mais diferentes segmentos da sociedade.

6 BIBLIOGRAFIA E FONTES

6.1 LIVROS

ALBERIGO, Giuseppe. (Org.). **História dos concílios ecumênicos**. Tradução José Maria de Almeida . 3^a. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução Clóvis Marques. 2^a. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

ARNS, Paulo Evaristo. **A quem iremos, Senhor?**. São Paulo: Paulinas, 1968.

_____. **Da esperança à utopia: Testemunho de uma vida**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

AZZI, Riolando. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.

BARRACLOUGH, Geoffrey (Ed.). **Atlas da História do Mundo**. 1^a. edição brasileira. São Paulo: Folha de São Paulo, 1995.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e poder**. 3^a.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

_____. **Teologia do cativo e da libertação**. 6^a. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BORAN, Jorge. **O futuro tem nome: Juventude**. 3^a. ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **As revoluções utópicas: A revolução política na Igreja. A revolução estudantil**. 2^a. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1979.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. Tradução Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1974.

_____. **Religião e politização no Brasil: A Igreja e o regime autoritário**. Tradução Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CANCIAN, Renato. **Comissão Justiça e Paz de São Paulo: Gênese e atuação política (1972 – 1985)**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL OPERÁRIA. **Pastoral Operária: Situação, Método, Proposta**. São Paulo, 1984.

CONRADO, Sérgio e CARVALHO, Ruth Maria de. Arquidiocese de São Paulo: A metrópole desafia a Igreja. In ANTONIAZZI, Alberto & CALIMAN, Cleto (orgs.). **A presença da Igreja na cidade. Petrópolis**, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DIAFÉRIA, Lourenço. **A caminhada da esperança**. São Paulo: Loyola, 1996.

DOMEZI, Maria Cecília. **Do corpo cintilante ao corpo torturado: Uma Igreja em operação periferia**. São Paulo: Paulus, 1995.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: Perspectivas**. Tradução Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva e Marcos Marcionilo. São Paulo: Loyola, 2000.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis, RJ: Vozes, cinco volumes, (sem data).

KOWARICK, Lúcio (coord.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Tradução Marcos de Castro. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIBANIO, João Batista. **O que é pastoral**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAINWARING, Scott. **A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MUSYNSKI, Maria Judith de Brito. **O impacto político das migrações internas: O caso de São Paulo (1945 – 1982)**. São Paulo: Idesp, 1986.

RIBEIRO, Helcion (coord.). **Paulo Evaristo Arns: Cardeal da esperança e pastor da Igreja de São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1989.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. 1ª. ed. São Paulo: Kairós, 1979.

SANTAYANA, Mauro. **No meio do povo: Perfil biográfico de Dom Paulo Evaristo Arns**. São Paulo. Editora Salesiana Dom Bosco, 1983.

SKIDMORE, Thomas E.. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985**. Tradução Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Ney de (org.). **Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja católica em São Paulo (1554 – 2004)**. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Vera Ivanise (Org.). **Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 17 - 67

SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. **Dom Paulo Evaristo Arns: Um homem amado e perseguido**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

VÁRIOS AUTORES. **São Paulo 1975: Crescimento e pobreza**. 13ª. ed. São Paulo: Loyola, 1982.

WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987.

6.2 PERIÓDICOS

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: Ética e História Oral. In **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, n. 15, abr. 1997, p. 145 – 155.

AZZI, Riolando. O Concílio Vaticano II no contexto da Igreja e do mundo: uma perspectiva histórica. In **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 66, n. 262, abr. 2006, p. 337 – 369.

BEOZZO, José Oscar. Medellín: Inspiração e raízes. In **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 58, n. 232, dez. 1998, p. 822 - 850.

BITTENCOURT, Getúlio e MARKUM, Paulo Sérgio. D. Paulo Evaristo Arns: O cardeal do povo. In **História Imediata**. São Paulo: Alfa-Omega, n. 4, 1979.

BORGMAN, Erik. Gaudium et Spes: O futuro esquecido de um documento revolucionário. In **Concilium**. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 4, n. 312, dez. 2005, p. 75 – 84.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. A Igreja do povo. In **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências (EBC), v.1, n. 2, abr. 1982, p. 49 – 53.

CAMPOS, Angel Sánchez. Medellín, 30 años después, continua brotando agua de su fuente. In **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo: Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. v. 7, n. 27, abr./jun. 1999, p. 19 – 30.

COMBLIN, José. A Mensagem da *Lumen Gentium* (capítulos 1 e 2). In **Vida Pastoral**. São Paulo: Paulus, v. 45, n. 236, maio/jun. 2004, p. 9 – 14.

_____. As sete palavras-chave do Concílio Vaticano II. In **Vida Pastoral**. São Paulo: Paulus, v. 46, n.243, jul/ago. 2005, p. 17 - 22.

LIBANIO, João Batista. *Lumen Gentium*: Mina inesgotável. In **Vida Pastoral**. São Paulo: Paulus, v. 45, n. 236, maio/jun. 2004, p. 3 – 8.

_____. Concílio Vaticano II: Os anos que se seguiram. In **Vida Pastoral**. São Paulo: Paulus, v. 46, n. 243, jul/ago. 2005, p. 23 – 28.

LORSCHEIDER, Aloísio. Linhas mestras do Concílio Ecumênico Vaticano II. In **Vida Pastoral**. São Paulo: Paulus, v. 46, n. 243, jul./ago. 2005, p. 13 – 16.

MIRANDA, Mário de França. Igreja e sociedade na *Gaudium et Spes* e sua incidência no Brasil. In **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 66, n. 261, jan. 2006, p. 89 – 114.

PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. Origens e desenvolvimento. In **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências (EBC), v.1, n. 2, abr. 1982, p. 48 e 49.

SUESS, Paulo. A missão no canteiro de obras do Vaticano II: Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois de sua promulgação. In **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 66, n. 261, jan. 2006, p. 115 – 136.

_____. Medellín e os sinais dos tempos. In **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 58, n. 232, dez.1998, p. 851 – 870.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, n. 15, abr. 1997, p. 51 – 71.

6.3 TESES E DISSERTAÇÕES

AUGUSTO, Adailton Maciel. **Mística e utopia: História da Pastoral Operária em São Paulo (1970 – 1996)**. Dissertação de Mestrado em Teologia Dogmática. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 1997.

FARIAS, Damião Duque de. **Crise e renovação católica na cidade de São Paulo: Impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945/1975)**. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de d. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873 – 1894)**. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

LORO, Tarcísio Justino. **Espaço e poder na Igreja: A divisão da Arquidiocese de São Paulo**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

6.4 DOCUMENTOS DE IGREJA

CNBB. **Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970)** . São Paulo: Paulinas, 2004.

CELAM. **A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio: Conclusões de Medellín**. 3^a. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 1970.

PAPA PAULO VI. **Carta Apostólica *Ecclesiae Sanctae***. São Paulo: Paulinas, 1968.

VIER, Frederico. **Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos e declarações**. Petrópolis,RJ: Vozes, (sem data).

6.4.1 ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO

ARNS, Paulo Evaristo. **Carta para cardeal Sebastiano Baggio, prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos**, datada em 25 de fevereiro de 1974 (Prot. RA 086/74).

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Jornal O São Paulo**
(edições semanais de 1964 a 1989)

_____ **Livros do Tombo (1948 – 1993)**

_____ **Livros de Crônicas, v. 1 e 2**
(arcebispado de d. Paulo Evaristo Arns)

_____ **I Plano de Pastoral 1976 – 1977**

_____ **II Plano de Pastoral 1978 – 1980**

_____ **III Plano de Pastoral 1981 – 1983**

_____ **IV Plano de Pastoral 1984 – 1986**

_____ **V Plano de Pastoral 1987 – 1990**

_____ **Relatório Qüinqüenal 1970 – 1974**

_____ **Relatório Qüinqüenal 1975 – 1979**

_____ **Relatório Qüinqüenal 1980 – 1984**

_____ **Relatório Qüinqüenal 1985 – 1989**

_____ **Relatório Qüinqüenal 1989 – 1994**

COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO. **Síntese de sua história e proposta de ação futura**, sem data.

MATER ECCLESIAE. **Relatório Qüinqüenal da Arquidiocese de São Paulo (20.12.1964 – 20.12.1969)**, sem paginação.

Pasta de José ALBANEZ (Vice-chanceler da Cúria Metropolitana de 1983 a 1987). **Histórico. (sem data)**.

Pastas 1 e 2 de d. Agnelo ROSSI. **Diário (1964 – 1970)**.

ROSSI, d. Agnelo. **Carta Pastoral sobre a aplicação do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de São Paulo**. São Paulo: Ave-Maria, 1966.

6.4.2 ARQUIVO DA CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS CLARETIANOS

Pasta n. 82, caixa 5 – **documentos de d. José de Matos PEREIRA**.

6.5 ENTREVISTAS

Pe. Antonio Luiz Marchioni (pároco da Paróquia São Francisco de Assis – SP).

Pe. Clorálio Caimi (vigário da Paróquia Nossa Senhora da Guia,
Várzea Grande – MT).

Evaniza Rodrigues (colaboradora da União Nacional por Moradia Popular).

D. Francisco Manuel Vieira (bispo emérito da Diocese de Osasco – SP).

Pe. Guilherme Reinhard (responsável pela área missionária Tancredo Neves,
Manaus – AM).

Itamar Bopp Júnior (ex-integrante da Pastoral Carcerária).

Ivanilde Terezinha Jardim (integrante da CEB Comunidade Santa Maria).

Maria Angela Borsoi (ex-secretária de d. Paulo Evaristo Arns).

Maria Aparecida Silva (integrante da CEB Comunidade São José Operário).

Irmã Maria Emília Guerra Ferreira (ex-integrante da Pastoral Carcerária).

Irmã Maria Isabel Jesus de Oliveira (ex-diretora da Penitenciária Feminina da
Capital).

Pe. Nelson Rosselli Filho (secretário-executivo do Regional Sul 1 da CNBB).

Pe. Ubaldo Steri (diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo)

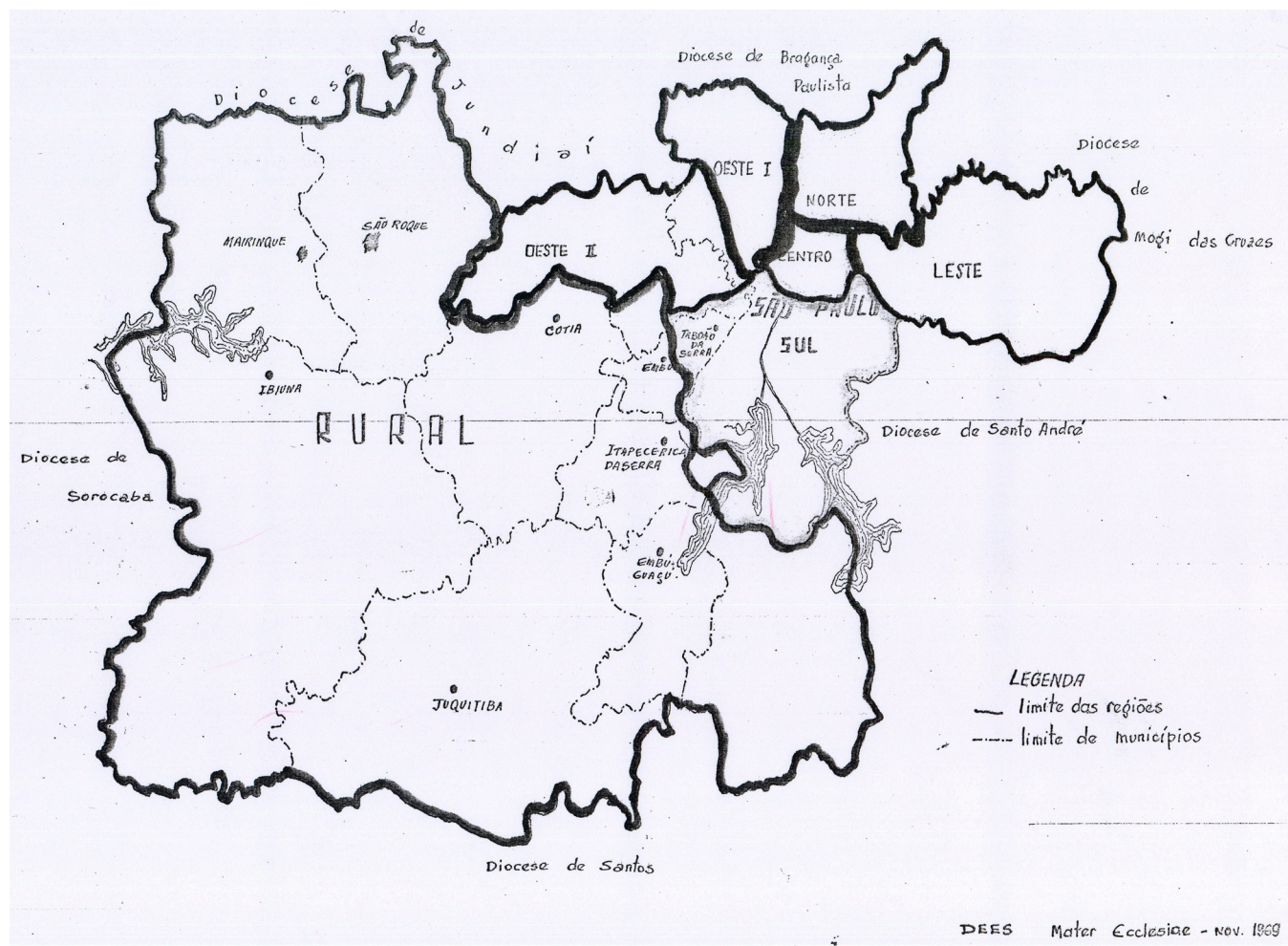
Valdir Luiz Fodra (integrante da antiga Missão do Povo de Deus, criada por
d. Paulo Evaristo Arns).

Waldemar Rossi (integrante da Pastoral Operária).

7 ANEXO

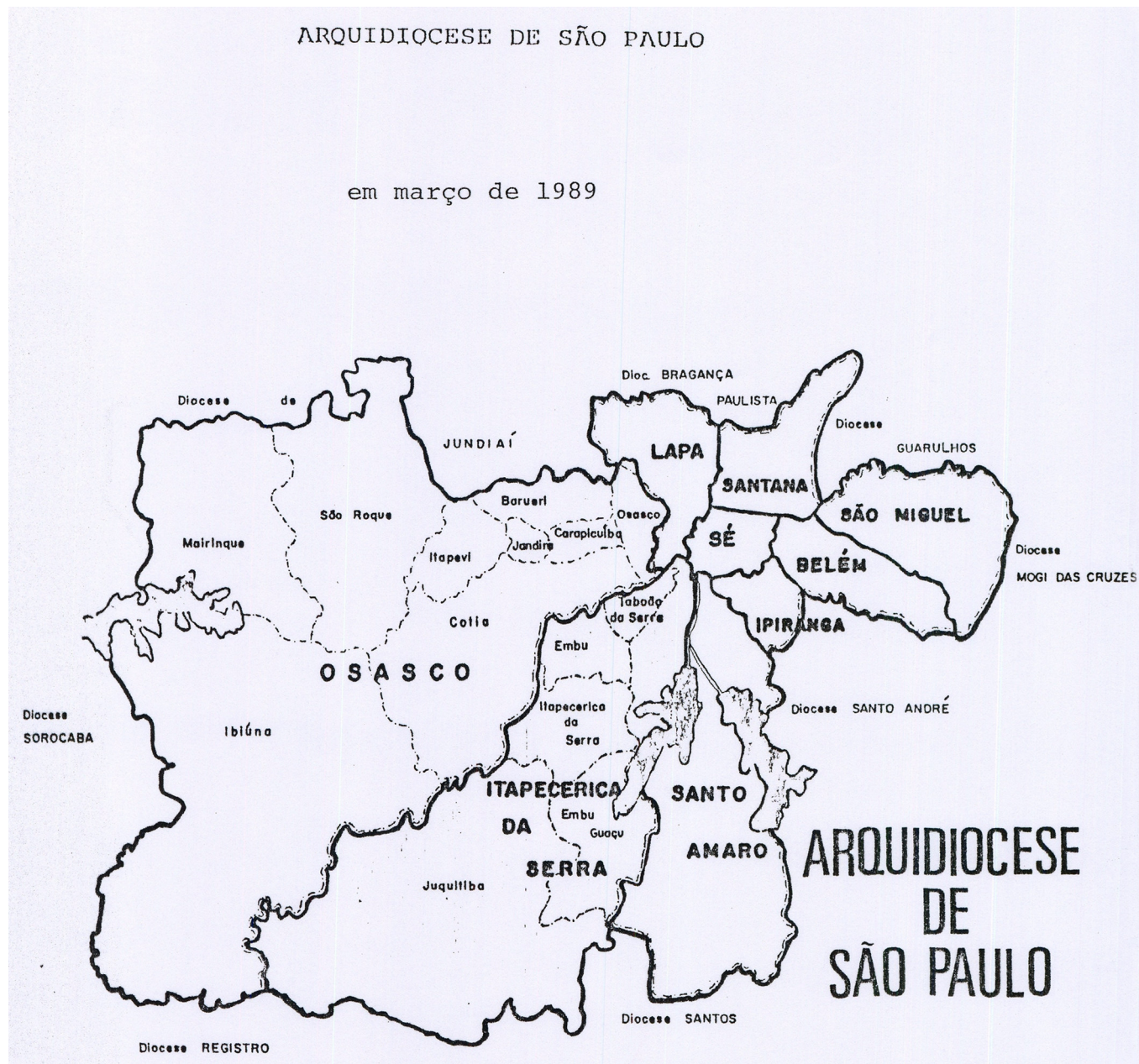
7.1 Território da Arquidiocese de São Paulo

Fonte: *Mater Ecclesiae*, novembro de 1969.



7.2 Território da Arquidiocese de São Paulo

Fonte: Relatório Qüinqüenal (1985 – 1989)



7.3 Território da Arquidiocese de São Paulo – (após desmembramento em março de 1989)

Fonte: Relatório Qüinqüenal (1989 – 1994)

